

**Juliana Mota de Siqueira**

**FRONTEIRA E MOBILIDADE : A AMAZÔNIA  
E SUAS PLURALIDADES**

Belo Horizonte/MG

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG

2013

# FOLHA DE APROVAÇÃO

**Juliana Mota de Siqueira**

# **FRONTEIRA E MOBILIDADE: A AMAZÔNIA E SUAS PLURALIDADES**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Demografia.

Orientadores:

Prof. Dr. Dimitri Fazito de Almeida Rezende

Prof. Dr. Roberto Luis de Melo Monte-Mór

Belo Horizonte/MG

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG

2013

Ficha Catalográfica

S618f  
2015

Siqueira, Juliana Mota de.  
Fronteira e mobilidade [manuscrito] : a Amazônia e suas pluralidades / Juliana Mota de Siqueira. – 2013.  
115 f.: il., gráf e tabs.

Orientadoras: Dimitri Fazito de Almeida Rezende, Roberto Luis de Melo Monte-Mor  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.  
Inclui bibliografia (f. 93-101) e apêndices.

1. Demografia – Teses. 2. Mobilidade social – Amazônia – Teses. I. Rezende, Dimitri Fazito de Almeida II. Monte-Mor, Roberto Luis de Melo. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 304.609811

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – NMM004/2016

*Ao Alberto, por nosso amor perfeito.*

# Agradecimentos

Um desafio tão grande quanto escrever essa dissertação é citar em poucas palavras as pessoas que de algum modo colaboraram para que ela pudesse se concretizar e que por isso gostaria de homenagear. Espero que todas elas se reconheçam um pouco nesse trabalho e nele identifiquem um esforço sincero de atender à confiança em mim depositada.

Inicio esta difícil tarefa agradecendo à minha mãe, Ana Maria, meu verdadeiro exemplo de dedicação e amor a tudo que faz, que me ensinou a valorizar o conhecimento como uma poderosa alternativa para o crescimento pessoal. Atribuo à minha mãe minhas primeiras sensações como protagonista da mobilidade, quando ainda tão nova nos conduziu de Goiânia, a cidade que tanto nos refletia, para a ainda desconhecida cidade de Brasília.

Também inspiração para esta minha trajetória, homenageio a minha avó, Maria do Carmo, sempre presente com sua doçura e carinho em todos os momentos da minha vida e que com seu belo exemplo, sempre me ensinou a amar e respeitar o *Outro*. Foi na varanda de casa que ouvi as primeiras histórias sobre aquele mundo tão distante chamado Bahia, de onde minha avó partiu aos quatro anos para chegar ao então famigerado estado de Goiás. Ali me foram contadas as promessas apregoadas por esta mudança, as novas sensações, as inevitáveis dificuldades e sua luta para que este novo lar pudesse ser minimamente diferente da fome, morte e abuso de poder que haviam enfrentado em sua cidade de origem.

Agradeço a todos os demais membros da minha família e somente para citar alguns, agradeço a minha avó Maria Luiza, meus avôs Joaquim e Sebastião, meus pais Orismar e Zilter, meus irmãos Mateus e Nicolas, meus tios e primos que suportaram minha presença inconstante, minhas dificuldades com a distância, minhas inseguranças e anseios e que mesmo não entendendo o porquê de “tanto trabalho” e o que “tanto escrevia”, acreditaram sempre.

Agradeço às famílias que tive o privilégio de integrar em Minas Gerais e com os quais aprendi lições preciosas nesses pouco mais de dois anos na cidade. À Sara Deolinda, Pilar Carolina, Vanessa Francisca, Dora, Vilmar, Juliana, Geane e ao Bruce, com quem dividi momentos memoráveis e que ficarão eternamente guardados em meu coração. À minha mãe mineira Magda Victor e meus irmãos Lucas e Rafael que generosamente me acolheram e me integraram em suas vidas e com os quais tive o privilégio de experienciar cotidianamente grandes lições de amor ao próximo, respeito, entrega e dedicação.

O meu imenso carinho aos colegas da coorte 2011: Abi, Carol, Cris, Elisio, Filipe, Emerson, Leo, Mari, Mariel, Octavio, Pedro, Robertinha, Rodrigo e Thiago com os quais tive o privilégio de conviver nessa jornada acadêmica e consolidar belas amizades. Com eles aprendi lições preciosas, como o genuíno significado de “subir Bahia e descer Floresta”, que há mineiros que não gostam de queijo, a nunca criticar o “Galo” (e comentar os jogos do Corinthians), que malária se combate com suco de caju, que Moçambique possui inúmeras semelhanças com o Brasil, a fugir de discussões religiosas, que Formiga não é somente um inseto, a escutar (talvez mais do que o aconselhável) “Joana Francesa” e que “rapidim” ou “só um poquim” em Minas é proporcional a “pertim”.

Aos demais colegas do Cedeplar, passando por Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Argentina, Moçambique e de volta ao Brasil me fizeram entender que é possível ser um estrangeiro em seu próprio país e um natural em um país estrangeiro.

Meu agradecimento especial à minha amiga Mariana Oeyen cujas gentis, porém implacáveis, entusiastas, porém realistas observações foram fundamentais para a realização desse trabalho. Em nossa compreensão mútua (e muitas vezes sob os mesmos argumentos), nos suportamos e motivamos continuamente diante dos desafios desse tema, que muitas vezes só nos parecia claro quando nos voltávamos para nossas experiências cotidianas.

Agradeço ao meu orientador Dimitri Fazito que soube respeitar minhas decisões analíticas e com serenidade e interesse, me indicar os caminhos que a experiência o apontava. Em nossas animadas conversas em sua sala aprendi, além dos pontos centrais deste trabalho, a perspectiva de que a pesquisa deveria funcionar prioritariamente como um salto de consciência pessoal e coletiva e nunca como degraus da comodidade acadêmica.

Ao meu co-orientador Roberto Monte-Mór, em cujas aulas, um ambiente sempre

estimulante de debate intelectual franco e aberto, me despertou para muitas das reflexões que fiz neste trabalho.

Aos professores Alisson Barbieri e Luis Aragón, pelas preciosas contribuições feitas na defesa desta dissertação.

Agradeço ao meu eterno orientador, Alan Ricardo, pela presteza em me ajudar com os problemas estatísticos, mesmo que a distância.

Aos demais professores do Cedeplar, entre eles o José Alberto, Fausto Brito, Irineu Rigotti, Eduardo Rios-Neto, Simone Wajnman, Cassio Turra, Laura Wong, Moema Fígoli, Paula Miranda-Ribeiro, Roberto Nascimento que generosa e entusiasticamente me revelaram o mundo da demografia e me promoveram um nível em minha trajetória de aprendiz de feiticeira (como diria José Alberto).

Agradeço aos demais funcionários do Cedeplar e UFMG, em especial à Maria Cecília, Sebastião, Andréa, Cleusa, Lucília e Cátia, pela admirável competência e por nunca pouparem esforços em me ajudar com minhas graves dificuldades com procedimentos burocráticos.

À professora Vanessa Tomaz e às demais colegas do FIEI, que me proporcionaram a belíssima oportunidade de me iniciar no mundo da docência e da educação indígena. Leravei por toda minha carreira acadêmica os ensinamentos aprendidos nesse curto, porém intenso período de trabalho compartilhado.

Aos alunos do curso FIEI das etnias Xakriabá, Pataxó e Tupinikim que me desviaram do sólido caminho dessa dissertação e personificarem cotidianamente a pluralidade das fronteiras. Vocês me colocaram o grande e pretensioso desafio de educar educadores comprometidos com suas realidades e com isso repensar a responsabilidade social deste trabalho.

Agradeço a todos os que colaboraram na pesquisa de campo realizada na fronteira Brasil-Paraguai por reforçarem em mim a importância da discussão do tema proposto nesse trabalho e a necessidade desse debate estar presente em muitas outras agendas de pesquisa, governo e sociedade.

À Simone, pela disposição e paciência em me ajudar na apressada revisão deste texto.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo apoio financeiro fornecido para a realização desse trabalho.



Agradeço à Deus. Àquele que invariavelmente todos os dias, seja por membros da minha família, por amigos ou por qualquer pessoa ainda desconhecida, foi indicado como o acompanhante em minha jornada. Obrigada por iluminar minha vida com pessoas tão especiais e por ter me dado a oportunidade de desenvolver as modestas reflexões que faço neste trabalho.

Agradeço de forma especial e emocionada ao meu eterno companheiro Alberto Aresca. Agradeço por seu apoio incondicional, por seu ombro amigo, por seu ouvido atento e por seu coração, que estou certa que sofreu comigo cada uma das intempéries desse projeto e principalmente com a distância física que ele nos impôs. Agora do outro lado do Caminho, espero que continue a ter o olhar que me acolhia, o sorriso que iluminava minha vida e que me ajude a transpor estas insuperáveis fronteiras que me cercam. Eu estenderei a vida em mim com a esperança de estender também a sua e mesmo com o olhar mais triste, com passos mais lentos e coração mais estreito, torná-la válida.

*Così questo paese, dove non sono nato, ho creduto per molto tempo che fosse tutto il mondo. Adesso che il mondo l'ho visto davvero e so che è fatto di tanti piccoli paesi, non so se da ragazzo mi sbagliavo poi di molto. Uno gira per mare e per terra, come i giovanotti dei miei tempi andavano sulle feste dei paesi intorno, e ballavano, bevevano, si picchiavano, portavano a casa la bandiera e i pugni rotti. Si fa l'uva e la si vende a Canelli; si raccolgono i tartufi e si portano in Alba. C'è Nuto, il mio amico del Salto, che provvede di bigonze e di torchi tutta la valle fino a Camo. Che cosa vuol dire? Un paese ci vuole, non fosse che per il gusto di andarsene via. Un paese vuol dire non essere soli, sapere che nella gente, nelle piante, nella terra c'è qualcosa di tuo, che anche quando non ci sei resta ad aspettarti. Ma non è facile starci tranquillo. Queste cose si capiscono col tempo e l'esperienza.*

*(PAVESE, 2014)*

*Declaration of Nutopia*

*We announce the birth of a conceptual country, Nutopia.  
Citizenship of the country can be obtained by declaration of the awareness  
of Nutopia.  
Nutopia has no land, no boundaries, no passports, only people.  
Nutopia has no laws other than cosmic.  
All people of Nutopia are ambassadors of the country.*

*John Lennon e Yoko Ono*

*As portas do rio foram abertas  
E vazaram peixes, caboclos, ubás.  
Remar tornou-se um verbo estático.  
O tempo ancorou no raso  
E o verde se decifrou.*

*(HATOUM, 1979)*

# Resumo

A Faixa de Fronteira Internacional do Brasil, que compreende um total de 590 municípios ao longo de 150 km de extensão, apresenta diversas singularidades em relação a outras regiões do país. Por este motivo, estudos sobre sua conformação sociodemográfica, geopolítica, ambiental, cultural e econômica, constituem desafios que são intensificados pelas dimensões nacionais e transnacionais envolvidas. Estas condições especiais influenciam diretamente na conformação das mobilidades populacionais nas áreas de fronteira do Brasil, que além da tradicional migração internacional com mudança de residência, envolvem deslocamentos temporários de diferentes regularidades. Um caso especial, que chama atenção por sua dinâmica demográfica é o da fronteira internacional da Amazônia Legal brasileira, composta por 126 municípios, inseridos em uma realidade bastante singular e ainda pouco estudada. Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo central investigar o fenômeno demográfico e social recente das mobilidades na área de fronteira internacional da Amazônia Legal brasileira. Para isso, desenvolve: i) a discussão teórica do conceito de “fronteira” e algumas de suas formas reveladas na Faixa de Fronteira da Amazônia; ii) a caracterização geral dos perfis geográfico, demográfico e econômico da Faixa de Fronteira da Amazônia, em comparação com o restante da Faixa de Fronteira do Brasil, a fim de demonstrar o caráter não homogêneo da região; iii) a discussão teórica e metodológica do conceito de “mobilidade” e uma de suas formas mais utilizadas, qual seja, a “migração”; iv) um breve panorama histórico sobre a ocupação populacional da fronteira amazônica e sua conexão com as formas que a mobilidade espacial da população tem assumido contemporaneamente na região; v) o mapeamento e caracterização das mobilidades internas e internacionais na Faixa de Fronteira da Amazônica. Os dados utilizados para discussão de todos estes pontos foram os Censos Demográficos brasileiros de 2000 e 2010.

# Abstract

The international Brazilian Border Area, including a total of 590 municipalities over 150 km long, has several peculiarities in relation to other regions of the country. For this reason, studies about its conformation socio-demographic, geopolitical, environmental, cultural and economic include challenges that are intensified by national and transnational dimensions involved. These special conditions influence the conformation of the mobility of the population in the Brazilian Border Areas directly, that beyond the traditional international migration with changes of residence, involves temporary dislocations with different regularities. A special case, which caught our attention for its population dynamic is the international frontier of the Brazilian Amazônia, composed of 126 municipalities, inserted into a unique reality and still poorly studied. In this context, the central goal of this paper is to investigate the recent demographic and social phenomenon of the mobilities in the area of international border in the Brazilian Amazônia. It covers: i) a theoretical discussion of the concept of “frontier/border” and some of its forms measured at the Amazonian Border Area; ii) a general description of the geographic, demographic and economic profiles of the Amazonian Frontier Area, compared with the rest of the Border Areas in Brazil, to demonstrate the heterogeneous nature of the region; iii) the theoretical and methodological discussion of the concept of “mobility” and one of its most used form, that is “migration”; iv) a brief historical overview about the population occupation of the Amazonian border and its connection with the ways that the spatial mobility of its population has manifested contemporaneously in the region; v) the mapping and characterization of internal and international mobility in the Amazonian Border Area. The data used to discuss all these points was the Brazilian Demographic Censuses of 2000 and 2010.

# Lista de Abreviaturas

APEC	Asia-Pacific Economic Cooperation
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MI	Ministério da Integração Nacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NAFTA	North American Free Trade Agreement
ONU	Organização das Nações Unidas
TBM	Taxa Bruta de Mortalidade
TFT	Taxa de Fecundidade Total
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará

# Lista de Figuras

2.1	Categorias de tamanho populacional dos municípios da Fronteira Norte e Sul, 2000 . . . . .	39
2.2	Categorias de tamanho populacional dos municípios da Fronteira Norte e Sul, 2010 . . . . .	40
2.3	Taxa de crescimento médio anual (%), Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, Unidades da Federação, 2000/2010 . . . . .	41
2.4	Pirâmide etária da Fronteira Norte ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	41
2.5	Pirâmide etária da Fronteira Sul ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	41
2.6	Pirâmide etária da Fronteira de Rondônia ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	43
2.7	Pirâmide etária da Fronteira do Acre ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	43
2.8	Pirâmide etária da Fronteira do Amazonas ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	43
2.9	Pirâmide etária da Fronteira de Roraima ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	43
2.10	Pirâmide etária da Fronteira do Pará ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	44
2.11	Pirâmide etária da Fronteira de Amapá ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	44
2.12	Pirâmide etária da Fronteira do Mato Grosso ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	44
2.13	Pirâmide etária da Fronteira do Paraná ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	45
2.14	Pirâmide etária da Fronteira de Santa Catarina ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	45
2.15	Pirâmide etária da Fronteira do Rio Grande do Sul ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	45
2.16	Pirâmide etária da Fronteira de Mato Grosso do Sul ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010 . . . . .	45
2.17	Razão de dependência jovem, razão de dependência idosa, razão de dependência e índice de envelhecimento, Fronteiras Norte e Sul, 2010 . . . . .	46
2.18	Razão de sexos por faixa etária, Fronteira Norte, Fronteira Sul e Brasil, 2000 e 2010 . . . . .	47

2.19 Razão de sexos por faixa etária, Unidades da Federação da Fronteira Norte, 2000 . . . . .	47
2.20 Razão de sexos por faixa etária, Unidades da Federação da Fronteira Norte, 2010 . . . . .	47
2.21 Razão de sexos por faixa etária e Unidades da Federação da Fronteira Sul, 2000 . . . . .	47
2.22 Razão de sexos por faixa etária, Unidades da Federações da Fronteira Sul, 2010 . . . . .	47
2.23 Distribuição relativa da população por raça/cor , Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010 . . . . .	49
2.24 Distribuição relativa da população por situação de domicílio, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2000 . . . . .	50
2.25 Distribuição relativa da população por situação de domicílio, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010 . . . . .	50
2.26 Razão de sexos por grupos de idade e situação de domicílio, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2000/2010 . . . . .	51
2.27 Taxa de analfabetismo, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010 . . . . .	51
2.28 Taxa de fecundidade total, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010 . . . . .	52
2.29 Taxa bruta de mortalidade, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010 . . . . .	53
2.30 Número médio de moradores por domicílio, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010 . . . . .	54
2.31 Índice de segregação residencial, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, UF, Brasil, 2010 . . . . .	54
2.32 Proporção de pobres, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, UF, Brasil, 2010 . . . . .	56
2.33 Proporção de miseráveis, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, UF, Brasil, 2010 . . . . .	56
2.34 Taxa de atividade e taxa de desocupação, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010 . . . . .	56
3.1 Tipologias de mobilidade pelos “quesitos data fixa”, “última etapa”, “tempo ininterrupto de residência” . . . . .	73

4.1	Percentual de imigrantes segundo tempo de residência no município da Fronteira Norte, 2010 . . . . .	82
4.2	Imigrantes, emigrantes e saldo migratório na Fronteira Norte, por Unidade da Federação, 1995/2000 . . . . .	84
4.3	Imigrantes, emigrantes e saldo migratório na Fronteira Norte, por Unidade da Federação, 2005/2010 . . . . .	84
4.4	Percentual de estrangeiros segundo tempo de residência na Fronteira Norte, 2010 . . . . .	88
4.5	Imigrantes segundo país de origem que há cinco anos declararam viver na Fronteira Norte, 1995/2000 e 2005/2010 . . . . .	88
4.6	Imigrantes segundo nacionalidade que declararam viver na Fronteira Norte cinco anos antes, 1995/2000 e 2005/2010 . . . . .	89
1	Delimitação da área em estudo: Fronteira Norte e Fronteira Sul . . .	104
2	Cidades-gêmeas, Fronteira Norte e Sul. . . . .	105
3	Densidade demográfica da Fronteira Norte, unidades de conservação e proteção integral, unidades de conservação de uso sustentável e terras indígenas, por município, 2010. . . . .	105
4	Densidade demográfica da Fronteira Sul, unidades de conservação e proteção integral, unidades de conservação de uso sustentável e terras indígenas, por município, 2010. . . . .	106
5	População da Fronteira Norte, por município, 2000. . . . .	106
6	População da Fronteira Norte, por município, 2010. . . . .	107
7	População da Fronteira Sul, por município, 2000. . . . .	107
8	População da Fronteira Sul, por município, 2010. . . . .	108
9	Taxa de crescimento médio anual (%) da Fronteira Norte, por município, 2000/2010. . . . .	108
10	Taxa de crescimento médio anual (%) da Fronteira Sul, por município, 2000/2010. . . . .	109
11	Grau de urbanização da Fronteira Norte, por município, 2010. . . . .	109
12	Grau de urbanização da Fronteira Sul, por município, 2010. . . . .	110
13	Imigrantes na Fronteira Norte segundo Unidade da Federação de nascimento e residência em 2005, por Unidade da Federação, 2010. . . . .	110
14	População da Fronteira Norte que estuda ou trabalha em outro município, por município, 2010. . . . .	111



15	Estrangeiros residentes na Fronteira Norte, por município, 2010. . . .	111
16	População da Fronteira Norte que estuda ou trabalham em país estrangeiro, por município, 2010. . . . .	112

# Lista de Tabelas

2.1	Número de municípios, área total em $Km^2$ e proporção da área em relação a Unidade da Federação, por Unidade da Federação das Fronteiras Norte e Sul . . . . .	37
2.2	Situação Geográfica dos municípios das Fronteiras Norte e Sul . . . . .	38
2.3	População das Fronteiras Norte e Sul, Unidades da Federação correspondentes e proporção da população da fronteira com relação à Unidade da Federação, por Unidade da Federação, 2000-2010 . . . . .	39
3.1	Quesitos censitários relativos à mobilidade espacial da população - Brasil, 1960/2010 . . . . .	72
4.1	Proporção de imigrantes segundo tipologia migratória, por Unidade da Federação, Fronteira Norte, 2010 . . . . .	82
4.2	Proporção de imigrante da Fronteira Norte por unidade geográfica de residência em 1995 e 2000, 2000 . . . . .	85
4.3	Proporção de emigrante da Fronteira Norte por unidade geográfica de residência em 1995 e 2000, 2000 . . . . .	85
4.4	Proporção de imigrante da Fronteira Norte por unidade geográfica de residência em 2005 e 2010, 2010 . . . . .	86
4.5	Proporção de emigrante da Fronteira Norte por unidade geográfica de residência em 2005 e 2010, 2010 . . . . .	86
4.6	População segundo nacionalidade, por Unidade da Federação da Fronteira Norte, 2000 e 2010 . . . . .	87
1	Municípios criados entre os anos 2000 e 2010 nas Fronteiras Norte e Sul	103
2	Os quinze municípios com maior contingente populacional, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2000 e 2010 . . . . .	113

3	Os quinze municípios com maior taxa de crescimento médio anual e densidade populacional, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2000 e 2010 . . . . .	113
4	Os quinze municípios com maior razão de dependência jovem e idosa, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010 . . . . .	114
5	Os quinze municípios com maior razão de dependência e índice de envelhecimento, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010	114
6	Os quinze municípios com maior razão de sexo e proporção de declarados como “brancos”, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010 . . . . .	114
7	Os quinze municípios com maior proporção de declarados como “negros” e “indígenas”, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010 . . . . .	115
8	Os quinze municípios com maior grau de urbanização e taxa de analfabetismo, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2000 e 2010 . . . . .	115
9	Os quinze municípios com maior taxas de fecundidade total e taxa bruta de mortalidade, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010 . . . . .	115
10	Os quinze municípios com maior densidade residencial e segregação residencial, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010 . .	116
11	Os quinze municípios com maior proporção de população pobre e miserável, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010 . .	116
12	Os quinze municípios com maior taxa de atividade e taxa de desocupação, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010 . . .	116

# Sumário

Resumo	xix
Abstract	xii
Lista de Abreviaturas	xiii
Lista de Figuras e Gráficos	xiv
Lista de Tabelas	xvii
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2 FRONTEIRA</b>	<b>5</b>
2.1 Introdução: Fronteiras plurais . . . . .	5
2.1.1 Fronteiras nas ciências sociais . . . . .	8
2.2 Na fronteira dos tempos e espaços . . . . .	11
2.2.1 Fronteira: uma categoria espacial . . . . .	15
2.2.1.1 Fronteira ( <i>Frontier</i> ) e Limite ( <i>Boundary</i> ) . . . . .	19
2.2.2 Fronteira: uma categoria temporal . . . . .	21
2.2.2.1 Fronteira, Estado-Nação e nacionalismo . . . . .	24
2.3 Os (des)caminhos rumo a uma Fronteira Demográfica: o caso brasileiro	33
2.3.1 Aspectos geográficos, demográficos e econômicos da fronteira brasileira . . . . .	35
2.3.1.1 Aspectos geográficos . . . . .	36
2.3.1.2 Aspectos demográficos . . . . .	38
2.3.1.3 Aspectos econômicos . . . . .	55
2.4 Considerações finais . . . . .	57

<b>3</b>	<b>MOBILIDADE</b>	<b>59</b>
3.1	Introdução: Mobilidades (e migrantes) plurais . . . . .	59
3.2	O migrante como fronteira : o (re)encontro do “Eu” com o “Outro” . . . . .	61
3.3	As fronteiras da mobilidade . . . . .	64
3.4	As fronteiras na mobilidade . . . . .	67
3.5	Fontes de informação sobre as mobilidades na Fronteira Demográfica: o Censo Demográfico brasileiro . . . . .	69
3.5.1	Breve panorama das possibilidades e restrições dos Censos Demográficos para o estudo das mobilidades populacionais . . . . .	71
3.6	Considerações finais . . . . .	75
<b>4</b>	<b>AMAZÔNIA E SUAS PLURALIDADES</b>	<b>77</b>
4.1	Introdução: A Amazônia e suas pluralidades . . . . .	77
4.2	Breve panorama histórico da ocupação populacional na Amazônia . . . . .	79
4.2.1	A mobilidade interna na Fronteira Norte . . . . .	82
4.2.2	A mobilidade internacional na Fronteira Norte . . . . .	86
4.3	Considerações finais . . . . .	89
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>93</b>
	<b>Apêndice I</b>	<b>103</b>
	<b>Apêndice II</b>	<b>104</b>
	<b>Apêndice III</b>	<b>113</b>

# Capítulo 1

## INTRODUÇÃO

*O mar não tem desenho. O vento não deixa. O tamanho...*(ROSA, 1988)

No conto “Partida de um audaz navegante” de João Guimarães Rosa, Brejeirinha, personagem infantil que se destaca por sua mente imaginativa, nos conduz a com ela desafiar os limites entre o fictício e o real, ausência e existência, o próximo e o distante, o contínuo e o finito.

Brejeirinha nos transporta por meio de seu olhar, que segundo o próprio narrador “já olhou tudo de cor”, a história de um navegante cujo mar está controlado por varetas de bambu que marcam o nível da água e criam suas fronteiras móveis. À beira do riachinho, esta imagem produz em Brejeirinha uma lembrança e por isso declara que “*O mar não tem desenho. O vento não deixa. O tamanho...*”(ROSA, 1988).

A narrativa desencadeada por João Guimarães Rosa neste conto, assim como a Brejeirinha “me impôs recordações” de algumas das reflexões que faço nesse trabalho. A primeira delas é por meio das contraposições imaginadas (e por isso, criadas) pela personagem, a pensar o significado do termo “fronteira”, bem como suas dessemelhanças, seus espaços reais e fictícios e os fatos históricos que reafirmam suas existências.

Brejeirinha ao ser questionada sobre já ter visto jacaré na ilhazinha de igual nome contesta: “*Não. Mas você também nunca viu o jacaré-não-estar-lá. Você vê é a ilha, só. Então, o jacaré pode estar ou não estar...*”. Como os jacarés, as fronteiras não-estão-lá, recebem nomes, regras, relacionam, separam, mas não-estão a ponto de se criar mitos sobre sua existência, ou mesmo sobre sua eliminação.

Não por acaso, assim como o desenho do mar que não se deixa formar pela ação do vento, que permeia as recordações de Brejeirinha, as mobilidades populacionais que perpassam as fronteiras também se estabelecem em formas cada vez mais amorfas à

luz da ciência e com ventos que partem das mais diversas escalas de tempo e espaço.

Isso acontece porque os temas mobilidade e fronteiras, em suas mais variadas significações e interpretações, sempre estiveram intimamente relacionados. Assim, não há como falar em mobilidade sem mencionar uma ou mais fronteiras a serem superadas, do mesmo modo que as fronteiras só podem se consolidar como símbolo de poder se forem considerados os fluxos que por elas atravessam.

Entre as preocupações contemporâneas comuns a estes dois temas - que sustentam os debates sobre o desaparecimento e/ou recrudescimento das fronteiras e sobre a intensidade e diversidade dos deslocamentos populacionais - estão discussões como: a conexão entre as escalas globais e locais facilitadas por novas tecnologias, os direitos dos migrantes ao cruzarem suas fronteiras, a atitude dos Estados Nacionais frente aos benefícios e malefícios dos diferentes fluxos de pessoas e mercadorias e a melhor maneira de medir e controlar as fronteiras e os cruzamentos que por elas atravessam.

Estas inquietações, que transitam em diferentes contextos, deixam claro que os significados dos termos mobilidade e fronteira não são lineares. Suas notáveis pluralidades, fruto das inúmeras categorias cunhadas em circunstâncias históricas e espaciais distintas - e inseridas hoje em um contexto de transições diversas - configuram um desafio social que cresce à medida que decodificamos seus significados e espectros de tempos e espaços responsáveis pela diferenciação dos inúmeros elementos presentes em suas representações.

Ao que parece, contudo, entre os estudiosos de população, apesar de reflexivamente plurais, estes termos vem sendo tensionados em direções opostas. Se por um lado ganha espaço a proposição da mobilidade como um conceito amplo, que supera a disseminada ideia de migração como simples mudança de residência permanente, por outro o termo fronteira busca se consolidar como uma noção bem delineada dentro de contextos particulares, que supera as imprecisões conceituais que frequentemente circundam os estudos sobre o tema.

No Brasil - e na Amazônia de modo particular -, as noções de fronteira e mobilidade se confundem entre si e com a própria composição histórica e espacial do país. A começar pelas fronteiras internacionais, que paulatinamente ganham maior visibilidade e importância no contexto brasileiro, em grande parte, em decorrência de suas crescentes trocas populacionais com os países vizinhos. Vincula-se também aos dados oficiais, tais como os Censos Demográficos, que em função de seu alcance e confiabilidade, orientam em grande medida as fronteiras espaciais e temporais possíveis aos estudos sobre mobilidade espacial da população. Além disso, não menos frequente, a ideia de fronteira está amplamente associada à proposta de TURNER (1966) de

uma área de terras livres que se consolida com o progressivo avanço da mobilidade humana.

A partir dessas considerações, fica fácil entender porque grande parte das proposições teóricas de fronteiras e mobilidades se encontra na fronteira internacional da Amazônia Legal brasileira, que será nosso objeto empírico de estudo nesse trabalho. Esta área, definida legalmente em 1979, configura-se como uma região de extrema complexidade que possui características muito peculiares como: uma imensa reserva de recursos hídricos e diversidade biológica, uma grande diversidade étnica traduzida em inúmeras Terras Indígenas na região, uma posição estratégica de conectividade com inúmeros países vizinhos e blocos regionais e um crescente fluxo de pessoas e capital que se deslocam em diferentes intensidades e escalas.

Na Faixa de Fronteira amazônica, além dos fluxos populacionais provenientes de diversas partes do país que caracterizaram a história de ocupação da Amazônia, é possível perceber uma intensa mobilidade intra-regional de curtas distâncias e períodos, que determinam uma nova dinâmica migratória local. Além disso, como parte de uma tendência reconhecida em diversas partes do mundo, a Faixa de Fronteira da Amazônia tem recebido um grande número de estrangeiros provenientes de países fronteiriços, bem como de brasileiros retornados de países desenvolvidos como Estados Unidos, Portugal e Japão.

Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo central investigar o fenômeno demográfico e social recente das mobilidades na área de fronteira internacional da Amazônia Legal brasileira. A escassez de estudos sobre o tema funcionou como um importante motivador para o desenvolvimento desse trabalho, que além de caracterizar demográfica, geográfica e economicamente a região, buscou problematizar as indefinições conceituais que envolvem os assuntos abordados.

Para isso, o Capítulo 2 apresenta uma discussão teórica e conceitual em torno da “fronteira” e das maneiras como o tema tem sido tratado ao longo do tempo e do espaço. Além disso, discute algumas de suas conformações identificáveis na Faixa de Fronteira amazônica e compara elementos de sua composição geográfica, demográfica e econômica em relação ao restante da Faixa de Fronteira brasileira. Na sequência, o Capítulo 3 apresenta uma discussão teórica e metodológica do conceito de “mobilidade” e uma de suas formas mais utilizadas, qual seja a “migração”. Além disso, o capítulo desenvolve um breve estudo sobre as possibilidades analíticas de algumas fontes de informação sobre migração, com foco no Censo Demográfico brasileiro. Por fim, o Capítulo 4 apresenta a convergência dos dois primeiros temas para o caso da Faixa de Fronteira da Amazônia. Para isso discute as pluralidades e diversidades que giram em torno da Amazônia e, por meio de informações dos



Censos Demográficos 2000 e 2010, apresenta o mapeamento e caracterização das mobilidades internas e internacionais na Faixa de Fronteira da Amazônia.

# Capítulo 2

## FRONTEIRA

### 2.1 Introdução: Fronteiras plurais

*O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele?... Tudo sai mesmo de escuros buracos, tirante o que vem do Céu. Eu sei.* (ROSA, 2006, p.595).

*Mais au-dedans, plus de frontières !*[Mas, no interior, mais fronteiras!] (TARDIEU, 1943, p. 34)

*¿Cómo transmitir a los otros el infinito Aleph, que mi temerosa memoria apenas abarca? [...] En ese instante gigantesco, he visto millones de actos deleitables o atroces; ninguno me asombró como el hecho de que todos ocuparan el mismo punto, sin superposición y sin transparencia. Lo que vieron mis ojos fue simultáneo: lo que transcribiré sucesivo, porque el lenguaje lo es. Algo, sin embargo, recogeré.* (BORGES, 1968, p. 96)

O termo “fronteira” tem sido amplamente utilizado em inúmeros contextos para fazer referência a igualmente diversas situações e cenários. Repetidamente é possível encontrar este verbete sendo mencionado em gêneros textuais e veículos de comunicação como informes jornalísticos, contratos, documentos oficiais, textos literários, legislações e em variadas publicações científicas.

Seu uso, contudo, por vezes pode parecer contraditório. Se por um lado os anúncios publicitários promovem o “mundo e a vida sem fronteiras” e as políticas educacionais as “ciências sem fronteiras”, por outro o que se percebe no cenário geopolítico é a multiplicação, expansão e consolidação das fronteiras, além de inúmeros conflitos gerados por suas (in)existências - ou mesmo (in)suficiências.

Diante de tantas contradições, nos restam alguns questionamentos. Mas afinal, a quais fronteiras nos referimos tão continuamente? Como as fronteiras são criadas e recriadas? Quais processos históricos levaram os homens a demarcar fronteiras? As fronteiras limitam? E, se limitam, quais os aspectos dessas limitações, quem limita e quem é limitado? Quais fronteiras devem ser mantidas e quais devem ser eliminadas no processo de busca por justiça social? As fronteiras são todas iguais? Quais elementos tornam as fronteiras universais ou específicas? As fronteiras devem ser encaradas como um problema ou como uma solução no mundo contemporâneo? Qual o papel dos estudos fronteiriços na atualidade? De que lugar falam esses estudos? E finalmente, quais as possíveis contribuições da demografia para a compreensão do tema?

Estas questões, que transitam em diferentes contextos e cujas soluções encontradas por cada um dos leitores do presente trabalho seguramente seriam distintas, deixam claro que a fronteira não é um dado apriorístico, mas um fenômeno elaborado a partir das experiências históricas de indivíduos e comunidades.

As interpretações e percepções sobre os fatos e eventos que definem a fronteira são carregadas de adjetivos polissêmicos que não encerram seus “limites” em uma unidade fixa, homogênea e autocontida. Ao contrário, suas apreciações alçam voos que vão além do dicionário, tanto entre as abordagens que consideram seus aspectos simbólicos, quanto as que descrevem perfis econômicos, territoriais e políticos.<sup>1</sup>

Desse modo, tal qual Jano,<sup>2</sup> as fronteiras podem ser consideradas como bifrontais - com faces concomitantemente voltadas para lados opostos - e detentoras das chaves que permitem a compreensão de inúmeros processos humanos em sua diversidade. Assim, além da duplicidade do conceito (que remete à simultaneidade da diferenciação do espaço físico/territorial e do espaço social/simbólico), o aspecto bifrontal evoca também o fator contrastivo que realiza as oposições cotidianas nas relações

---

<sup>1</sup>Quanto a isso, GRIMSON (2000a, p. 9) reconhece como uma das características centrais da fronteira a sua duplicidade, que funciona simultaneamente como o que ele denomina de “objeto/conceito” e “conceito/metáfora” que por um lado configura um espaço físico e territorial e de outro, fronteiras culturais e simbólicas.

<sup>2</sup>Jano (em latim, *Janus*) é, na mitologia romana, o deus dos inícios e das transições. Suas duas faces, que apontavam em direções opostas, olhavam ambos os lados: por isso lhe é atribuída a função de vigilância e de ser o detentor das chaves que abrem as portas e os portais. Jano emprestou seu nome para denominar o primeiro mês do ano (em latim *janarius*) e era invocado publicamente no primeiro dia de janeiro.

humanas em sociedade e no ambiente. Em outras palavras, a fronteira dá forma às diferenças (contrastes) latentes nas categorias sociais que organizam os grupos humanos em sua ecologia constitutiva.

Quando olhamos para o interior de qualquer conceito pretensamente acabado e isolado, o que encontramos são mais fronteiras (TARDIEU, 1943), que se estendem e se multiplicam em matizes de perspectivas e acepções. Isso implica que a divisão “dentro” e “fora”, “aqui” e “ali” fruto da ausência de reflexão crítica sobre seus significados é claramente insuficiente para a compreensão das fronteiras em sua plenitude, bem como de seus usos e funções.

Ao contrário de ideias amplamente disseminadas, a noção de fronteira vai muito além de um lugar no espaço geográfico. Como para MARTINS (1997, p. 13) “*ela é fronteira de muitas e diferentes coisas*” e como para BACHELARD (2000, p. 186), no campo da filosofia e metafísica, é reticente à “caracterização geométrica”. O autor defende que:

*Queremos fixar o ser e, ao fixá-lo, queremos transcender todas as situações para dar uma situação de todas as situações [...]. Fazemos passar para o nível do absoluto a dialética do “aqui” e do “aí”. Atribuímos a esses pobres advérbios de lugar poderes de determinação ontológica mal controlada. [tradução nossa].*

Estas notáveis características e frutíferas possibilidades nos permitem pensar que as fronteiras e seus emblemas poderiam estar entre os pontos refletidos pelas insígnias do “*Aleph*”, descritas por Jorge Luis Borges: o único lugar da terra onde se encontram todos os lugares, caracterizado pela multidimensionalidade do tempo e do espaço, simultaneidade e paradoxos. Tomar emprestado da literatura este ponto absoluto, tal qual afirmou BARTHES (1975, p. 19), nos permite a aproximação entre a ciência - que é grosseira - e a vida - que é sutil -, pois funciona como sustentáculo ideal para a projeção de uma fronteira utópica, que condense todos os espaços, sob todos os pontos de vista, em todos os momentos históricos e por isso, tal qual para o narrador de Borges, não pode ser perfeitamente descrito em nossa limitada linguagem verbal.

Uma de suas possíveis interpretações, que nos fornece as pistas para alcançarmos a fronteira utópica que se comporte como o “*Aleph*”, é a etimologia da palavra (originária do latim *front*) que significa *aquilo que está à frente*, que corrobora a ideia de Martin Heidegger de que fronteira “*não é o ponto onde algo termina, mas [...] é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente*”. Diante dessa indicação e sempre amparados por uma concepção plural do termo, poderíamos ser

conduzidos ao entendimento das fronteiras como ponto primordial de descoberta “*de uma esfera cujo centro está em todas as partes e a circunferência em nenhuma*” (BORGES, 1968, p.96).

### 2.1.1 Fronteiras nas ciências sociais

Entre os cientistas sociais, a pluralidade de enfoques não é diferente (GUICHONNET and RAFFESTIN, 1974; MARTINS, 1997; SAWYER et al., 1990; PEREIRA, 1990; GRIMSON, 2000a; WILSON and DONNAN, 2012; RAFFESTIN, 2005; BECKER et al., 1990; AUBERTIN and LENA, 1988). É certo que suas significações e abordagens ganham alguma homogeneidade à medida que se restringe a abrangência analítica: ou seja, em disciplinas como antropologia, sociologia, geografia, história, economia e demografia, é possível perceber certa regularidade quanto ao conteúdo do termo. Contudo, a busca pela convergência das diferentes perspectivas disciplinares revela um verdadeiro mistifório de enfoques, que não raro são antagônicos entre si (PEREIRA, 1990, p. 17).

Entre as adjetivações mais recorrentes na literatura podemos encontrar classificações tais como: “vivas” e “mortas”, em função da maior ou menor dificuldade de cruzamento de pessoas e mercadorias; “frias” e “quentes”, para se referir ao caráter da relação entre os povos vizinhos; “físicas”, aquelas que seguem algum acidente geográfico; “antropológicas”, aquelas que ressaltam diferenças tribais, linguísticas e culturais; e uma de suas formas mais disseminadas “fronteiras” e “limites” (MARTIN, 1992, p. 57).

No Brasil, a noção de fronteira se confunde com a própria história do país (LENA, 1988, p. 92). Como destacou PEREIRA (1990, p. 17-22), é comum encontrar o termo circundado por adjetivos que suscitam noções variadas, tais como: referências espaciais - fronteira nacional, borda da fronteira, fronteiras contíguas; marcos temporais - fronteira atual, fronteira antiga, fronteira recente; atividade econômica proeminente - fronteira agrícola, fronteira de recursos, fronteiras comerciais, fronteiras de subsistência, entre inúmeros outros sentidos.

Diante desse quadro, o intento de medir a densidade de sua bruma, quando bem desenvolvido, permite enquadrar o termo entre os conceitos complexos das ciências sociais, entre os quais figuram definições como “classe social”, “desenvolvimento” e “identidade”. Como tal, impõe complexidades empíricas, epistemológicas, teóricas e metodológicas que desafiam a percepção de cientistas nas mais diversas áreas.

Por outro lado, contudo, a despeito da laboriosidade do tema, o que se tem notado, em geral, é que mesmo frequente o conceito tem sido pouco elaborado na maioria das investigações sobre o assunto que, sem uma reflexão crítica, subestimam

e negligenciam sua multidimensionalidade, tornando-o um rótulo vazio de significado e de uso crescentemente confuso (MARTINS, 1997, p. 12).

Diante de tamanha complexidade, seria possível chegar à conclusão de que por tão múltiplo e fluido o termo se inutiliza, ou ainda, que a busca por uma definição conceitual acurada, que ao mesmo tempo leve em consideração abordagens plurais e abrangentes, poderia representar uma atitude ambiciosa e condenada ao fracasso.

Este trabalho propõe, entretanto, que a imprecisão conceitual anima a involução dos estudos sobre fronteira. Por isso, concorda com a ideia de GUICHONNET and RAFFESTIN (1974, p. 9) de que a busca por uma melhor compreensão das definições e das interpretações extraídas a partir delas representa uma prova da humildade que deve nos deixar imunes às declarações de caráter absoluto e formulações de leis universais que nutrem muitos estudos de fronteira.

A partir dessas considerações, partimos da concepção de que somente com a apreensão e conjunção de algumas das tentativas intelectuais de traduzir o termo será possível a aproximação do real entendimento dos significados de seus conceitos, conectados aos fatos empíricos e construções teóricas existentes.

Embora não seja o objetivo deste trabalho estabelecer com precisão o significado da palavra “fronteira”, traçar correspondência ou pontes entre algumas das distintas áreas disciplinares constitui um desafio que, mais que apontar soluções claras e lineares, pretende alinhar alguns pontos de reflexão antirreducionistas e antideterministas que problematizem o conceito.

Além disso, concordamos com SAWYER et al. (1990, p. 22) que são arriscadas (e possivelmente vazias) as generalizações abstratas que se apliquem a qualquer sociedade em qualquer momento histórico. Tal qual o *Aleph*, que não pode ser perfeitamente caracterizado e traduzido em função de nossas limitações verbais, as fronteiras devem ser tomadas por um ângulo bem definido histórica e espacialmente, que por caminhos progressivamente simplificados, ao mesmo tempo em que reflita sua totalidade (já que é indissociável do todo que as compõe), consiga caracterizar com maior precisão a parte selecionada.

É salutar destacar que mesmo um objeto específico sofrerá a influência dos *modos de ver* a fronteira, que se diferenciam a depender dos lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada e da influência do pesquisador em sua descrição. Quanto a isso MARTINS (1997, p. 152,156) destaca:

*A fronteira, desse modo, tal qual um reflexo de espelho, revela o que o cientista está disposto a ver e o desencontro de perspectiva é a expressão clara da contraditória diversidade da fronteira, mais do que do produto da diversidade de pontos de vista sobre a fronteira.*

Neste trabalho, o *modo de ver* a fronteira será pela ótica das populações e de seus atributos demográficos. O espaço selecionado para estas análises são as fronteiras estabelecidas entre territórios, em especial as fronteiras entre Estados Nacionais. Os tempos são todos aqueles que ao longo da história “colidiram” e diferenciaram o espaço, de modo a proporcionar o surgimento das fronteiras analisadas entre os anos 2000 e 2010.

Nesse contexto, partimos da hipótese de que o principal atributo demográfico para se compreender a fronteira são as migrações e sua forma mais ampliada: as mobilidades populacionais. Entendemos que estas, conectadas a outras formas de mobilidade (capital, *commodities*, serviços, etc.) e às outras componentes da dinâmica demográfica, reforçam ao mesmo tempo em que confrontam as fronteiras e as manifestações de poder, conflitos e integração impostos pelas diferenças que as configuram (esse tema será abordado com maiores detalhes no Capítulo 3).

A importância das fronteiras entre Estados Nacionais nesse contexto se justifica em função de sua clara manifestação como encontro da diversidade “espaço-temporal” entre as populações que as vivenciam. Por diversidade temporal, adotamos a proposta de autores como MARTINS (1997) (a partir de uma interpretação de Henri Lefebvre) e GIDDENS (1991) que consideram serem as fronteiras uma das maiores manifestações da modernidade, pois surgem justamente dos encontros/choques de temporalidades históricas que acontecem com muito mais frequência no mundo moderno.

Para clarificar essa ideia, optamos por evidenciar a conformação espaço-temporal das fronteiras nacionais, primeiro demonstrando o sentido social que mais frequentemente se atribui ao espaço e ao tempo. Na sequência, apresentamos argumentos que permitem extrair interpretações plurais desses dois elementos isolados, de modo a evidenciar como ambos repetidamente são apresentados como construções sociais impostas e previamente decifradas. Por fim, discutimos o quão importante se configura uma visão mais democrática desses dois conceitos para o entendimento das fronteiras nacionais e como, nesse espaço, a simultaneidade dos tempos e dos espaços transescalares se fortalece e evidencia.

A partir dessa reflexão crítica, delimitamos nosso objeto de estudo no que inti-

tulamos de Fronteira Demográfica. Esta, fundamentada em uma proposta inter e multidisciplinar, tem como uma de suas características centrais sua posição crítica às interpretações demográficas ordinárias que consideram a fronteira somente como divisão político-administrativa vazia de significado e historicidade,<sup>3</sup> ou como espaço de ocupação humana, o que muitas vezes não diz nada sobre as dinâmicas demográficas e processos sociais que a caracterizam.

Para isso, tomamos como objeto empírico a Faixa de Fronteira delimitada legalmente pela Constituição Brasileira, com foco central na Faixa que demarca a Amazônia Legal, denominada neste trabalho de Fronteira Norte. A fim de qualificá-la e demonstrar sua heterogeneidade, desenvolvemos na sequência um estudo de alguns aspectos de sua composição geográfica, demográfica e econômica, que fundamentará as pluralidades das mobilidades observáveis na região, tanto no que se refere à sua dinâmica interna, quanto à sua área de influência internacional. Além disso, indicaremos alguns aspectos que assemelham e diferenciam a Fronteira Norte dos outros estados que compõem meridionalmente a Faixa de Fronteira, que será designada neste trabalho como Fronteira Sul.

## 2.2 Na fronteira dos tempos e espaços

Segundo Merleau PONTY (2011), em seu estudo sobre a “Fenomenologia da percepção”, os seres humanos não são uma consciência cognitiva pura. Somos, ao contrário, uma consciência encarnada em um corpo que não se separa do espaço e tempo em que está inserido. Somos concomitante e inerentemente espaciais e temporais.

É inegável que o espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana e estão interligados na natureza e na sociedade (CASTELLS, 1999, p. 467). Contudo, apesar de suas relevâncias, raramente discutimos o seu sentido e tendemos a tê-los por certos e/ou autoevidentes (HARVEY, 1992, p. 187). A respeito do tempo, que nesse contexto poderia ser igualmente atribuído ao espaço, AGOSTINHO (1996, p. 322) dizia: “*Se ninguém me pergunta, eu o sei: se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei.*”<sup>4</sup>

No campo das ciências sociais, o tempo e o espaço são percebidos e traduzidos por muitos teóricos, de modo que a evolução de suas formas pode ser apreendida como a

---

<sup>3</sup>Entre as inúmeras críticas que se poderia fazer às divisões político-administrativas, as principais talvez sejam as de que elas não necessariamente coincidem com os limites do conjunto de atividades humanas (PELLEGRINO, 1995; PICOUE, 1995) e em sua maioria desconsideram os aspectos espaço-temporais imbuídos em sua delimitação.

<sup>4</sup>Ver a discussão crítica das noções de “tempo” e “espaço” em (LEVY, 1998; GIDDENS, 1991; SOJA, 1990; SANTOS, 2012; HARVEY, 1992; CASTELLS, 1999).



evolução da própria história da sociedade. A busca pela compreensão dessa dinâmica implicaria, portanto, no entendimento das diversas transformações e experiências espaço-temporais a partir do ponto de vista da prática social e, conseqüentemente, dos grupos que detiveram o poder de determiná-las (CASTELLS, 1999; HARVEY, 1992, p. 198).

Segundo HARVEY (1992, p. 198, 208), a noção de senso comum de que “há um tempo e um lugar para tudo” replica a ordem social ao atribuir sentidos aos espaços e tempos e reproduzir distribuições particulares de poder entre classes. De acordo com essa abordagem, os sentidos imperativos e objetivos de tempo e de espaço, que desconsideram as perspectivas plurais e suas variadas formas de representação e vivências, funcionam como reprodutores das práticas sociais e reforçam a relação entre conhecimento e interesses. Sobre isso HARVEY (1992, p. 190) declara:

*Sob a superfície de ideias do senso comum e aparentemente “naturais” acerca do tempo e do espaço, ocultam-se territórios de ambiguidades, de contradições e de luta [...]. O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e outros interpretamos e depois agimos em relação ao mundo.*

Simultaneamente a este embate dos diferentes padrões e escalas de tempo e espaço que definem a organização social, surge o que HARVEY (1992) chama de “compressão” e GIDDENS (1991) de “esvaziamento” do tempo e do espaço. Estes fenômenos, segundo os autores, promovem um impacto desorientador sobre as práticas sociais que, alimentada pela busca de meios mais flexíveis de acumulação do capital, incorpora formas ainda desconhecidas e fraturadas por crescentes dimensões e reduzidas escalas do tempo e do espaço.

Mudanças como o incentivo à criação do mercado mundial, que racionalizam o espaço em modelos de produção eficientes e a ampliação das redes de circulação de pessoas e consumo representam a partir de então um marco profundo na história do capitalismo e de suas manifestações espaço-temporais. Essa nova lógica, que se estabelece e se reproduz muito em função dos avanços das tecnologias eletrônicas de informação e de transporte, cria uma dinâmica de experiências humanas orientadas à acronia e à atopia sem precedentes, já que as escalas espaciais e temporais são diminuídas a ponto de se falar na abolição dessas duas dimensões. Tudo se passa aqui e agora, de modo que o passado e o futuro se dissolvem, deixando o infinito presente de um mundo que parece se encolher em uma “aldeia global” (HARVEY,

1992, p. 212,219) e “desencaixar”<sup>5</sup> as relações sociais (GIDDENS, 1991, p. 31).

Mas, afinal, como compreender e traduzir essa sociedade que, se por um lado se liquefaz no tempo e no espaço - referências, como propôs Merleau PONTY (2011), fundamentais da existência humana - por outro sofre com os embates sem precedentes dessas mudanças, com agravantes que atuam heterogeneamente nos diferentes extratos sociais e geram realidades híbridas e fragmentadas? A resposta não é única, mas é notável que muitos cientistas sociais pareçam convencidos de encontrá-la nos estudos sobre fronteiras nacionais, seja ela objeto central ou uma porta de entrada para a compreensão de novas ideias.

Além de funcionar como ponto de encontro de culturas, sistemas econômicos e políticos, as multiplicidades de interpretações das fronteiras que, por um lado, são percebidas como uma barreira que impede o desenvolvimento do capital e dos mercados e, por outro, como um multiplicador das forças que geram e incentivam esse desenvolvimento fazem que as fronteiras nacionais condensem elementos que as convertam em exímios lugares de observação (e interpretação) de fenômenos sociais.

Desse modo, além de um espaço de observação privilegiado, as fronteiras caracterizam-se também por promover o encontro dos tempos históricos. Como destacam autores como MARTINS (1997), GIDDENS (1991) e SANTOS (2012), a história não ocorre de maneira homogênea entre os grupos sociais. A mesma modernidade que acelera, conecta e dinamiza o cotidiano das pessoas viabiliza a multiplicidade de tempos na realidade social, que torna o espaço sociologicamente desencontrado em termos da temporalidade que o contém. Quanto a isso SANTOS (2012, p. 159-160) declara:

*A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e se anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum [...]. Poderíamos mesmo dizer com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é o que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.*

Segundo GIDDENS (1991, p. 28), mesmo no século XIX, áreas diferentes dentro de um mesmo Estado tinham tempos diferentes, enquanto entre as fronteiras dos países essa situação era ainda mais nítida. Nesse sentido, estabelece um processo

---

<sup>5</sup>Por desencaixe GIDDENS (1991) se refere ao “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de “tempo-espaço”.

que, assim como em suas representações simbólicas, estão inseparavelmente fundamentados no espaço e no tempo. Com relação a isso RAFFESTIN (1993, p. 169) observa:

*Assim, pois, o limite ou a fronteira não decorrem somente do espaço, mas também do tempo. De fato, a quadrícula não é exclusivamente territorial, é também temporal, pois as atividades que são regulamentadas, organizadas e controladas se exprimem de uma só vez, no espaço e no tempo, num local e num momento dados, sobre uma certa extensão e por uma certa duração.*

Nesse trecho, Raffestin deixa claro que os limites e as fronteiras são sobreposições simultâneas e cumulativas de tempos e espaços e configuram-se como a grande evidência da necessidade que as sociedades têm de criar modos de diferenciação espaço-temporais.

Com base nesses argumentos, propomos neste trabalho que as fronteiras em suas mais variadas significações e representações estão fortemente fundamentadas em elementos do tempo e do espaço. Defendemos, por conseguinte, que se configura um evidente equívoco referenciar as fronteiras como naturais ou casuais e extraí-las de suas referências temporais e construtos espaciais, tratando-as como homogêneas e não dialéticas.

Para isso, a seção seguinte busca estabelecer algumas reflexões acerca do conceito de fronteira e seus desdobramentos espaço-temporais. A fim de clarificar e aprofundar esta discussão, optamos pela separação entre essas duas componentes, com o objetivo final de indicar alguns pontos que evidenciam a formação temporal e espacial das fronteiras. Pretendemos, igualmente, com esta divisão indicar o quão artificial e didática ela se configura, já que tempo e espaço se reconhecem e se confundem continuamente ao longo de toda nossa argumentação.

Por considerarmos que a falta de reflexão na definição do objeto conduz a uma compreensão parcial das questões que permeiam o tema, bem como um reforço das limitações dos estudos fronteiriços, a separação entre essas duas categorias funciona neste trabalho como uma forma de evidenciar e contestar as escolhas acríticas - muitas vezes inconscientes - que a maior parte das disciplinas envolvidas nessa discussão fazem por uma ou outra abordagem.

### **2.2.1 Fronteira: uma categoria espacial**

O espaço inclui concepções diversas, que passam por um imaginário coletivo do

Espaço (maiúsculo) das distâncias cósmicas, pelo espaço geométrico traduzível em fórmulas matemáticas até o espaço social, que representa e sustenta as práticas da sociedade.

Esse, por sua vez, segundo FOUCAULT (1998, p. 159), durante um longo período quando mencionado por cientistas sociais, quem o fizesse era fatalmente taxado como um tecnocrata que negava a “história” e estava a favor de um atributo “*morto, fixo, não dialético, imóvel*”, em detrimento do tempo que consideravam como “*rico, fecundo, vivo, dialético*”.

Com sua melhor compreensão e a partir de uma visão ampliada de seus significados, o espaço assume uma posição de destaque entre as variadas ciências, tais como a geografia, sociologia, história e demografia (de forma crescente), de modo que seu conteúdo ganha abordagens críticas, que paulatinamente transpõem as barreiras disciplinares. Com isso, diversos estudiosos na contramão de teorias hegemônicas passam a considerar que o espaço organiza o tempo (e não o contrário) e com este pensamento buscam entender e solucionar os inúmeros conflitos sociais nele fundamentados.

Entre as preocupações contemporâneas sobre o tema, frente às intensas mudanças estruturais pelas quais vem passando a sociedade, estão: discussões como a conexão entre as escalas espaciais globais e locais, fruto da compressão do espaço e do tempo (HARVEY, 1992; SASSEN, 1999); o aumento dos fluxos de informações por meio de novas tecnologias (CASTELLS, 1999); a efetividade das teorias que propõem a desterritorialização (HAESBAERT, 2007); a diversidade e intensidade dos deslocamentos populacionais (COURGEAU, 1988); o crescimento irrefreável da economia criminosa global (MACHADO, 2000); a exclusão social e econômica de grande parte da população do planeta (SANTOS, 2012); e o debate sobre o desaparecimento e/ou recrudescimento das fronteiras nacionais em suas mais variadas escalas e influências.

Essa última, um dos pontos centrais de nossa argumentação, se coloca em dependência de todas as outras, de modo a refletir e representar as contínuas tensões desdobradas espacialmente. Assim, as fronteiras em suas variadas manifestações simbólicas e materiais posicionam-se em meio ao debate que, por um lado (e a partir da ideia do “fim das fronteiras”), justifica o processo de globalização produtor de homogeneidade social, cultural e econômica - para isso, utiliza argumentos como a crescente liberalização do comércio e de incentivos de blocos regionais, tais como União Europeia, MERCOSUL, NAFTA e APEC; e por outro, contesta este mesmo processo, que pode ser visto como construtor de barreiras e critérios de diferenciação - com argumentos como o crescente controle de alfândegas e de fluxos populacionais indesejados (CASTELLS, 1999; MELO, 1997; YEUNG, 1998; MARTIN, 1992;

GRIMSON, 2005; WILSON and DONNAN, 2012).<sup>6</sup>

Esta aparente contradição nos reconduz a algumas de nossas questões iniciais. Qual o papel dos estudos fronteiriços frente a estas novas transformações estruturais da sociedade? Como e por que este termo vem sendo amplamente utilizado como um dos pontos centrais de inúmeras discussões contemporâneas? Quais os recorrentes sucessos e falhas na compreensão desse tema? E por fim, por que a fronteira se configura como uma categoria essencialmente espacial? Diante desses questionamentos optamos por, conduzidos pelo esclarecimento da última questão, iluminar os caminhos que nos apontarão a compreensão das demais, bem como de outros aspectos que permeiam a discussão.

O primeiro ponto a se definir é como um objeto essencialmente social, a partir das perspectivas que consideram a apreensão e vivência do espaço como parte integrante da vida em sociedade, da organização e categorização sociais e, portanto, como ponto de convergência dos diversos momentos históricos desencontrados, a fronteira é também uma categoria espacial. Portanto, pensar a fronteira é pensar o espaço, bem como as práticas e relações humanas que nele acontecem.

A partir dessa constatação, torna-se mais fácil imaginar por que as fronteiras - no nosso caso as fronteiras nacionais - são, por um lado, vistas por muitos como uma representação cartográfica pura e simples, marcada por esquematismos e definições precisas e, por outro e concomitantemente, como um objeto que não sobreviverá às mudanças sociais e que está em vias de desaparecer. As fronteiras, como sua dimensão gêmea, são plurais e frequentemente encontram-se fragmentadas entre diversas abordagens teóricas.

Como nas polêmicas discussões sobre o espaço, nas fronteiras as escalas também se confundem e se relativizam. Entre as visões polarizadoras que consideram somente os níveis “alto” (universal, mundial, “sem fronteiras”, nacional) e “baixo” (local, concreto, vivido) parece haver um matiz de possibilidades que passam por categorias como “interno” e “externo”, “intraestadual” e “interestadual”, “intramunicipal” e “intermunicipal” (no caso brasileiro), que torna as considerações mais ou menos equilibradas e horizontais.

Com relação a isso, Lefebvre - um dos grandes propositores de uma teoria espacial que trate as práticas sociais como um de seus elementos indissociados -, em seu livro *A produção do espaço* (2000) sugere que as polaridades de como influenciemos

---

<sup>6</sup>Muitos autores consideram que a constante delimitação de novas fronteiras geopolíticas - a ponto de este ser o momento histórico com o maior número de divisas nacionais -, bem como de conflitos pontuais que reivindicam as redefinições de seus limites e fluxos que por eles atravessam são fortes indícios de que as fronteiras estão se fortalecendo continuamente (WILSON and DONNAN, 2012).

e consideramos o espaço poderia ser dividida entre “percebida” (*perçu*), o espaço das práticas sociais; “concebida” (*conçu*), o espaço das representações do espaço; e “vivida” (*vécu*), dos espaços de representações.

A partir dessa perspectiva que ele chama de “dialética da triplicidade”, entre outras reflexões, o autor faz uma crítica a todas as formas categóricas reducionistas ou a lógica binária. Segundo ele, sempre há um “Outro” termo, uma alternativa, um “também” “*que reverbera a fim de romper a clausura categórica*” e criar um “Terceiro Espaço”. Nessa medida, a lógica que estabelece o “local” e o “global”, o “norte” e o “sul”, o “centro” e a “periferia” deve ser recombinação e ampliada em uma crítica à produção do espaço e à resignificação da vida cotidiana (SOJA, 1996, p. 7).

Além de suas divergências teóricas, este espaço onde o hibridismo se faz presente descrito por Lefebvre, também conhecido como intervalar, intersticial, do meio e de contato (GOMES, 2010, p. 44), configura-se essencialmente como um ambiente de troca e comunicação. Por estas características, a depender do grau de permeabilidade ou impermeabilidade dos sistemas fronteiros, sua relevância pode variar entre as diversas escalas <sup>7</sup> e conforme a simetria e assimetria de suas trocas, revelar o efeito de dominação de uma região sobre a outra.

Fica claro, portanto, que as trocas estabelecidas entre sistemas fronteiros são invariavelmente enviesadas (com maior ou menor intensidade) pela presença de uma fronteira política, seja por seus efeitos diretos, indiretos ou induzidos. Desse modo, como declarou BOURDIEU (1998), as fronteiras nacionais, como um ato jurídico de delimitação, produzem diferenças, tanto quanto são um produto destas. Isso porque, entre outras coisas, além de proporcionar uma duplicação de seus eixos, no sentido de representar duas (ou mais) regiões distintas condicionadas ao contato, as fronteiras carregam consigo os custos de representar a sobreposição de nações inteiras, que de certo modo são responsáveis por anunciar (e por vezes simular) duas culturas, etnias, linguagens, soberanias e territórios.

Assim, os efeitos locais das fronteiras serão tanto positivos quanto negativos e tenderão à ampliação de condições favoráveis e desfavoráveis em interações de toda ordem (fluxos de pessoas, mercadorias, moedas, mídias e valores sociais). Em função disso, é possível supor que apesar das fronteiras como divisões administrativas não possuem um significado em si mesmas, elas introduzem uma descontinuidade e

---

<sup>7</sup>Segundo GUICHONNET and RAFFESTIN (1974), as fronteiras funcionam como sistemas osmóticos específicos, cuja velocidade está definida em grande parte por políticas envolvidas em sua regulação. Com relação à sua porosidade, é possível definir fronteira completamente permeável, como fronteira desfuncionalizada, de modo que esta situação é exatamente inversa quando a fronteira é impermeável. Entretanto esta permeabilidade é relativa, pois as fronteiras podem variar segundo o momento e se manter aberta para certas pessoas e bens, mas não para outros.

desnívelamento no espaço, que muitas vezes não estão amparados por um esforço político, econômico e social de planejamento e ordenamento de mesma dimensão. Por isso, apesar de exprimirem um conjunto de forças orientadas à satisfação de necessidades múltiplas, muitas vezes, ao contrário, as fronteiras limitam suas ações ao campo de atuação de seus territórios e reforçam inúmeras diferenças estabelecidas.

Esse caráter disjuntor, mais ou menos evidente, não raro é agravado pela situação de marginalidade e isolamento em que está inserida a grande maioria das fronteiras nacionais. Nesse sentido, HERRERA *apud* FARRET (1997, p. 108) afirma que “*a trágica coincidência entre as áreas de fronteira e as áreas de menor desenvolvimento*” é fruto, entre outras coisas, do forte poder centralizador dos grandes centros urbanos,<sup>8</sup> de onde são pensados os processos políticos, a história nacional, bem como as decisões de caráter econômico e social (GRIMSON, 2001, p. 91).

Como consequência, muitas vezes as regiões de fronteiras nacionais, marginais por uma condição geográfica o são também por razões históricas, sociais, econômicas e políticas, de modo que este isolamento frequentemente é reforçado em variadas escalas, que começa por seus respectivos Estados Nacionais, mas passa pelo país vizinho, pela região geográfica em que está inserido e por outros países que de algum modo se beneficiem desse isolamento.

Além disso, nessa região, a implementação de medidas desenvolvimentistas como a construção de novas estradas, pontes, hidrelétricas e sistemas de comunicação muitas vezes está relacionada a interesses estatais, em detrimento dos interesses da população local. Nessa medida, se indiretamente as fronteiras podem se beneficiar de algumas dessas melhorias, tais como maior eficiência da circulação de bens e serviços e aumento do fluxo de capital e turismo, seguramente elas sofrem com as consequências desse processo, que podem implicar em problemas como impactos ambientais e conflitos sociais. Ou seja, as fronteiras dividem as mesmas oportunidades, mas também os mesmos problemas.

Como forma de superar estas desvantagens comparativas e como estratégia de sobrevivência a estas múltiplas marginalidades, FARRET (1997, p. 108) destaca que as regiões de fronteira criam uma série de complementaridades locais, independentes das macrodecisões nacionais, que possibilitam o aproveitamento dos benefícios gerados pelas diferenças estruturais entre seus lados. Estas estratégias, contudo, muitas vezes induzem e evidenciam comportamentos condenados por uma ou todas as esferas envolvidas (tais como contrabando de mercadorias, tráfico de drogas, extração ilegal de recursos naturais) que, se por um lado aproximam suas dinâmicas,

---

<sup>8</sup>É possível considerar que o mesmo processo de globalização que promove a integração mundial reforça o processo de isolamento das fronteiras, por meio da promoção de uma enorme concentração regional e pessoal de conhecimento e capital.

por outro tornam suas relações inapropriadas e indesejáveis à diversas esferas que representam.<sup>9</sup>

Diante desse debate sobre a conectividade e porosidade das fronteiras, bem como sobre a transposição entre suas escalas espaciais, posição social dos atores que a compõem e seus isolamentos múltiplos, retomamos uma reflexão que (consciente ou inconscientemente) vêm funcionando como porta de entrada de diversos estudiosos interessados na fronteira: a contraposição teórica entre “linha” e “zona”. Em outras palavras o que se discute é: devemos considerar fronteira como uma barreira que “separa”, “afasta”, “distancia” ou como um espaço que “unifica”, “integra”, “compartilha”?

### 2.2.1.1 Fronteira (*Frontier*) e Limite (*Boundary*)

No imaginário social, as traduções conceituais de “fronteira” e “limite”, de tão confundidas e indissociadas, parecem funcionar como significados que colidem em um significante natural e autoexplicativo. Essa perspectiva, muitas vezes sob uma orientação intuitiva, relaciona os dois conceitos às divisões burocrático-administrativas entre unidades espaciais tais como: municípios, regiões, Unidades da Federação e Estados nacionais (MELO, 1997, p. 69).

Isso acontece talvez porque aparentemente a preocupação inicial com relação à diferenciação teórico-conceitual desses dois termos surge de estudos datados a partir de finais do século XIX, quando se completou a demarcação da maior parte das fronteiras internacionais do planeta (MACHADO, nd). Nesse período, clássicos da geografia política como Friedrich Ratzel, preocupados com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, vincularam o conceito de “fronteira” e “limite” ao de Estado Moderno e, desde então, esta contraposição protagoniza inúmeras indagações filosóficas, especialmente quando se trata de situações e objetos espaço-temporais (MACHADO, 1998).<sup>10</sup>

Além disso, muitos autores ressaltam que a confusão conceitual entre esses dois termos acontece pois, ao contrário do grupo anglo-saxão, não possuímos em línguas de origem latina termos que consigam diferenciar com clareza ideias representativas de questionamentos insurgentes com o Estado-nação (MACHADO, 2000; HISSA, 2002; GUICHONNET and RAFFESTIN, 1974; MELO, 1997; RAFFESTIN, 2005;

---

<sup>9</sup>MACHADO (1998) destaca que a possibilidade de driblar os circuitos oficiais pode beneficiar os habitantes da faixa de fronteira, mas na verdade há indícios de que os maiores beneficiários são os atores diretamente envolvidos na economia paralela dos países limítrofes.

<sup>10</sup>Como discutiremos na seção 2.2.2, as ideias de “fronteira” e “limite” são comprovadamente muito anteriores à consolidação do Estado Moderno. Entretanto, essas ideias nem sempre foram objeto de preocupação conceitual, de modo que apareciam somente em uma forma intuitiva e de caráter prático.



MARTIN, 1992; GRIMSON, 2001). Com relação a isso GUICHONNET and RAFFESTIN (1974, p. 12) esclarecem:

*Dentro do grupo anglo-saxão há dois termos que são perfeitamente complementares e que retratam, hoje, duas realidades bem distintas: “frontier” e “boundary”. A primeira, cuja origem é similar à da palavra francesa, surge no século XIV, enquanto a segunda, que porta uma ideia de delimitação precisa, data do século XVII [...]. É possível observar, portanto, que o inglês dispõe de um material linguístico especializado que o permite exprimir por um lado a ideia de zona e por outro a ideia de fronteira.*[tradução nossa]

Esta contraposição de sentidos, que em inglês é perfeitamente complementar e inconfundível, em inúmeras línguas latinas vem sendo representada pelas palavras “limite” e “fronteira”. Estes dois termos se diferenciam semelhantemente aos termos anglo-saxão de modo que, enquanto o limite (*boundary/border*) está *voltado para dentro* (centrípeto) e remete às ideias de “distância”, “separação”, “confim”, “extremo”, a fronteira (*frontier*), imaginada do mesmo lugar, está *voltada para fora* (centrífugo) e representa a “integração”, “colaboração” e “contato” (HISSA, 2002, p. 34).

Além disso, refletir sobre “limites” e “fronteiras” significa repensar também sobre as formas de estabelecimento dos Estados Modernos e sobre o poder insurgente da necessidade de controle contínuo. Para RAFFESTIN (1993, p. 166), o território (prisão edificada pelos homens para a humanidade) é delimitado por meio da propriedade ou da apropriação por limites (visíveis ou não) que são a expressão do poder que internaliza.

As divisões limítrofes surgem, portanto, da necessidade de referência para o poder e não são, nesse sentido, nem inocentes nem arbitrárias quer se faça referência ao poder público ou se garanta a reprodução ampliada do capital de modo geral (RAFFESTIN, 1993; MELO, 1997; HISSA, 2002). Por isso, como afirmou GRIMSON (2001, p. 31), configura-se um erro tão grave quanto recorrente pensar que os limites (e as fronteiras que o circundam), por serem construídos e criados artificialmente, são menos poderosos e disfuncionais.<sup>11</sup>

No Brasil - e na Amazônia de modo particular - as noções de “fronteira” e “limite” estão claramente vinculadas ao marco político regulatório da Faixa de Fronteira definida legalmente pelo Estado Nacional. Tendo sido criada a partir de preocupações

---

<sup>11</sup>Ver a discussão detalhada da diferenciação entre “limites” e “fronteiras” em (MACHADO, 1998) e (STEIMAN and MACHADO, 2002).

centradas na segurança, soberania nacional e desenvolvimento econômico, a dinâmica fronteiriça tem ganhado cada vez mais visibilidade e importância entre os poderes públicos e setores acadêmicos brasileiros. Além disso, não obstante, estes conceitos também se relacionam fortemente ao fenômeno demográfico da distribuição espacial da população, em especial ao processo de “interiorização” ao longo de boa parte do século XX com a expansão das fronteiras agrícolas.

### 2.2.2 Fronteira: uma categoria temporal

*Esse é tempo de divisas,  
tempo de gente cortada.  
De mãos viajando sem braços,  
obscenos gestos avulsos.*

(Carlos Drummond de Andrade, *Nosso tempo*).

Essa passagem do poema *Nosso tempo*, do mineiro Carlos Drummond, nos conduz a (re)pensar o(s) sentido(s) do tempo - e no nosso caso o(s) tempo(s) como fronteira. Os conceitos objetivos de passado e futuro como elementos vinculados métrica e linearmente encontram seu paradigma atual em instrumentos como relógios, cronômetros e calendários - símbolos centrais da era industrial - e orientam a concepção científica ocidental do tempo histórico. Este tempo, segundo BHABHA (1998, p. 1998), com sua mão morta conta as contas do tempo sequencial como um rosário, onde a sucessão de eventos parece contínua, ininterrupta e homogênea. Representação reificada do tempo à qual HARVEY (1992, p. 229-230) também fará dura crítica :

*Da mesma maneira como o mapa substitui o espaço descontinuamente remendado dos caminhos concretos pelo espaço homogêneo e contínuo da geometria, assim também o calendário substitui por um tempo contínuo, homogêneo e linear o tempo concreto, composto por incomensuráveis ilhas de duração que têm, cada qual, o seu próprio ritmo.*

Seguindo essa lógica, a globalização possibilitou a aceleração da produção, da distribuição e do controle de bens e serviços, de modo que tudo passou a ser contado e avaliado com vistas à maximização dos lucros. No capitalismo, tempo virou dinheiro e as jornadas de trabalho passaram a redefinir os ritmos de vida das pessoas, o tamanho das famílias e a cultura de consumo.

Contudo, apesar da aparente incontestabilidade desse modelo nos dias atuais,

a exatidão e a métrica nem sempre foram as máximas imperativas da percepção temporal. A depender de seus hábitos e conhecimentos orientados por referências variadas, tais como ciclos agrícolas, crenças religiosas e observação astronômica, os seres humanos se relacionaram com o tempo de formas diferentes ao longo da história (CASTELLS, 1999, p. XXV-XXVI).

As possíveis formas de relação com o tempo são múltiplas e essa diversidade é atual, mesmo frente ao modelo capitalista hegemônico. Desse modo, inclusive identidades aparentemente sólidas como gênero, nacionalidade e declaração racial, escondem choques de temporalidade que estão em constante processo de transformação e se encontram em pontos ou zonas que muitos pesquisadores têm concebido como “fronteiras”, sejam elas literais ou metafóricas (SANTOS, 1994; RAFFESTIN, 1993; MARTINS, 1997; GRIMSON, 2001; HISSA, 2002; BHABHA, 1998).

Esses encontros de historicidades indicam, segundo MARTINS (1997, p. 158), que a pluralidade de perspectivas temporais não deveria estar relacionada a atraso social ou econômico, mas principalmente à contemporaneidade de diversas mentalidades que correspondem a realidades e momentos históricos distintos. Esses tempos, compreendidos em sua diversidade, aparentemente se combinam, mas de fato também se desencontram no choque entre as realidades próprias de cada grupo social. Desse modo, os conflitos gerados pelos embates entre realidades antagônicas e pela mescla das diversas categorias sociais tornam a fronteira um lugar privilegiado de observação sociológica, de modo a facilitar que *“as mesmas pessoas tenham os diferentes momentos de sua vida atravessados, às vezes num único dia, por diferentes temporalidades da história”* (MARTINS, 1997, p. 28,174,182).

Sob esses argumentos MARTINS (1997, p. 150) em suas próprias palavras *“foge à abordagem reducionista que vê um único destino histórico para todos indistintamente”* e reforça a ideia central de sua concepção sobre fronteira que, em função na situação de conflito social, constitui-se essencialmente no lugar da alteridade. Quanto a isso o autor declara:

*[...] o conflito faz que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrente das diferentes concepções de vida e visões de mundo e de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História [...]. A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o “outro” se torna a parte antagônica do “nós”. Quando a História passa a ser “a nossa História”, a história da diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que nos devorou.*

Além disso, pode-se ver as construções simbólicas e metafóricas de fronteira como o confronto de realidades distintas que definem as representações dos indivíduos sobre suas identidades culturais, sempre fluidas e inacabadas, nunca estáticas e sempre transitórias (SANTOS, 1994; BHABHA, 1998).

Mais especificamente, o antropólogo Alejandro GRIMSON (2000a,b,c, 2001, 2005) discute o papel das nações e de suas fronteiras como uma forma de vivenciar a localidade da cultura. Esta construção cultural da nacionalidade faz parte de uma estratégia utilizada para “*interpelar os discursos que funcionam em nome ‘do povo’ ou ‘da nação’*” e entendê-la por uma temporalidade que vai além da descrita historicamente.<sup>12</sup>

Aqui nos cabe ressaltar que as fronteiras não podem ser reduzidas a uma mesma categoria temporal, uma vez que cada realidade está formada por componentes sociais distintos, que exigem um sistema interpretativo próprio e diferenciações internas. Torna-se fundamental, portanto, uma classificação temporal, uma vez que, como discutimos, a fronteira isolada não existe, mas sim “as fronteiras” no plural, que nascem do encontro espacial dos diversos tempos.

A fim de mostrar o caráter histórico pretensamente não estático das fronteiras, desenvolveremos na seção seguinte algumas das evidências de que as fronteiras são um fruto de tempos, que, ao contrário da ideia amplamente disseminada de que seja unicamente um reflexo do Estado-Nação, ela é muito anterior a este limite histórico

---

<sup>12</sup>Também inserido na discussão sobre questões nacionais e suas fronteiras, Grimson opta por concentrar seus estudos nas zonas limítrofes entre Estados Nacionais - mais frequentemente entre países do Cone Sul - e considera que os estudos etnográficos, da história territorial, relacional e sociocultural de espaços particulares desempenham um papel de elevada importância para que nos aproximemos de uma melhor compreensão do caráter da fronteira.

e continua a refletir outros aspectos para além do caráter político.

Contudo, apesar da diversidade histórica da fronteira, não é possível negar que o Estado continua a ser uma peça central em estudos fronteiriços e que influenciou de forma significativa a concepção e conformação das fronteiras nacionais que possuímos na atualidade. Nesse contexto, a multiplicação do número de fronteiras, assim como as diversas propostas de eliminá-las e dinamizá-las compõem dois lados da mesma moeda, no sentido de que ambos os processos reforçam o papel do Estado, de forma mais ou menos integrada.

Este processo de consolidação das fronteiras nacionais e de internalização das populações em seus territórios ganhou notoriedade a partir dos estudos do americano Frederick Jackson Turner, que pode ser considerado como um dos precursores em estudos fronteiriços, que se por um lado deixou contribuições valiosas, por outro ampliou as contradições sobre o assunto.

### **2.2.2.1 Fronteira, Estado-Nação e nacionalismo**

*Ne soyons plus anglais ni français ni allemands.  
Soyons européens. Ne soyons plus européens;  
soyons des hommes. Soyons l'humanité. Il nous  
restera à abdiquer un dernier égoïsme: la patrie.*

Victor Hugo. Choses vues.

Como discutido previamente, inúmeros fatores convergem para que as fronteiras sejam inscritas de formas múltiplas, o que confere ao termo uma grande diversidade de representações e significados. Entretanto, é inegável que muitos estudos, com os mais variados interesses e níveis de análise, estão orientados pelo fio condutor da divisão entre Estados e mais amplamente de outras delimitações geopolíticas, como cidades, regiões ou continentes.

O fato é que inúmeros estudiosos consideram que uma grande variedade de fenômenos importantes para a compreensão da sociedade - tais como sua identidade, políticas internacionais, conflitos e fragilidades - se passa na zona de encontro e articulação entre Estados Nacionais. Nessa região, como se o pesquisador aprovisionasse uma lupa, até mesmo os fenômenos sociais não exclusivos parecem ganhar relevo e riqueza de detalhes, que em outras regiões permanecem encobertos e pouco nítidos.

Entretanto, apesar dos efeitos das delimitações das regiões fronteiriças ganharem maior notoriedade com o advento e consolidação do Estado moderno, presume-

se que a ideia de fronteira esteve presente em todas as sociedades que possuíam uma consciência de coletividade e de território comum e, como tal, são datados de períodos muito anteriores ao marco estabelecido pelos Estados Nacionais.

Desse modo, a demarcação territorial surge como uma necessidade primeira de separação de limites internos definidores da extensão de influência de determinado grupo e, por isso, nem sempre foram reconhecidos como limites externos precisos e dotados do caráter jurídico e administrativo, como são vulgarmente tratados na atualidade.

Os primeiros registros que insinuam a ideia de fronteiras territoriais foram encontrados em sociedades primitivas como tribos na América, África, Ásia e Oceania, onde é razoável supor que as fronteiras eram orientadas por símbolos naturais, como rios, lagos e montanhas e que não possuíam uma conotação política ou econômica fundamentada na ideia de propriedade.<sup>13</sup>

Ao contrário de nossa concepção genérica que se baseia na ideia de Estado, essas fronteiras primitivas possivelmente estavam revestidas de significados sagrados, que manuseados corretamente, tomam a forma laica refletida modernamente no nacionalismo (GUICHONNET and RAFFESTIN, 1974; MARTIN, 1992, p. 22).

Mesmo em tempos remotos, portanto, as fronteiras já separavam o mundo conhecido, sobre o qual se estendem suas proteções e proibições, do “Outro” que é hostil e estranho, por meio de signos rituais e sacralizados. Além disso, GENNEP (2008, p. 34) ressalta que uma diferença essencial entre a forma como erigimos nossos territórios contemporaneamente e a praticada em outros períodos é a definição rígida dos limites atuais e o fato desses se tocarem sem espaços vazios. Segundo ele, entre os membros das comunidades tradicionais (e mesmo em sociedades da antiguidade clássica como a grega), em torno dos territórios sagrados existia com frequência uma zona neutra (em geral desertos, pântanos ou florestas virgens) onde todos podiam viajar e caçar com plenos direitos e onde permanecer por um tempo prolongado significava, de algum modo, “flutuar entre dois mundos”.<sup>14</sup>

É nesse sentido, por ignorar principalmente a história enraizada nos antigos ritos e práticas, que RAFFESTIN (2005, p. 8-9) escreve que a representação que a cultura ocidental faz atualmente da fronteira é absolutamente pobre e restrita. Segundo ele, a fronteira para além de um lugar no espaço é também biossocial e está incrustada

---

<sup>13</sup>JONES (1959) *apud* STEIMAN and MACHADO (2002) destaca que investigações identificaram em várias partes do mundo indícios de sociedades tribais, que não apenas faziam uso de linhas de fronteira, mas de demarcação e patrulhamento.

<sup>14</sup>Esses padrões, segundo GENNEP (2008, p. 36) não se aplicam somente a um país ou território, mas a qualquer lugar em que as zonas neutras se estreitem (como templos, casas, cidades e bairros, a ponto de se reduzirem a uma simples pedra, viga ou umbral) e que, por conseguinte, as definições entre ser ou não “bem-vindos” se clarifiquem.

em nosso hipotálamo, de modo a orientar nossas noções de “para lá” e “para cá”, “antes” e “depois”, “dentro” e “fora”. Para compreendê-la, portanto, é preciso saber que não é por casualidade que traçamos e nos esbarramos nos limites e que a noção aparentemente não dialética de interior e exterior está baseada em preceitos não somente materiais, mas também morais e biológicos.

As fronteiras tiveram também o sentido de limite de civilizações e, por suas extensões territoriais e valor atribuído a elas, merecem destaque os Impérios Chinês, Romano e Inca, onde as fronteiras funcionaram sobretudo como um instrumento de diferenciação temporal, mais que espacial, apesar das imagens físicas que remetem (GUICHONNET and RAFFESTIN, 1974; MARTIN, 1992, p. 24).

A “Grande Muralha”, por exemplo, tida como a maior fronteira artificial do mundo, apesar de dissimular um estado de guerra latente e possuir a função de defesa do território setentrional do Império Chinês, funcionou principalmente como forma de diferenciação dos modos de vida: de um lado, os sedentários agricultores e consumidores de cereais, e do outro, nômades criadores e consumidores de carne e de laticínios. Desse modo, segundo GUICHONNET and RAFFESTIN (1974, p.17) esta fronteira-muralha, para além de um instrumento real e eficiente de defesa, funcionou como uma tentativa desgastante - exigiu o sacrifício de milhões de trabalhadores - e desesperada de preservar uma civilização e seus princípios organizativos.

Já no caso Romano, se por um lado deixou traços modestos na paisagem, por outro, influenciou profundamente a mentalidade dos povos de grande parte das regiões que conquistou. Desse modo, ao contrário dos chineses, o Império Romano possuía caráter expansivo e como projeto, “ *absorver e digerir as zonas suscetíveis a irem contra a intenção de afirmar e perpetuar seu tipo de organização*” (GUICHONNET and RAFFESTIN, 1974, p. 18). Esses princípios, força motriz do consciente objetivo político de superar a fragilidade das organizações tribais, irão posteriormente influenciar a ideia de fronteira na Idade Média.<sup>15</sup> Desse modo, apesar de constantemente alteradas, eram pretensamente precisas e ordenadas, de modo a funcionar ao mesmo tempo como zona de defesa e vitrine do estilo romano aos bárbaros (MARTIN, 1992, p. 26).

No caso do modelo americano protagonizado pelo Império Inca,<sup>16</sup> que se aproxima do modelo romano no que se refere às expansões, no seu apogeu chega a

---

<sup>15</sup>O sistema que liga o suserano ao vassalo se impõe predominantemente por questões pessoais. Com o fim da Idade Média, a partir do século XVIII, esse cenário muda e o modelo imperativo passa a ser o territorial, baseado no princípio da hereditariedade. Nesse novo arquétipo as fronteiras tornam-se descontínuas, fragmentadas e múltiplas, mais próximas, portanto, dos padrões do Estado Moderno (GUICHONNET and RAFFESTIN, 1974, p. 18).

<sup>16</sup>Segundo (MARTIN, 1992, p. 29), a civilização Maia se acercou mais do padrão de cidade-Estado e os Astecas da “Confederação” e por isso não poderiam ser considerados Impérios.

controlar uma população de 15 milhões de pessoas distribuídas por uma área que se estendia do que modernamente seria da Colômbia ao Chile. Em função da forte ligação entre ciência e religião, no caso Inca talvez as fronteiras internas tenham tido mais notoriedade que as fortificações que os protegiam contra os nômades. Entretanto é notória a representatividade dos limites externos nesse Império que, tal qual no caso romano, oscilou entre ser um problema - já que a fronteira limitava o crescimento e era constantemente transposta em novas expansões - e uma solução - visto que garantia o desenvolvimento e segurança dos que viviam em seu interior (MARTIN, 1992, p. 29-30).

A partir dessas considerações, pensamos ser parcialmente seguro afirmar que as primeiras referências ao termo “fronteira” que se aproximam de nossa concepção moderna datam do fim da Idade Média, que é quando possivelmente se impôs a necessidade de um vocabulário especializado que permitisse exprimir a demarcação territorial. Além disso, no mesmo período foram elaboradas as primeiras noções de Estado Moderno que, segundo muitos especialistas em Teorias de Estado, tais como Ratzel, estava pautado em três fundamentos básicos: população, território e autoridade (GUICHONNET and RAFFESTIN, 1974; RAFFESTIN, 1993; ANDRADE, 2006; GRIMSON, 2001).

No Renascimento, os progressos científicos em áreas como matemática, astronomia e engenharia social irão colaborar em larga medida para os avanços cartográficos. O alcance da linearidade decorrente dessas novas ferramentas de conhecimento torna possível a introdução de traçados precisos entre soberanias e coincide, finalmente, com o fortalecimento dos Estados Modernos. Assim, as fronteiras nacionais, mesmo que já tivessem sido antecipadas no Idade Média, trouxe no século XVIII novidades em muitos aspectos (GUICHONNET and RAFFESTIN, 1974; HOBBSAWN, 1990; MARTIN, 1992).

A ideia de fronteiras naturais, de acordo com HOBBSAWN (1998) é, portanto, proveniente da Era da Revolução Francesa, período em que os pensadores Iluministas, com vistas a uma evolução social baseada na liberdade individual e bem-estar humano, tiveram que atentar ao ordenamento do espaço e do tempo. Por isso, propuseram que os velhos direitos hereditários e históricos, que prevaleceram nos séculos passados como critério de definição das fronteiras, fossem substituídos por aqueles que a natureza parecia impor. Os mapas passaram a ser vulgarizados e tratava-se não de uma representação “vaga” ou “genérica”, mas de uma descrição “clara” e “precisa” das fronteiras que a partir de então estavam detalhadamente projetadas no território. Na concepção Iluminista, o mundo precisava ser organizado e o controle do tempo e do espaço era essencial para isso (GUICHONNET and RAFFESTIN,



1974; HARVEY, 1992; RAFFESTIN, 1993).

Os conflitos, a partir de então, se relacionam mais diretamente à ideia de Estado Nacional e a esse respeito os livros de Eric HOBBSBAWN (1990) *Nações e nacionalismo desde 1970: programa, mito e realidade* e de Benedict ANDERSON (1996) *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* dão contribuições preciosas para a compreensão das diversas definições e interpretações de “nações” e “nacionalismos” ao longo da história, bem como suas formas adquiridas em inúmeros contextos internacionais. De acordo com (HOBBSBAWN, 1990, p. 101-102), Estado Nacional em resumo:

*Era definido como um território (de preferência, contínuo e inteiro) dominando a totalidade de seus habitantes; e estava separado de outros territórios semelhantes por fronteiras e limites claramente definidos. [...] Procurava, o mais possível, impor as mesmas leis e arranjos administrativos instituídos por todo o território, embora, depois da era das revoluções, estes não fossem mais as ideologias religiosas e seculares. Crescentemente, esse estado era obrigado a ouvir as opiniões dos indivíduos, porque seu arranjo político lhes havia dado voz [...] e/ou porque o Estado precisava do seu consentimento prático ou de sua atividade em outras coisas, como, por exemplo, contribuintes ou soldados potencialmente convocáveis. Em resumo, o Estado dominava sobre um “povo” territorialmente definido e o fazia com a agência ‘nacional’ suprema de domínio sobre seu território, e seus agentes cada vez mais alcançavam os habitantes mais humildes do menor dos vilarejos.*

Segundo o autor, ao longo do século XIX, a influência do Estado passou a ser tão abrasiva, que uma família teria que viver em um lugar muito inacessível se desejasse não ser atingida por seus extensivos e unificadores tentáculos. Estes, por meio de instrumentos como censos demográficos,<sup>17</sup> cadastros de educação primária e serviço militar obrigatório (onde existia), cada vez mais detinham informações sobre seus cidadãos e elaboravam meios de prevê-los e controlá-los.

As necessidades do Estado e de suas classes dominantes geraram uma competição pela lealdade das classes inferiores e fez com que as inclinações espaciais e temporais do período, reafirmassem e reproduzissem as relações sociais fundamentadas nas

---

<sup>17</sup>Segundo RAFFESTIN (2005, p. 68), com o aparecimento do Estado moderno, o recenseamento se tornou uma preocupação importante. Ele fornecia informações fundamentais sobre o que RAFFESTIN chama de “estoque de energia” e como o Estado deveria organizá-la para integrá-la em suas estratégias.

ideias de “nação” e “nacionalismo”. Esses, por meio da manobra dos sentimentos e emoções de pertencimento a uma comunidade forte, maior e preferível à dos estrangeiros, manipularam a opinião pública e avigoraram seus interesses (HARVEY, 1992, p. 225).

Desse modo, HOBBSAWN (1990, p. 17) defende que *“tudo o que é necessário para criar ou recriar uma nação é a vontade de sê-la”*. Nessa medida, o fortalecimento das ideias de nação, bem como dos ideais nacionalistas e patriotas são fruto primeiramente de uma realidade imaginada e idealizada pelos Estados e instituições.

Estas ideias são reforçadas por ANDERSON (1996, p. 3-4), que defende que as nações devem ser compreendidas como uma “comunidade política imaginada”, limitada e soberana: *“Ela é imaginada porque os membros até das menores nações nunca chegaram a se conhecer mutuamente, ou escutaram falar uns dos outros, mas em suas mentes está a imagem da comunhão.”* Ela é limitada, porque até a maior delas possui fronteiras que as separam de outras nações.<sup>18</sup> E ela é soberana porque o conceito surgiu sob os efeitos da Revolução Francesa, que fundamentada em ideais Iluministas, apregoava o fim das hierarquias dinásticas de uma nação que livre, que só seria alcançada por meio de sua supremacia.

Para se consolidarem, essas imagens eram reforçadas constantemente por inúmeros símbolos (muitos sacralizados), tais como a língua, a etnicidade, um pedaço de pano colorido - as bandeiras -, os hinos e as fronteiras. Estas, com a disseminação do modelo de sociedade urbanizada e com o advento de novas tecnologias, foram reforçados nos meios de comunicação em massa - tais como imprensa, rádio e cinema - e pelo esporte como símbolo nacional.<sup>19</sup>

Esta campanha nacionalista reforçava, portanto, a ideia de que se o país é de algum modo “meu” ele é necessariamente superior aos demais e seus fracassos e fragilidades são culpa dos inimigos externos e dos traidores internos. Para isso, havia a necessidade de promoção da homogeneidade identitária, de modo que *“somente para ‘nós’ deve parecer óbvio que os membros de nossa ‘nacionalidade’ tenham um amplo espectro de tamanhos, formas e aparências, mas para ‘eles’ é preciso que todos sejamos parecidos”* (HOBBSAWN, 1990, p. 81, 109,172).

O período que vai de 1880 a 1914, de identidades nacionais infladas e de forte negação ao “estrangeiro”, foi também o período das expansões imperialistas, grandes migrações de massa intra e internacionais e rivalidade político-econômicas crescentes

---

<sup>18</sup>A forma de estabelecer esses limites, controlar sua população e reafirmar o imaginário nacional contava com auxílios como os censos, mapas e museus.

<sup>19</sup>De acordo com HOBBSAWN (1990, p. 170), o esporte funcionou como um dos meios mais eficazes na inoculação de sentimentos nacionalistas. Com esse instrumento, segundo ele, até mesmo o mais desagregado indivíduo podia se identificar com a nação, simbolizada por jovens que se destacavam no que praticamente todo homem quer: ser bom naquilo que faz.

que culminaram na Primeira Guerra Mundial (HOBSBAWN, 1990, p. 111). Já prevendo as dimensões estrondosas que a contemporaneidade desses elementos causaria, Victor HUGO (1990, p. 1313) escreveu: *“Resta-nos abdicar de um último egoísmo: a pátria.”*

Nessa época, o nacionalismo étnico recebeu grandes reforços e a ideia de “raças” apregoada pelos princípios eugenistas propostos por Francis Galton <sup>20</sup> que ganharam grande notoriedade e interesse. No período entre guerras, o cenário internacional fornecia amplamente a energia necessária para a reprodução do comportamento agressivo que, banalizado por sentimentos xenófobos, reafirmavam a diferença entre “eles” e “nós”.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial e com seu subsequente término, os princípios nacionalistas se tornaram definitivamente hegemônicos. Isso porque as mudanças tanto políticas quanto sociais aconteceram em função deles e seguramente nessa altura já não havia nenhum governo ou sociedade desprovidos de uma ideologia utópica, programa ou objeto de devoção. O panorama era claro: era tempo de amor à nação e hostilidade aos estrangeiros.

Além disso, segundo HOBSBAWN (1990, p. 162), a situação do período entre guerras nos oferece uma excelente oportunidade de compreender as limitações e o potencial de nacionalismo dos Estados-Nações e das fronteiras nacionais. Segundo ele, em nenhum outro período foi feita uma tentativa sistemática de redesenhar o mapa político dentro das linhas nacionais que permitisse que, com um rápido olhar, fosse possível perceber a impraticabilidade de fazer as fronteiras dos Estados coincidirem com as fronteiras identitárias.

Nesse cenário, ao mesmo tempo em que mais do que nunca a forma do país - definida por suas fronteiras - se tornou um logo que penetrava no imaginário nacional, novas fronteiras dividiam as nações internamente com o objetivo de separar as minorias e promover a homogeneidade étnica e linguística <sup>21</sup>. Esta segregação, mesmo que não fosse inédita, toma nesse contexto formas e dimensões nunca vistas, que funcionam como preâmbulo de uma realidade perpetuada até os dias atuais, tal qual descreve BHABHA (1998, p. 210): *“O problema não é simplesmente a “individualidade” da nação em oposição à alteridade de outras nações. Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população.”*

---

<sup>20</sup>Francis Galton, precursor das ciências biométricas e dos princípios da eugenia, estava preocupado em encontrar regularidade estatística que pudesse descrever o perfil populacional e promover o melhoramento de raças em aspectos físicos, habilidades e talentos intelectuais (GALTON, 1892, p. 6).

<sup>21</sup>A solução encontrada por muitos Estados para resolver esse impasse foi a expulsão ou mesmo exterminação de grupos minoritários (HOBSBAWN, 1990, p. 161).

No que se refere a estudos historiográficos sistemáticos sobre fronteira e suas implicações nos diversos cenários mundiais, nos Estados Unidos, em 1893 - ainda nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial -, durante a *World's Columbian Exposition* na cidade americana de Chicago, o jovem historiador Frederick Jackson Turner divulgou seu famoso artigo intitulado *The significance of the frontier in american history*. Seu trabalho foi pouco notado naquela data, mas menos de uma década depois se tornou amplamente conhecido, a ponto de converter-se na explicação “oficial” para a história dos Estados Unidos e funcionar em uma das principais referências das políticas externas dos presidentes Theodore Roosevelt (1901-1909) e Woodrow Wilson (1914-1921) (PEREIRA, 1990; GRIMSON, 2001; AVILA, 2006; WILSON and DONNAN, 2012).

O ponto central das ideias de Turner reside na hipótese de que a existência de “terras livres” desabitadas a Oeste havia promovido o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos, garantido a democracia política e social e dinamizado a economia. Em sua “*frontier thesis*” TURNER (1966, p. 27) defendia: “*A existência de uma área de terra livre, sua contínua recessão e o avanço rumo a Oeste da colonização americana explicam o desenvolvimento americano.*”

Como “terras livres” Turner defendia que diferentemente do modelo europeu de linhas fixas (*boundary line*), as fronteiras americanas eram móveis e deveriam ser encaradas como uma área de promoção do desenvolvimento social e econômico do país. Nesse sentido, ao contrário do que se apregoava na época, sua teoria propunha que o lócus do fomento do desenvolvimento americano não se condensava em sua costa Atlântica, mas estava inserido em um processo de expansão ainda não finalizado. Quanto a este aspecto, que configura outro ponto central de sua tese TURNER (1966, p. 28) declara: “*O verdadeiro ponto de vista na história deste país não é a costa Atlântica, mas o Grande Oeste.*”

Pautado nesses pressupostos, Turner argumentou que a história desenvolvimentista americana não deveria mais se basear na influência europeia - como propunha a *germ theory*<sup>22</sup>- mas sim na experiência de expansão em direção ao Oeste protagonizada por seu próprio país. Esta hipótese fez com que a fronteira passasse a ser reconhecida não como uma linha divisória entre duas sociedades antagônicas - a europeia e a nativa - mas como a força que determina o tipo de regime político do país (AVILA, 2006, p. 54) e para onde a sociedade deve se direcionar em seu processo de construção da “comunidade imaginada”, tal como propôs ANDERSON (1996).

---

<sup>22</sup>Segundo os defensores da “*germ theory*”, a América estava irremediavelmente presa à Europa, já que seu regime democrático fora definido geneticamente pelos ancestrais germânicos dos colonizadores algo-saxões do continente (MOURA *apud* (AVILA, 2006, p.10)).

A partir dessas reflexões, Turner evidencia uma discussão que ainda hoje suscita polêmicas entre os estudiosos americanos e de inúmeros outros países. Isso porque, em função de sua forte repercussão no cenário dos Estados Unidos - que chamou atenção pela frequência com que era mencionada e tomada como referência em variadas posições e disciplinas -, inúmeros pesquisadores de diversas partes do mundo se debruçaram nas teorias de fronteira turnianas, a fim de criticar suas inconsistências e avaliar sua adequabilidade à realidade de seus países ou regiões.

Desse modo, guardadas as devidas proporções de sua influência nos diversos cenários mundiais, a teoria de fronteira proposta por Turner pode ser considerada como a obra seminal da historiografia moderna dos Estados Unidos e, em certa medida, dos estudos sistemáticos sobre dinâmicas fronteiriças. Segundo PEREIRA (1990, p. 6), divididos entre partidários e opositores, seus estudos se estenderam a outras ciências como economia, geografia, antropologia, ciências políticas, sociologia e conquistaram estudiosos brasileiros desejosos de entender a dinâmica das inúmeras fronteiras referenciadas no Brasil.

Quando analisados em profundidade, os argumentos turnianos foram alvo de inúmeras críticas e contraposições, tais como a desconsideração às tensões e diferenças entre classes (HACKER, 1956 *apud* PEREIRA (1990, p. 9)); negligência às cidades de fronteira instaladas antes da ocupação agrícola (JOHN W. 1981 *apud* PEREIRA (1990, p. 10)); e seus supostos antagonismos no que diz respeito à escravidão e extermínios de povos nativos (MARTINS, 1997). Em resumo, Turner é amplamente criticado por considerar a fronteira de um único “lado” e ignorar as nuances do contexto histórico americano, a ponto de sua teoria ser considerada por muitos como vaga e sem argumentos concretos.

A partir da apresentação dessas grandes linhas sobre o tema e sob o sustentáculo de alguns acontecimentos empíricos, fica claro que um ponto comum - evidente ou não - nos diversos momentos históricos e contextos espaciais entre os estudos sobre fronteiras nacionais é justamente este destacado por muitos pesquisadores como ausente nas obras de Turner: o ponto de encontro entre “nós” e os “outros” nas fronteiras.

## **2.3 Os (des)caminhos rumo a uma Fronteira Demográfica: o caso brasileiro**

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo do presente capítulo sobre a fronteira como uma categoria indissociavelmente fundamentada em aspectos temporais e espaciais, que manifesta espacialmente a simultaneidade de tempos históricos, de-

envolveremos a noção de fronteira demográfica que será utilizada neste trabalho.

Primeiramente, julgamos necessário esclarecer a expressão utilizada como meio condutor a uma “Fronteira Demográfica”. Inspirado em CARDOSO (2005) que utilizou a síntese dos termos “caminhos” e “descaminhos” para fazer referência à ambiguidade da ideia de identidade, também utilizaremos a junção desses verbetes na expressão “(des)caminhos” a fim de indicar a direção que desejamos dar à nossa proposta de definição de uma fronteira demográfica.

Ao relacionar o termo *fronteira* ao adjetivo *demográfica*, já indicamos que o *modo de ver* a fronteira que iremos privilegiar nesse trabalho terá como um de seus focos centrais as populações fronteiriças e seus atributos demográficos. Já os caminhos que optamos para conduzir-nos a uma definição mais restrita dentro desse construto teórico ainda amplo são as populações fronteiriças e suas mobilidades não unívocas e homogêneas. Estas, juntamente com a abordagem plural das fronteiras (amplamente discutidas nas seções anteriores) e a partir da metáfora construída por Cardoso de Oliveira, se entrelaçam em um emaranhado de hibridismos e pluralidades que conjunturalmente delineiam os (des)caminhos dessa discussão.

A partir dessa abordagem, e tendo como referência os objetivos propostos e as hipóteses formuladas, tentaremos ao máximo fugir do “*reducionismo de higiênicos, apressados, pacíficos e ordeiros estudos sobre [...] os aspectos demográficos do deslocamento espacial dos vários grupos da população*” aos quais se referiu MARTINS (1997, p. 18). Para isso buscaremos demonstrar, por meio de dados do Censo Demográfico 2000 e 2010, que as fronteiras demográficas são heterogêneas dentro de si e entre si e possuem inúmeras particularidades que diferenciam suas histórias, conflitos, desafios e vantagens comparativas. Além disso, também por meio dessas informações indicaremos como a mobilidade populacional e os demais atributos demográficos (bem como atributos geográficos, econômicos, sociais e políticos) se conectam às fronteiras de modo indissociável, tornando-a um desafio a qualquer noção estática do termo.

Com isso, nosso interesse maior está em problematizar a fronteira e mostrá-la como geográfica, demográfica e economicamente heterogênea; assim, pretendemos demonstrar que o cenário das mobilidades é interdependente a todos esses fatores e que, ao mesmo tempo que os transforma, é transformado por eles.

Além disso, neste contexto é importante ressaltar a relevância de que a população fronteiriça seja vista como agente de sua própria história. Segundo (GRIMSON, 2000a,c), apesar de estarem em circunstâncias que não escolheram e sofrerem com a assimetria estrutural imposta em escala macro, as populações locais não devem ser vitimizadas e incapacitadas, de modo que é ingênuo supor que “*as populações*

*estavam unidas e vivendo em harmonia, quando as fronteiras caíram repentinamente sobre elas”.*

Nessa medida, esta proposta pretende romper com a tradição das ciências humanas de pensar os processos históricos, sociais, políticos econômicos de “cima” para “baixo” e do “centro” para a “periferia”, e as populações como vítimas indefesas dos detentores sociais de poder. Com a noção de fronteira demográfica propomos, em contraponto, uma reflexão sobre a fronteira como centro enquanto objeto de investigação, foco de análise e problemática teórica, ou seja, a fronteira como um ponto de observação para a compreensão dos próprios centros tidos como típicos e as populações fronteiriças como agentes ativos de transformação de suas realidades (GRIMSON, 2001, p. 91).

Outra opção que nos fornece argumentos para alcançarmos a pretendida ideia de Fronteira Demográfica é que ela, neste trabalho, está centrada nas fronteiras entre territórios, em especial as que dividem Estados Nacionais. Por entendermos que as fronteiras surgem onde há diferenças, alteridade e desencontros de historicidades/mentalidades, partimos da hipótese de que nas regiões de contato entre Estados Nacionais (e mais amplamente entre territórios) esta diversidade assume alguns de seus tons mais marcantes e nítidos, que se manifestam pela impossibilidade de não interação e trocas entre as partes envolvidas. Fruto em grande parte das mobilidades populacionais (que se estabelecem em variadas escalas, como será descrito no Capítulo 2), nas fronteiras nacionais a convivência e o confronto constante com os “outros”, os “não-nós”, os “diferentes” é inevitável, o que exige a iminente necessidade de caracterização do “nós”.

Pela conjuntura teórica analisada, consideramos que a Faixa de Fronteira da Amazônia Legal brasileira apresenta-se como um lugar de observação ideal para discutirmos essas ideias. Como destacou CARDOSO (2000, p. 14), no Brasil como um todo e na Amazônia de modo muito peculiar, diferenças temporais como nacionalidades e etnicidades se encontram em um espaço bastante heterogêneo e de crescente dinâmica.

O Capítulo 3 se dedica a um maior detalhamento das temporalidades e espacialidade da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal brasileira. Entretanto, o presente capítulo, por meio de uma exposição geral das características geográficas, demográfica e econômicas da região, fornecidas por meio dos Censos Demográficos 2000 e 2010, se propõe a indicar dessemelhanças e peculiaridades que caracterizam a região e quais aspectos da dinâmica demográfica a diferencia de outras regiões comparativas.

Para isso, optamos por diferenciar, de forma ainda superficial, as dinâmicas de-

mográficas do que denominamos Fronteira Norte (Faixa de Fronteira dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Mato Grosso) e Fronteira Sul (Faixa de Fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul), como forma de asseverar que o tratamento homogeneizante e acrítico que muitas vezes se faz às fronteiras internacionais brasileiras, compromete o real entendimento de suas questões.

Consideramos que a Fronteira Sul tem monopolizado a atenção de muitos estudiosos da área (grande parte em decorrência de sua maior densidade demográfica e da influência direta da dinâmica do MERCOSUL) funcionando no contexto nacional, o que internacionalmente representa a fronteira entre México e Estados Unidos ou Israel e Palestina. Essas duas fronteiras, em função de suas proeminentes relevâncias teórica e conceitual, assumiram um *status* de grande centralidade para estudos fronteiriços, convertendo-se em uma espécie de “hiperfronteira” que sintetizam os processos de outras fronteiras (ROMERO 2008 *apud* (WILSON and DONNAN, 2012, p. 7-8)). Consideramos que, no contexto brasileiro, a Fronteira Sul de certa maneira tem assumido esse papel, de modo que além de proporcionalmente muito mais frequentes, os estudos aí desenvolvidos são constantemente extrapolados para a fronteira como um todo.

Desse modo, mesmo consciente de que a divisão entre Fronteira Norte e Fronteira Sul segue sendo arbitrária e limitada, este fato configura-se como uma tentativa primeira de qualificar estas duas porções separadamente a fim de ressaltar as heterogeneidades do perfil demográfico, geográfico, socioeconômico e político da fronteira brasileira.

### **2.3.1 Aspectos geográficos, demográficos e econômicos da fronteira brasileira**

#### **2.3.1.1 Aspectos geográficos**

- Área em estudo

Sob a hipótese de que as fronteiras políticas influenciam o comportamento sociodemográfico da população, neste trabalho optou-se por adotar como unidade geográfica de análise a Faixa de Fronteira estabelecida legalmente (Lei nº 6634, de 02/05/1979) como 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre que delimita o território brasileiro. Esta faixa, que se estende por 16.886 km (somente a China e a Rússia possuem uma fronteira internacional mais extensa), corresponde



a cerca de 20% do território nacional, parcial ou totalmente contida em 11 Unidades da Federação e 590 <sup>23</sup> municípios (de acordo com a base geográfica do Censo Demográfico 2010).

- Situação geográfica dos municípios da Faixa de Fronteira

A Figura 1 mostra que essa faixa tangencia 10 países (Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai) e que sua maior proporção (cerca de 81%) corresponde à Faixa de Fronteira da Amazônia Legal brasileira. Esta, contida nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Mato Grosso, recebe neste trabalho o nome de “Fronteira Norte” (N), enquanto sua porção correspondente aos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul de “Fronteira Sul” (S).

É importante ressaltar, entretanto, que nem todas as Unidades da Federação possuem a mesma proporção de área correspondente à situação de fronteira. Pela Tabela 2.1 é possível perceber que, enquanto estados como Acre e Roraima <sup>24</sup> estão plenamente contidos na Faixa de Fronteira, outros como Santa Catarina, Mato Grosso e Pará possuem uma área de fronteira relativamente menor à Unidade da Federação, de 16,74%, 18,16% e 19,39% respectivamente. Outro fator a se considerar é que, apesar de a faixa de Fronteira Sul equivaler a cerca de 5% do território nacional, ela contabiliza 3,6 vezes mais municípios que o registrado na Fronteira Norte, que possui uma área 4,3 vezes mais extensa.

Tabela 2.1: Número de municípios, área total em  $Km^2$  e proporção da área em relação a Unidade da Federação, por Unidade da Federação das Fronteiras Norte e Sul

	Nº de Municípios	Área Total ( $Km^2$ )	Prop. Área (Front/UF)
RO	27	163361,2	68,49%
AC	22	152581,4	100%
AM	21	792979,59	50,26%
RR	15	224298,9	100%
PA	5	242633,1	19,36%
AP	8	104284,2	72,70%
MT	25	164676,7	18,16%
<b>N</b>	123	1844815,1	41,01%
PR	139	64825,8	32,52%
SC	82	15961,3	16,74%
RS	182	156679,3	55,61%
MS	44	192212,2	53,82%
<b>S</b>	447	429678,6	46,03%

Fonte: IBGE/ Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

<sup>23</sup>Entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010 foram emancipados 18 municípios, sendo 15 no estado do Rio Grande do Sul e 3 em Mato Grosso (Apêndice I - Tabela 1).

<sup>24</sup>As Unidades da Federação do Acre e de Roraima são as duas únicas em que todos os municípios estão dentro da Faixa de Fronteira.

Uma das possíveis classificações dos municípios da Faixa de Fronteira seria entre aqueles que abrigam cidades-gêmeas, aqueles que estão em linha e faixa de fronteira. O segundo e o terceiro grupos correspondem respectivamente àqueles municípios que fazem limite com o país vizinho (podendo a sede se situar ou não no limite internacional) e àqueles que estão dispostos internamente na Faixa de Fronteira. Já as cidades-gêmeas representam adensamentos populacionais conurbados ou semiconurbados, transpostos pela linha de fronteira (os limites secos ou fluviais, mais ou menos articulados por obras de infraestrutura) e com grande diversidade e potencialidade de integração, bem como de adensar os problemas característicos das fronteiras, tais como tráfico de drogas e contrabando de mercadorias (MI, 2010).

De acordo com a Tabela 2.2, construída com base em informações disponibilizadas pelo Ministério da Integração Nacional, o estado na Fronteira Norte que possui o maior número de cidades-gêmeas é o Acre com 4, seguido de Roraima com 2, Amazonas, Rondônia e Amapá com uma, totalizando 9 cidades-gêmeas na Fronteira Norte. Já na Fronteira Sul o número de cidades-gêmeas é o dobro, sendo que o maior número se localiza da fronteira do Rio Grande do Sul com 9 cidades-gêmeas, seguido do Mato Grosso do Sul com 5, Paraná com 3 e Santa Catarina com somente uma (Figura 2).

Tabela 2.2: Situação Geográfica dos municípios das Fronteiras Norte e Sul

	Situação Geográfica		
	Cidade-Gêmea	Linha de Fronteira	Faixa de Fronteira
RO	1	8	18
AC	4	13	5
AM	1	7	13
RR	2	7	6
PA	0	3	2
AP	1	1	6
MT	0	3	22
<b>N</b>	<b>9</b>	<b>42</b>	<b>72</b>
PR	3	14	122
SC	8	18	156
RS	1	9	72
MS	5	7	32
<b>S</b>	<b>17</b>	<b>48</b>	<b>382</b>

Fonte: Ministério da Integração Nacional.

- Unidades de conservação e terras indígenas nos municípios da Faixa de Fronteira

Outro fator relevante a se destacar e que diferencia consideravelmente as Fronteiras Norte e Sul é a densidade de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas,

que compõem grande parte da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal e limitam a densidade populacional na região. Enquanto a Fronteira Norte registrou nos anos 2000 e 2010 uma população de respectivamente 2.753.765 e 3.380.045 (Figura 3), na Fronteira Sul estes números foram de 7.113.257 e 7.395.691 (Figura 4).

### 2.3.1.2 Aspectos demográficos

- Tamanho da população

Além de heterogêneas entre si, as fronteiras são diferentes dentro de si, de modo que seus municípios também registram um contingente populacional bastante variado, que por sua vez se diferenciam de outros municípios da Unidade da Federação a que correspondem. Enquanto a fronteira do Amapá registrou em 2010 uma população de 102.267 pessoas, em Roraima este número foi de 930.364, no Paraná de 2.372.942 e Rio Grande do Sul (fronteira de maior contingente populacional) de 3.120.084. Por outro lado, enquanto a proporção da população de fronteira em relação à Unidade da Federação de Roraima e Mato Grosso do Sul são de respectivamente 57% e 44,32%, no Pará e Amapá esses valores são de 2,91% e 14,34%, de acordo com dados do Censo 2010 (Tabela 2.3).

Tabela 2.3: População das Fronteiras Norte e Sul, Unidades da Federação correspondentes e proporção da população da fronteira com relação à Unidade da Federação, por Unidade da Federação, 2000-2010

	População 2000			População 2010		
	Fronteira	UF	Front/UF	Fronteira	UF	Front/UF
RO	795663	1380952	57,62%	930364	1562409	59,55%
AC	557882	557882	100,00%	733559	733559	100,00%
AM	408100	2817252	14,49%	477538	3483985	13,71%
RR	324397	324397	100,00%	450479	450479	100,00%
PA	180600	6195965	2,91%	206544	7581051	2,72%
AP	68402	477032	14,34%	102267	669526	15,27%
MT	418721	2505245	16,71%	479294	3035122	15,79%
<b>N</b>	<b>2753765</b>	<b>14258725</b>	<b>19,31%</b>	<b>3380045</b>	<b>17516131</b>	<b>19,30%</b>
PR	2260226	9564643	23,63%	2372942	10444526	22,72%
SC	765761	5357864	14,29%	828368	6248436	13,26%
RS	3166278	10187842	31,08%	3120084	10693929	29,18%
MS	920992	2078070	44,32%	1074297	2449024	43,87%
<b>S</b>	<b>7113257</b>	<b>27188419</b>	<b>26,16%</b>	<b>7395691</b>	<b>29835915</b>	<b>24,79%</b>

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010. Microdados da Amostra.

Os municípios de fronteira que registraram um maior contingente populacional em 2000 foram Porto Velho (RO), Pelotas (RS), Foz do Iguaçu (PR), Rio Branco (AC), Cascavel (PR) e Boa Vista (RR), dentre os quais se encontram as três únicas capitais estaduais contidas na Faixa de Fronteira. Em 2010, os municípios de maior população permanecem os mesmos, entretanto, a posição se altera de modo que Porto Velho (RO) segue como o mais populoso e Rio Branco assume a segunda

posição. Quando consideramos os quinze municípios mais populosos registrados em 2000 e 2010, destacam-se as cidades-gêmeas de Foz do Iguaçu (PR), Uruguaiana (RS), Corumbá (MS) e Santana do Livramento (RS), além de inúmeras outras de importância populacional local, como Guajará-Mirim e Oiapoque (Figuras 5, 6, 7, 8 e Tabela 2).

No que se refere à categoria de tamanho populacional dos municípios é possível perceber que, tanto na Fronteira Norte quanto na Fronteira Sul, foi registrada, nos anos 2000 e 2010, uma maior proporção de municípios com menos de 20 mil pessoas. Entretanto, quando comparamos as duas datas censitárias, é notável o aumento de municípios em categorias de maior contingente populacional em todas as Fronteiras por Unidade da Federação (Figuras 2.1 e 2.2), o que parece sugerir um processo de concentração espacial em centros urbanos maiores, nas áreas de fronteira na última década.

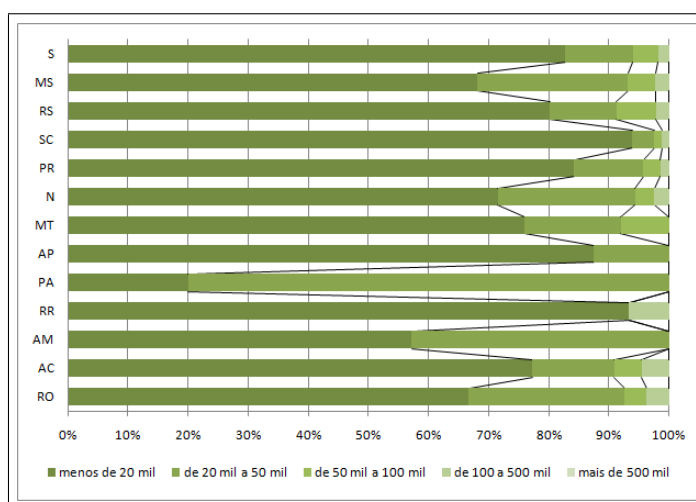


Figura 2.1: Categorias de tamanho populacional dos municípios da Fronteira Norte e Sul, 2000

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000. Microdados da amostra.

Com relação ao crescimento populacional no último período intercensitário, as maiores taxas de crescimento foram registradas nas fronteiras dos estados do Amapá (4,1% a.a.), seguidos de Roraima (3,3% a.a.), Acre (2,8% a.a.) e Rondônia (1,6 % a.a.). Ademais, as fronteiras do Amapá e Roraima se destacam, pois as taxas de crescimento populacional aí registradas superam a de suas Unidades da Federação correspondentes, o que demonstra a centralidade dessas fronteiras em seus respectivos estados. Vale ressaltar que a taxa de crescimento populacional registrada globalmente na Fronteira Norte é quase o dobro (2,07% a.a.) da registrada no país como um todo (1,17% a.a.), enquanto na Fronteira Sul este valor é de um terço (0,39% a.a.). Estas constatações indicam mais uma vez que as Fronteiras Norte e Sul apre-

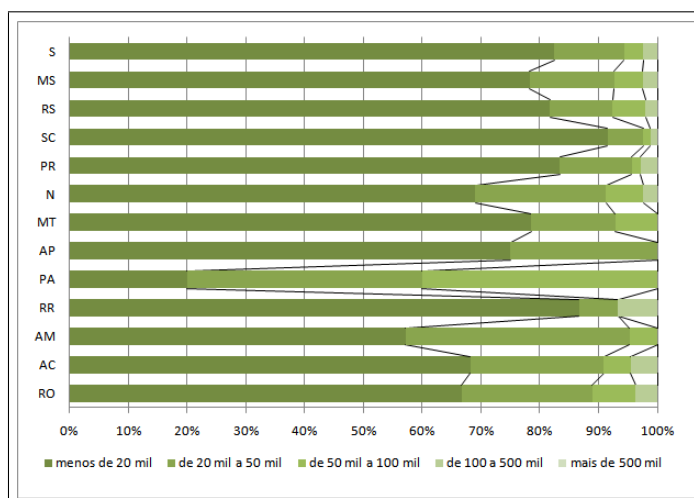


Figura 2.2: Categorias de tamanho populacional dos municípios da Fronteira Norte e Sul, 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2010. Microdados da amostra.

sentam dinâmicas populacionais muito diferenciadas e que devem ser analisadas em suas peculiaridades.

Os municípios de fronteira que mais cresceram em termos populacionais no período foram Sindrolândia (MS), Maracaju (MS), Pinhalzinho (SC) e Cafelândia (PR). Alguns dos municípios que menos cresceram estão no estado do Rio Grande do Sul, que também se destaca por ter sido a única fronteira a registrar taxa de crescimento negativo (-0,1% a.a.) (Figuras 2.3, 9, 10 e Tabela 3).

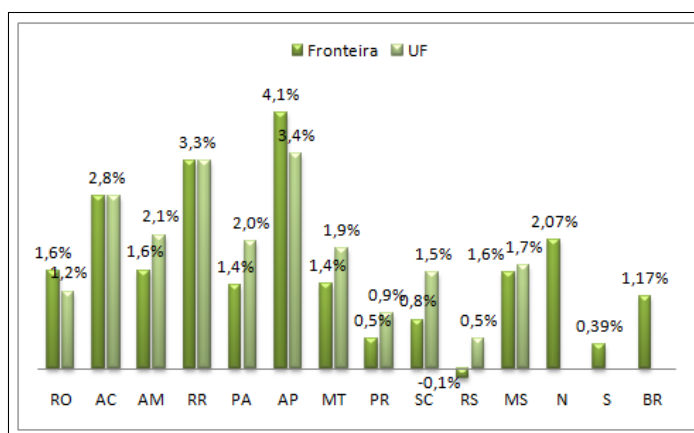


Figura 2.3: Taxa de crescimento médio anual (%), Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, Unidades da Federação, 2000/2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010. Microdados da amostra.

- Composição por sexo e idade

No que se refere à evolução da estrutura etária e por sexo da população nos anos 2000 e 2010 é possível observar, pelas pirâmides etárias das Fronteiras Norte e Sul, que ambas, apesar de caminharem sob a mesma tendência, possuem estruturas etárias bastante diferentes entre si e dentro de si. De maneira global, na Fronteira Norte a base relativamente larga e o ápice estreito retratam uma população bastante jovem, que dá mostras de envelhecimento no período, uma vez que a população dos grupos etários iniciais (0 a 9 anos) diminuiu, enquanto a dos outros grupos cresce progressivamente (Figura 2.4).

Já na Fronteira Sul, esse processo de envelhecimento populacional aparece muito mais caracterizado e avançado. Nessa porção fronteiriça é notório que a pirâmide perde seu formato típico para assumir uma configuração que se aproxima de um retângulo. Isso demonstra que a estrutura populacional está sofrendo com o estreitamento da base da pirâmide e com o aumento das populações em idades mais avançadas (Figura 2.5).

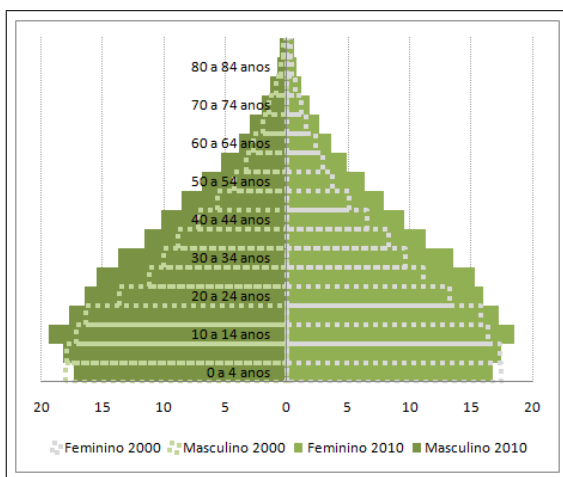


Figura 2.4: Pirâmide etária da Fronteira Norte ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.

Microdados da amostra.

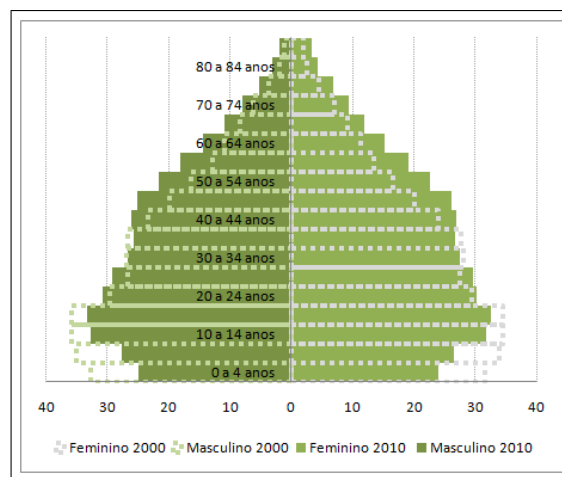


Figura 2.5: Pirâmide etária da Fronteira Sul ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.

Microdados da amostra.

Seria interessante refletir sobre essa diferença quanto à estrutura da população, pois sinaliza uma certa “estabilização” demográfica regional, sugerindo momentos distintos da ocupação nas áreas fronteiriças. Assim, do ponto de vista histórico e demográfico, constata-se que o avanço das fronteiras agrícolas está integrado à consolidação e definição do contexto contemporâneo das fronteiras geopolíticas do território nacional. Em outras palavras, a distinção apontada pela estrutura demográfica nas Fronteiras Norte e Sul sugerem a convergência de temporalidades e espacialidades distintas na configuração fronteiriça: por um lado, a fronteira agrícola já consolidada e saturada na Fronteira Sul direciona a dinâmica regional para a mo-

bilidade circular em torno da fronteira geopolítica, que ganha muito mais peso e densidade; de outro lado, a Fronteira Norte, a fronteira agrícola ainda preponderante e complexa, concentra a dinâmica da mobilidade regional e condiciona também a consolidação da fronteira geopolítica (aparentemente, ainda caracterizada como ponto de passagem e baixa retenção de mão de obra qualificada e de jovens adultos).

Quando analisadas as pirâmides das Fronteiras divididas por Unidade da Federação é possível perceber que esta tendência acontece de maneira heterogênea também entre os estados que as compõem. Na Fronteira Norte, enquanto Unidades da Federação como Amazonas, Pará e Amapá apresentam estruturas etárias bastante características (base larga e ápice estreito) e portanto, com uma população predominantemente jovem, em outras como Mato Grosso, Rondônia, Acre e Roraima, as pirâmides do decênio já atestam tendências de envelhecimento, com o estreitamento da base das pirâmides e aumento relativo das outras faixas etárias que seguem. Já na Fronteira Sul, estados como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul indicam, pela forma do gráfico, estarem em um estágio consideravelmente avançado de envelhecimento populacional, enquanto a pirâmide da fronteira do Mato Grosso do Sul, mesmo que expresse essa mesma tendência, ainda encontra-se em um estágio anterior com relação ao observado para o restante da Fronteira Sul (Figuras 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15 e 2.16).

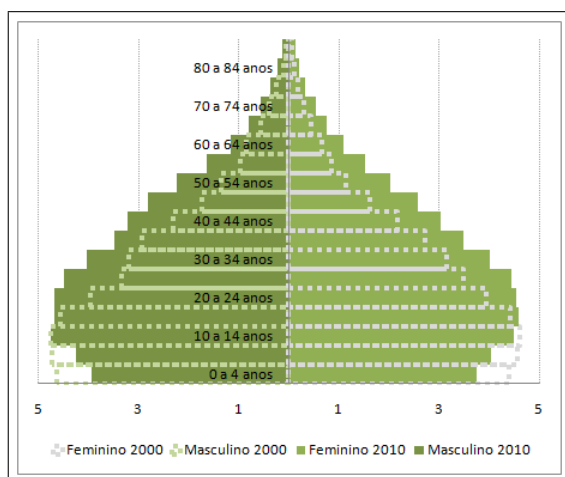


Figura 2.6: Pirâmide etária da Fronteira de Rondônia ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

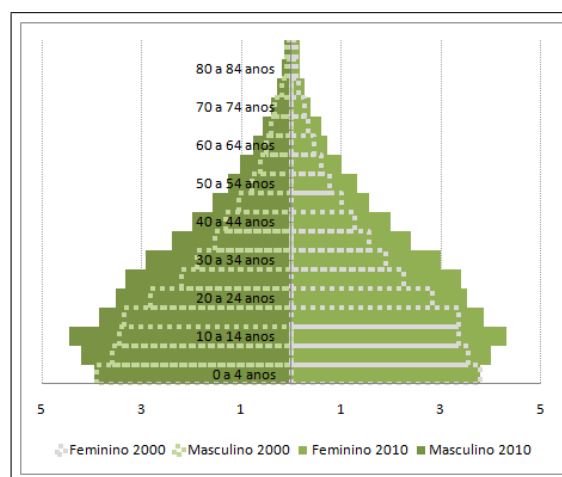


Figura 2.7: Pirâmide etária da Fronteira do Acre ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

Estas constatações são corroboradas com a Figura 2.17 que mostra a relação entre a Razão de Dependência Jovem, Razão de Dependência Idosa, Razão de Dependência

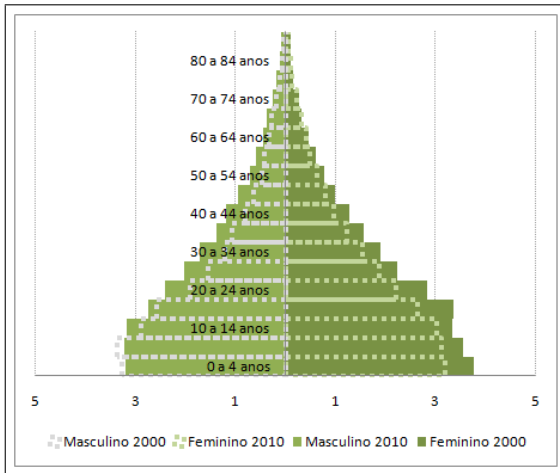


Figura 2.8: Pirâmide etária da Fronteira do Amazonas ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

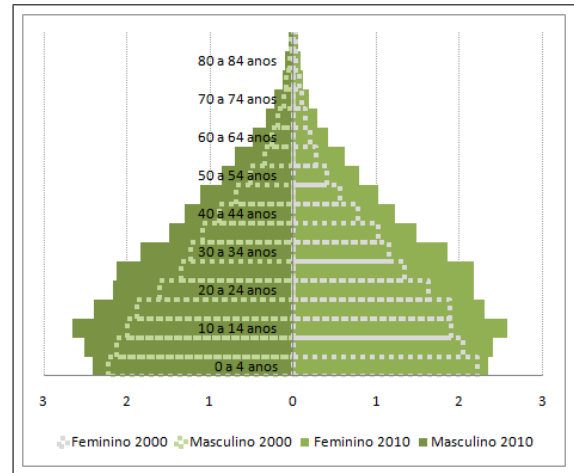


Figura 2.9: Pirâmide etária da Fronteira de Roraima ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

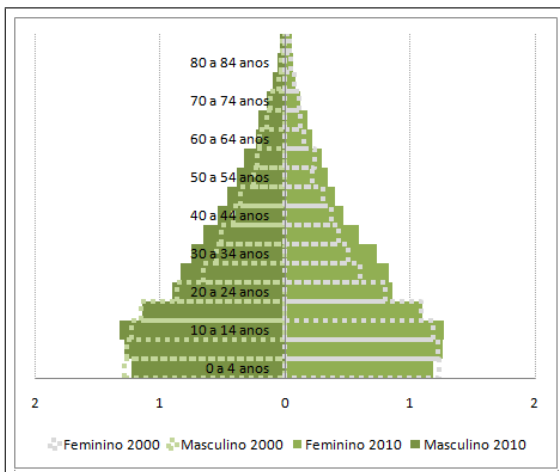


Figura 2.10: Pirâmide etária da Fronteira do Pará ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

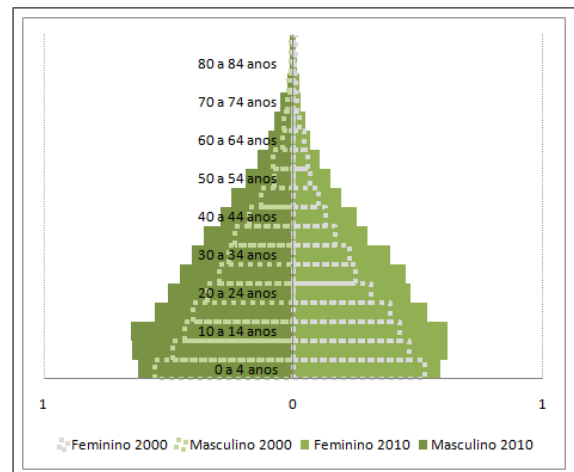


Figura 2.11: Pirâmide etária da Fronteira de Amapá ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

e Índice de Envelhecimento <sup>25</sup> das Fronteiras Norte e Sul, de modo global e divididas por Unidades da Federação. É notório que as Razões de Dependência Jovem são mais altas entre os estados da Fronteira Norte, com destaque para Amazonas, Pará

<sup>25</sup>A razão de dependência (RD) e seus componentes (jovens (RDJ) e idosos (RDI)), bem como o Índice de Envelhecimento, demonstram as relações intergeracionais da população. A Razão de Dependência Jovem e Idosa representam respectivamente a razão entre a população menor de 15 anos e maior de 65 anos com a população em idade ativa (15-64 anos), que somadas fornecem a Razão de Dependência. Altas Razões de Dependência (jovem ou idosa) demonstram que a proporção de dependentes (os grupos extremos da pirâmide) em relação à população em idade ativa (o centro da pirâmide) é alta. Já o Índice de Envelhecimento é uma medida que considera somente os dois grupos etários extremos e é um indicador da velocidade do envelhecimento da população (WONG and CARVALHO, 2006).



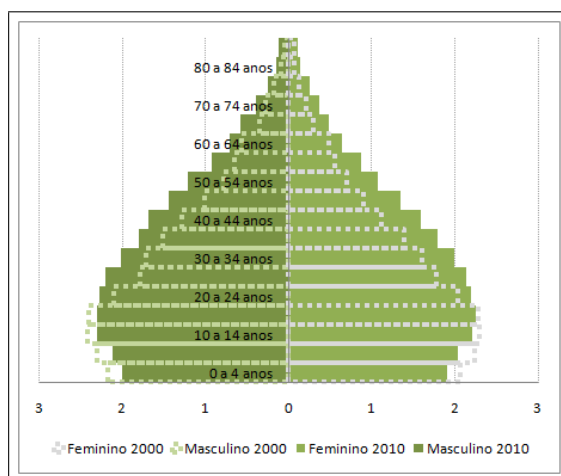


Figura 2.12: Pirâmide etária da Fronteira do Mato Grosso ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

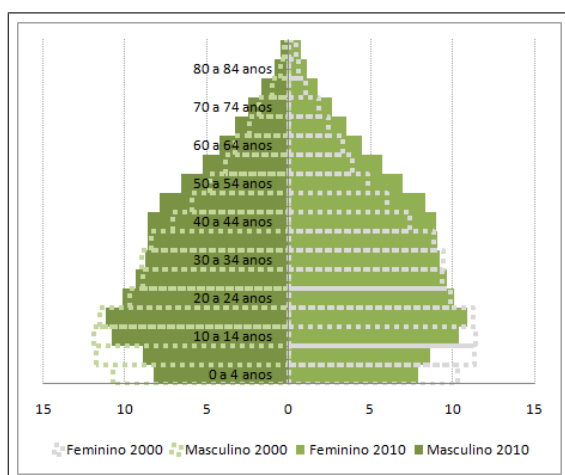


Figura 2.13: Pirâmide etária da Fronteira do Paraná ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

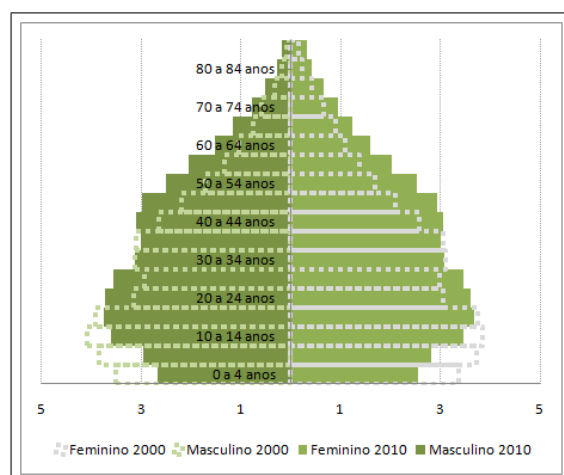


Figura 2.14: Pirâmide etária da Fronteira de Santa Catarina ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

e Amapá, onde provavelmente as Taxas de Fecundidade serão mais altas, bem como a demanda por serviços como educação básica e assistência materno-infantil. Já entre os estados da Fronteira Sul, com exceção de Mato Grosso do Sul, o destaque é para a Razão de Dependência Idosa, o que significa que os encargos assistenciais, bem como outros serviços de atenção aos idosos tendem a continuar aumentando na região. Está claro, portanto, que as Razões de Dependência nas duas Fronteiras são altas, mas inversamente relacionadas; e mesmo que a longo prazo, estas duas populações caminhem para um gradativo envelhecimento populacional, os modelos estáticos dos Censos 2000 e 2010 demonstram que estão em estágios diferentes da

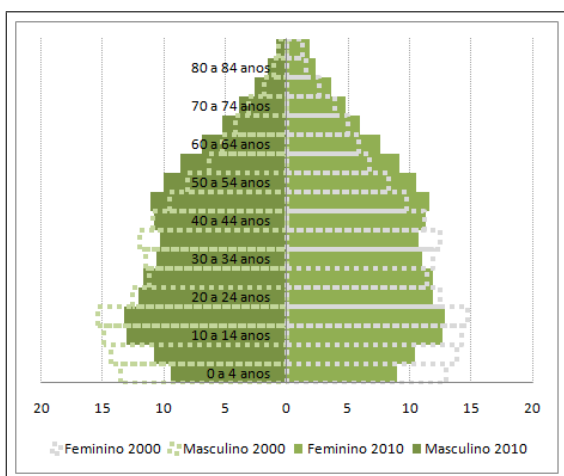


Figura 2.15: Pirâmide etária da Fronteira do Rio Grande do Sul ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

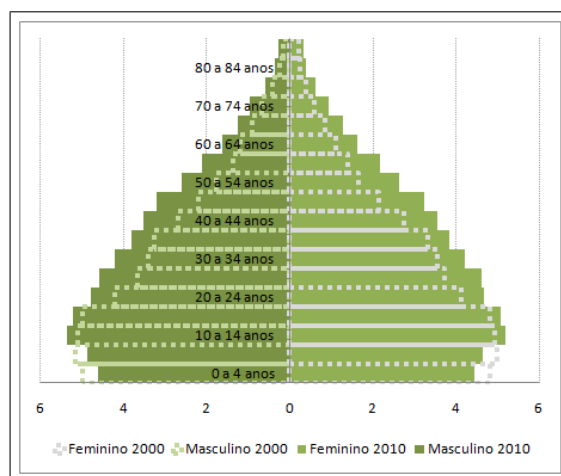


Figura 2.16: Pirâmide etária da Fronteira de Mato Grosso do Sul ( $Pop/10^4$ ), 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.  
Microdados da amostra.

transição demográfica <sup>26</sup> e que as necessidades imediatas das duas fronteiras com relação à estrutura etária são heterogêneas.

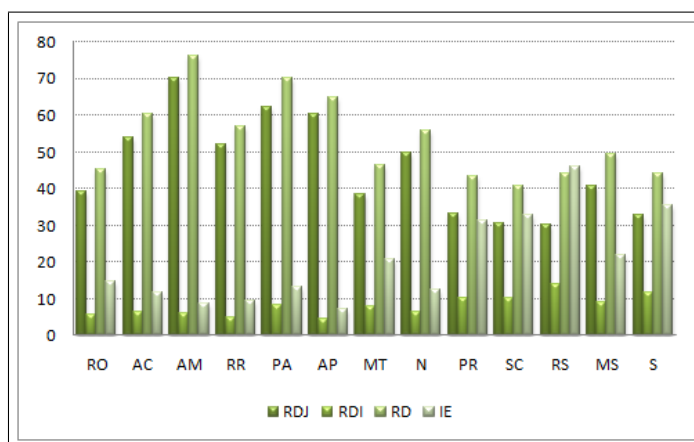


Figura 2.17: Razão de dependência jovem, razão de dependência idosa, razão de dependência e índice de envelhecimento, Fronteiras Norte e Sul, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Entre os quinze municípios que apresentam as maiores Razões de Dependência Jovem todos estão na Fronteira Norte e entre eles destacam-se: Uiramutã (RR), Porto Walter (AC), Jordão (AC), Normandia (RR), Marechal Thaumaturgo (AC) e duas cidades-gêmeas, Santa Rosa do Purus (AC) e Bonfim (RR) (Tabela 4). Já os quinze de maior Razão de Dependência Idosa todos estão no Rio Grande do Sul, que, de acordo com a Figura 2.17, é a Unidade da Federação que possui o maior Índice de Envelhecimento e, portanto, está no estágio mais avançado da transição

<sup>26</sup> Aos interessados em aprofundar a discussão sobre transição demográfica ler (DYSON, 2010).

demográfica na Faixa de Fronteira (Tabela 4 e 5). Quando avaliamos a Razão de Dependência global é possível observar que a influência da população jovem sobre o indicador é mais intensa (como já estava indicado nas pirâmides etárias) e todos os municípios que se destacam no indicador estão na Fronteira Norte (Tabela 5).

No que se refere à desproporção entre as populações masculina e feminina, já aparente nos gráficos das pirâmides etárias, fica mais clara quando observamos os gráficos das razões de sexo por faixa etária que, mais uma vez, evidencia as diferenças entre o perfil populacional das duas fronteiras. Na Fronteira Norte, a alta seletividade migratória de homens em idade produtiva, muito característica das décadas passadas, é refletida no gráfico da razão de sexo que mostra claramente que a população acima de 25 anos, tanto em 2000 quanto em 2010, é predominantemente masculina. Vale destacar que na Fronteira Norte, a razão de sexo atinge seu ápice nas idades mais avançadas (acima de 75 anos), que contraria a tendência nacional de uma menor razão de sexo entre os mais velhos. Já na Fronteira Sul, a estrutura populacional por sexo se aproxima muito da observada no país nos anos 2000 e 2010 e reflete o cenário nacional ao mostrar que, apesar do maior número de nascimentos masculinos, esta proporção diminui gradativamente com o aumento da idade, em função de fatores como sobremortalidade masculina por causas externas e maiores cuidados da população feminina com a saúde (Figura 2.18).

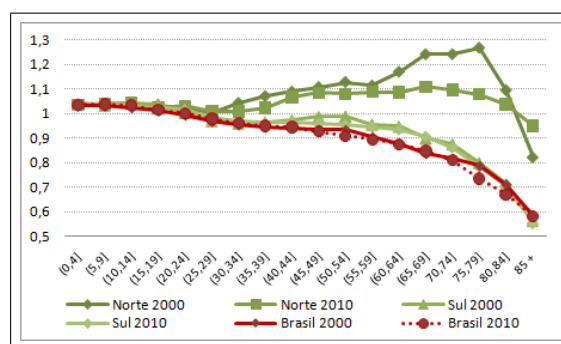


Figura 2.18: Razão de sexos por faixa etária, Fronteira Norte, Fronteira Sul e Brasil, 2000 e 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010.

Microdados da amostra.

Quando observamos estas relações das Fronteiras discriminadas por estado é possível perceber que na Fronteira Norte há uma tendência de queda da razão de sexo no decênio analisado. Entretanto, estados como Amapá e Amazonas nas idades avançadas seguem com predominância masculina (Figuras 2.19 e 2.20). Na Fronteira Sul, Mato Grosso do Sul se diferencia por apresentar um maior número de homens nas idades mais avançadas, que por um efeito de coorte é progressivamente amenizada no decênio analisado (Figuras 2.21 e 2.22).

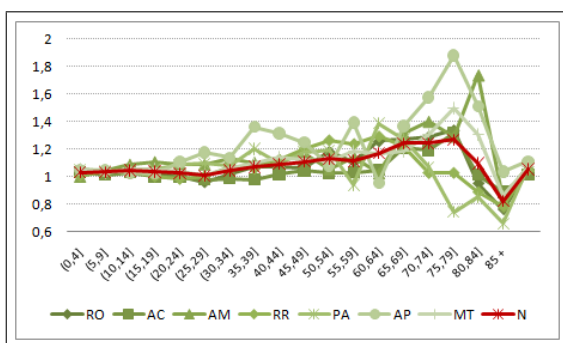


Figura 2.19: Razão de sexos por faixa etária, Unidades da Federação da Fronteira Norte, 2000

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2000. Microdados da amostra.

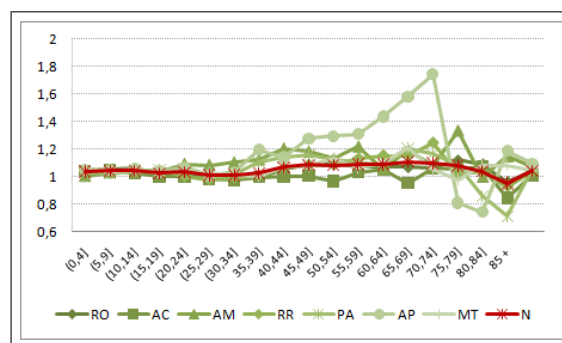


Figura 2.20: Razão de sexos por faixa etária, Unidades da Federação da Fronteira Norte, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

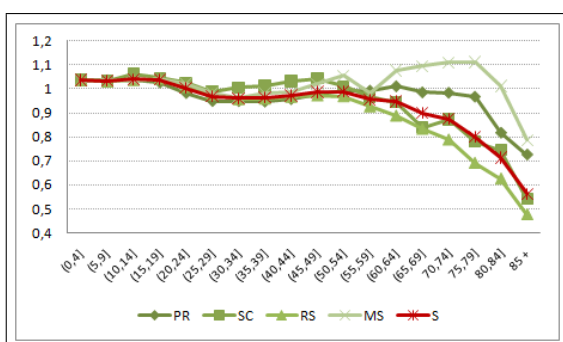


Figura 2.21: Razão de sexos por faixa etária e Unidades da Federação da Fronteira Sul, 2000

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2000. Microdados da amostra.

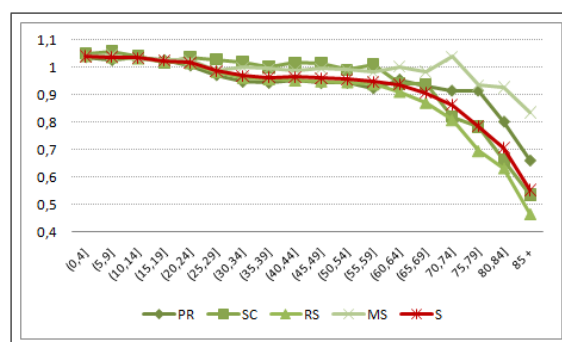


Figura 2.22: Razão de sexos por faixa etária, Unidades da Federações da Fronteira Sul, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Dentre os municípios que apresentam a maior razão de sexo na fronteira estão: Pedra Branca do Amapari (AM), Barão de Melgaço (MT), Arvoredo (SC), Cantá (RR), Sapezal (MT), Santa Margarida do Sul (RS) e Canutama (AM); indicam que, mesmo que de modo global a Fronteira Sul apresente um equilíbrio entre homens e mulheres, quando avaliado separadamente há alguns municípios que destoam de suas médias regionais (Tabela 6).

- Composição por raça/cor

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 no que se refere à população por raça/cor, é possível observar que entre os estados da Fronteira Norte há uma predominância de pessoas que se declaram pardas, seguidas de brancas, indígenas, pretas e amarelas. Dentre os indígenas, poderíamos destacar os estados do Amazonas e Roraima onde respectivamente 25,2% e 11,2% da população se declararam como tal (Figura 2.23). Entre as etnias indígenas presentes na Fronteira Norte estão os Tikúnas (que se dividem na fronteira internacional com a Colômbia e Peru), Makuxis

(que se dividem na fronteira internacional com a Venezuela e Guiana), os Yanomamis e os Baré (que se dividem na fronteira internacional com a Venezuela). Estas, de acordo com o Censo 2010, constituem algumas das maiores populações por etnia indígena do país, com uma população de respectivamente 46.045, 28.912, 21.982 e 11.990<sup>27</sup> de pessoas (Figura 3).

Já na Fronteira Sul, há uma preeminência de pessoas que se declaram brancas, seguidas de pardas, pretas, indígenas e amarelas. Vale ressaltar que no Mato Grosso do Sul a proporção de pessoas que se declararam indígenas é de 6,07% da população, de modo que a região abriga etnias quantitativamente significativas como os Guaranis Kaiowá (que se dividem na fronteira internacional com o Paraguai) e os Terenas, que registraram em 2010 uma população de respectivamente 43.401 e 28.912 pessoas (Figuras 2.23 e 4).

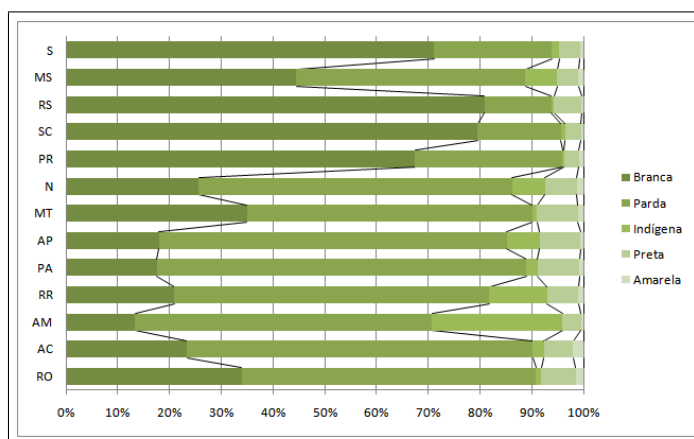


Figura 2.23: Distribuição relativa da população por raça/cor, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Entre os municípios cuja população se declarou predominantemente branca estão: Cândido Godói (RS), Nova Candelária (RS), Cunhataí (SC), Nova Boa Vista (RS) e São João do Oeste (SC). Entre aqueles cuja população se declarou como predominantemente de negros<sup>28</sup> estão: Nhamundá (AM), Pracuúba (AP), Nossa Senhora do Livramento (MT), Urucará (AM), Amapá (AP). E entre os municípios cuja população se declarou predominantemente como indígena estão: Uiramutã (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Santa Isabel do Rio Negro (AM), Normandia (RR) e Amajari (RR) (Tabelas 6 e 7).

<sup>27</sup>Existem 185 terras indígenas situadas na Faixa de Fronteiras do Brasil e 45 povos indígenas que vivem em território brasileiro e em território de países vizinhos. Isso é uma prova de que a delimitação das fronteiras não se pautou na diversidade pluriétnica que já estava estabelecida na região e muito mais por interesses econômicos, pela presença militar e religiosa (com as missões) que não se preocuparam com a divisão de povos e territórios (Programa Povos Indígenas no Brasil)

<sup>28</sup>Aqui incluímos no quesito “negros” os que se declararam como pardos ou pretos.

- Composição por situação de domicílio

De acordo com os Censos Demográficos 2000 e 2010, a população urbana na Fronteira Norte nos respectivos anos é de 65% e 72,76% da população e, na Fronteira Sul, de 71,64% e 77,5%. Estas tendências vão de encontro à tendência nacional, que desde a década de 1960 manifesta um crescente coletivo de pessoas residentes em áreas urbanas, que surpreende em nível mundial pela velocidade com que esta transição vem ocorrendo. Com relação a isso, mais uma vez o processo mais intenso da urbanização na Fronteira Sul evidencia o processo histórico do avanço das fronteiras agrícolas e sua convergência para a dinâmica regional da fronteira geopolítica. Processo ainda em realização nas áreas de fronteira da Fronteira Norte.

Entre as Fronteiras divididas por Unidades da Federação que sofreram um maior incremento da população urbana no decênio estão os estados de: Roraima e Santa Catarina com 9%, seguidos do Mato Grosso com 7%, Acre e Paraná com 6%; e, entre os que sofreram um menor impacto estão: Roraima com 0,39%, Pará com 1,81% e Rio Grande do Sul com 3,62% (Figuras 2.24 e 2.25) . Quando observados os municípios de fronteira, entre os quinze que apresentaram a maior grau de urbanização, com exceção de Laranjal do Jari no Amapá, todos estão localizados na Fronteira Sul, entre os quais quatro abrigam cidades-gêmeas de Foz do Iguazu (PR), Chuí (RS), Uruguaiana (RS), Jaguarão (RS) (Tabela 8). Vale ressaltar que na Fronteira Norte, alguns dos municípios mais urbanizados são as capitais Rio Branco, Boa Vista e Porto Velho e os municípios da fronteira do Amapá, que em 2010 destacou-se como a fronteira mais urbanizada (78,9%). Na Fronteira Sul, sobressaíram em 2010 as fronteiras dos estados do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, com grau de urbanização de respectivamente 78,84% e 78,20%.

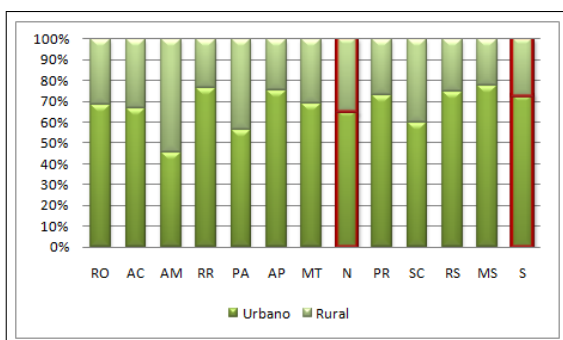


Figura 2.24: Distribuição relativa da população por situação de domicílio, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2000

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2000. Microdados da amostra.

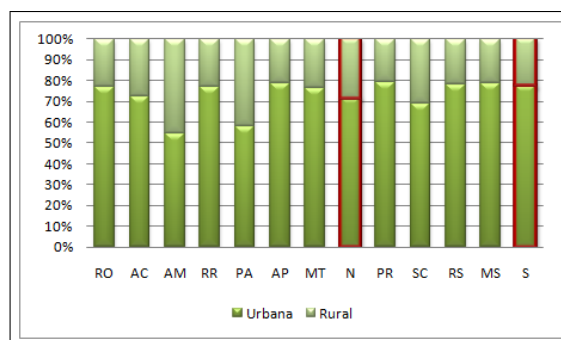


Figura 2.25: Distribuição relativa da população por situação de domicílio, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Este crescimento urbano, que se distribui diversamente tanto no que se refere à intensidade, quanto à quantidade, demonstra que o processo de urbanização nas Fronteiras Norte e Sul, além de crescente e consolidado, se expressa de forma diferenciada nas regiões fronteiriças e entre os grupos etários e por sexo que compõem a população. Pela Figura 2.26 fica claro que há uma forte tendência de apresentar uma maior proporção de homens na população que vive em meio rural, tanto na Fronteira Norte quanto na Fronteira Sul, com destaque para o grupo de 65 anos ou mais, que na Fronteira Norte apresenta uma razão de sexo que se diferencia muito da média observada entre os outros grupos analisados.

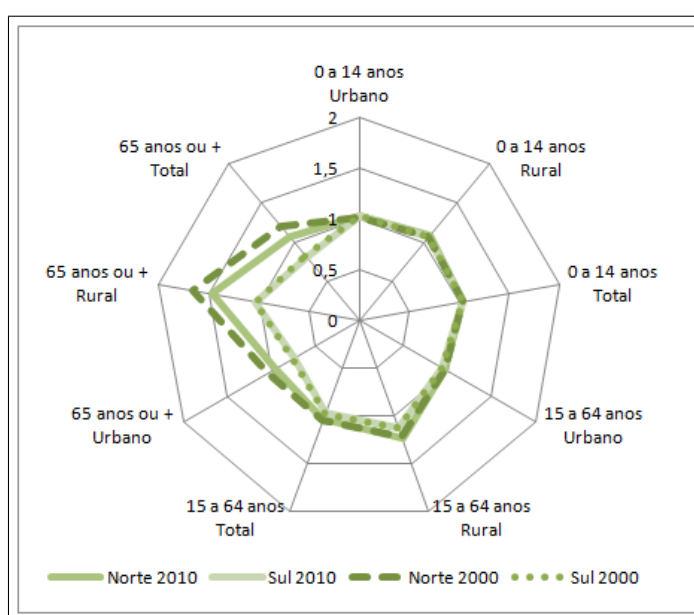


Figura 2.26: Razão de sexos por grupos de idade e situação de domicílio, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2000/2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000/2010. Microdados da amostra.

- Composição por escolaridade

No Censo Demográfico 2010, no que se refere à alfabetização nas Faixas de Fronteira Norte e Sul é possível observar uma grande diferença entre as fronteiras estaduais que as compõem. Enquanto as fronteiras do Amazonas apresentam 28% de analfabetos<sup>29</sup>, Acre 19% e Pará 17%, nas fronteiras de Santa Catarina essa taxa é de 6%, Rio Grande do Sul de 7% e Paraná de 8%, contabilizando 16% de analfabetos na Fronteira Norte e 8% na Fronteira Sul (Figura 2.27).

<sup>29</sup>No Censo Demográfico 2010 foi considerada analfabeta a pessoa que não sabe ler ou escrever; quem adquiriu essas habilidades, mas que as esqueceu por ter passado por um processo de alfabetização que não se consolidou; e quem apenas assinava o próprio nome.

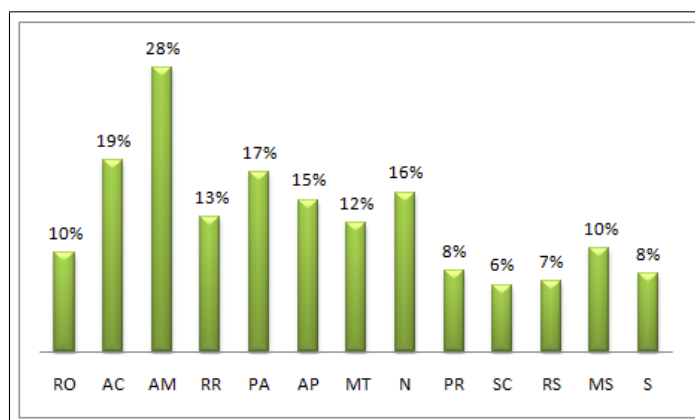


Figura 2.27: Taxa de analfabetismo, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2010. Microdados da amostra.

É importante ressaltar que todos os quinze municípios de fronteira com maiores taxas de analfabetismo se encontram na Fronteira Norte (entre eles a cidade-gêmea de Santa Rosa dos Purus), o que corrobora a hipótese de uma Faixa de Fronteira socialmente dessemelhante (Tabela 8). Outro fato observado pelo quesito raça/cor: a Fronteira Norte revela uma multiplicativa desigualdade, já que 37% da população que se declara indígena foi considerada como analfabeta, enquanto 10,77% de brancos são classificados como tal (um valor apesar de significativamente menor, não é menos preocupante).

- Fecundidade

No que se refere ao comportamento reprodutivo da população expresso pela Taxa de Fecundidade Total <sup>30</sup>, mais uma vez a Fronteira Norte se diferencia global e localmente da Fronteira Sul. Conforme dados do Censo Demográfico 2010, enquanto em estados como Amazonas e Pará é esperado que as mulheres até o final do período reprodutivo tenham em média 2,92 e 2,68 filhos nascidos vivos, contabilizando um total de 2,08 filhos por mulher na Fronteira Norte, na Fronteira Sul os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina registram 1,52 e 1,56. Isso demonstra que as Fronteiras Norte e Sul respectivamente estão acima e abaixo da média nacional de 1,82 filhos nascidos vivos por mulher (Figura 2.28).

Dos quinze municípios de fronteira que registraram as maiores Taxas de Fecundidade Total todos estão localizados na Fronteira Norte, entre eles: Uiramutã (RR) com 5,8 filhos nascidos vivos por mulher, Normandia (RR) com 4,75 e as cidades-gêmeas de Bonfim (RR) e Santa Rosa dos Purus (AC) com respectivamente 4,19 e 3,88 (Tabela 9).

<sup>30</sup>A Taxa de Fecundidade Total corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo.



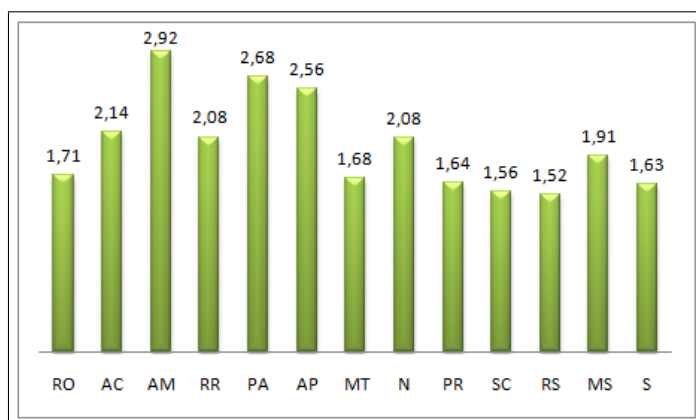


Figura 2.28: Taxa de fecundidade total, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2010. Microdados da amostra.

- Mortalidade

O Censo Demográfico de 2010, como apontou QUEIROZ and SAWYER (2012), mostrou-se uma fonte bastante confiável para indicar os padrões de mortalidade encontrados no país. Contudo, é sabido que mesmo o Censo Demográfico apresenta limitações tais como: o grau de cobertura dos óbitos (principalmente no grupo de pessoas acima de 60 anos); impossibilidade de reconhecer a dissolução de domicílios após a morte de um dos membros; e erros na declaração do período de referência do óbito e idade de vivos e mortos, que podem variar de acordo com a região em estudo. Considerados possíveis ruídos na coleta das informações e que foge ao escopo desse trabalho uma avaliação profunda de suas causas predominantes, calculou-se as Taxas Brutas de Mortalidade <sup>31</sup> para os municípios e Unidades da Federação que compõem a fronteira.

A Figura 2.29 acima nos permite avaliar como se comporta individualmente a mortalidade em cada uma das Unidades da Federação da Fronteira. Entretanto, como estas Taxas Brutas não estão padronizadas por idade, não é possível comparar diferenciais de nível e afirmar com segurança onde a incidência de mortalidade é maior ou menor, visto que pode tratar-se somente de um efeito de composição etária.

- Características domiciliares

De acordo com o Censo Demográfico 2010, as populações das Fronteiras Norte e Sul apresentam um perfil domiciliar bastante diverso. As Unidades da Federação

<sup>31</sup>A Taxa Bruta de Mortalidade toma o total de óbitos ocorridos em um ano calendário e a população total, de modo a representar o risco que tem uma pessoa dessa população de morrer no decorrer desse ano. Para isso, no numerador foram considerados os óbitos ocorridos entre agosto de 2009 e junho de 2010, e no denominador, a população total dos municípios da fronteira coletadas em 31 de julho de 2010.

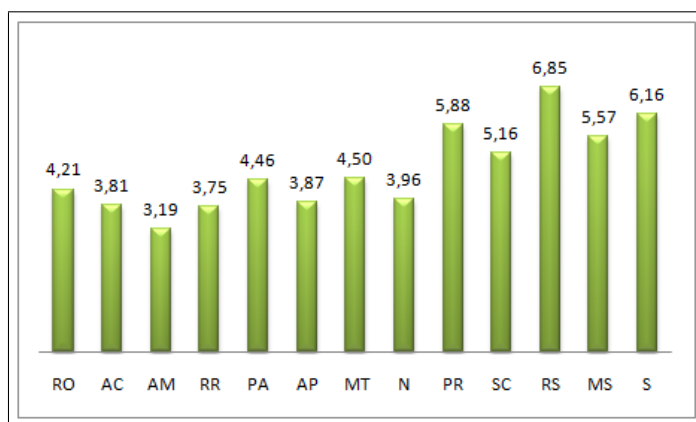


Figura 2.29: Taxa bruta de mortalidade, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2010. Microdados da amostra.

da fronteira que se destacam com uma maior média de moradores por domicílio são: o Amazonas com 5,22 (sendo 4,48 em área urbana e 5,7 em área rural), seguido do Pará com 4,41 (sendo 4,3 em área urbana e 4,56 em área rural) e Amapá com 4,11 (sendo 4,06 em área urbana e 4,36 em área rural) (Figura 2.30). De modo global, as Fronteiras Norte e Sul apresentam em média e respectivamente 3,77 (sendo 3,66 em área urbana e 4,08 em área rural) e 3,05 (sendo 3,02 em área urbana e 3,2 em área rural) moradores por domicílio (Figura 2.30).

Vale ressaltar que muitas vezes o conceito de domicílio utilizado pelo IBGE <sup>32</sup> não se ajusta à realidade de inúmeros grupos populacionais presentes na região, tais como as populações indígenas, para as quais com frequência as concepções de coletividade e independência são substancialmente diferenciadas. Por isso, e também por fatores como as elevadas taxas de fecundidade entre as populações indígenas, não por acaso, os municípios de fronteira que apresentam as maiores médias de moradores por domicílio são alguns cuja concentração de populações indígenas é também elevada, tais como Santa Isabel do Rio Negro (AM), Uiramutã (RR) e a cidade-gêmea de Santa Rosa do Purus, onde respectivamente 66%, 89% e 55% de suas populações declararam-se, no Censo 2010, como indígenas (Tabela 10).

Quando analisadas as características domiciliares avaliadas pelo Índice de Segregação Residencial <sup>33</sup> é possível constatar que, com exceção da fronteira de

<sup>32</sup>O IBGE considera como domicílio um local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo usado como tal na data de referência.

<sup>33</sup>O índice de segregação residencial, amplamente discutido na literatura e extremamente complexo, no nosso caso refere-se simplificada e à características domiciliares que caracterizam inadequação, o que corrobora com a segregação em um sentido social mais amplo. Este índice dicotômico (0=segregado 1=não segregado) considera como residencialmente segregado o domicílio cujo abastecimento de água não é feito por rede geral de distribuição e por canalização; cujo lixo

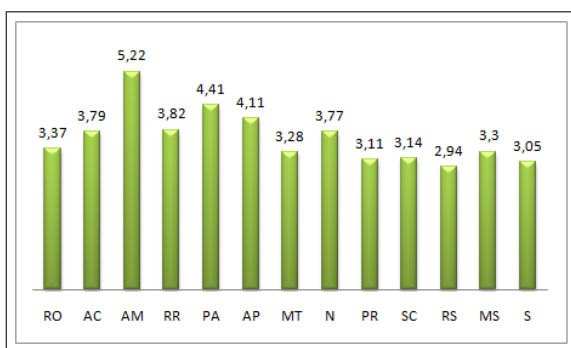


Figura 2.30: Número médio de moradores por domicílio, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

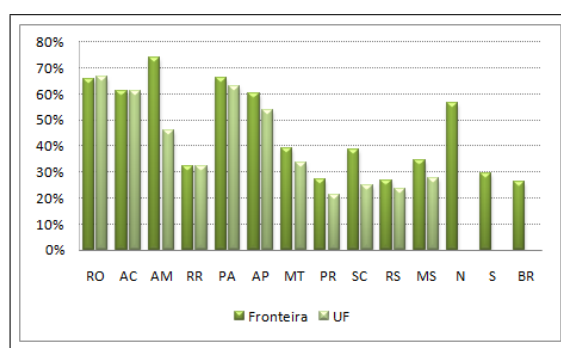


Figura 2.31: Índice de segregação residencial, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, UF, Brasil, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Rondônia, em todas as outras a segregação residencial na região fronteiriça é mais alta que no restante de suas Unidades da Federação correspondente. Nesse quesito, mais uma vez o Amazonas, Pará e Amapá se destacam na Fronteira Norte com respectivamente 74%, 66% e 60% dos domicílios com alguns dos problemas estruturais que apontam segregação. Já na Fronteira Sul, há um destaque para os estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul com respectivamente 38% e 34% de segregação residencial. Além disso, é importante destacar que globalmente ambas as fronteiras, que em sua porção Norte apresenta 57% e Sul 29% de segregação residencial, estão acima do valor de 26% encontrado para o país como um todo (Figura 2.31).

Entre os quinze municípios com maior proporção de residências segregadas, todos se encontram na Fronteira Norte, entre os quais ganha evidência São Paulo de Olivença (AM), Buritis (RO), São Francisco do Guaporé (RO), onde 100% dos domicílios se enquadram na categoria de segregados, e a cidade-gêmea de Oiapoque no Amapá, onde esta proporção é de 90% (Tabela 11).

### 2.3.1.3 Aspectos econômicos

- Renda

É sabido que a mensuração da variável renda e de algumas de suas atribuições derivativas, que são pobreza e miséria, tanto em termos operacionais quanto em termos teóricos apresentam inúmeros problemas e uma ampla discussão. Contudo,

não é coletado diretamente por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza; cuja forma de iluminação não existe; cuja condição de propriedade não é própria ou alugada; cuja espécie do domicílio não é casa, casa de vila ou em condomínio, apartamento, oca ou maloca; cujo material predominante na moradia não é alvenaria com ou sem revestimento, madeira apropriada para construção ou taipa revestida e cuja densidade por dormitório é maior que três pessoas. Nesse índice não foi considerado o tipo de esgotamento sanitário visto que dada a baixa frequência com que é observado na região fronteiriça, o índice foi próximo de 0 em grande parte dos municípios.

apesar de suas diversas limitações e inconvenientes, os estudos dessas variáveis no Brasil tem propiciado uma maior compreensão de como se manifestam e onde estão os focos da desigualdade, bem como a evolução do poder de compra da população. Neste trabalho, tomando como referência a variável rendimento domiciliar per capita em número de salários mínimos, <sup>34</sup> adotaremos os critérios oficiais que estabelecem como pobres aquelas residências cujo rendimento *per capita* é inferior a meio salário mínimo, e de miseráveis aquelas cujo mesmo rendimento é inferior a um quarto de salários mínimos.

Os resultados revelam que, com exceção de Rondônia, em todas as Unidades da Federação a proporção de pobres e miseráveis é maior na fronteira que no restante do estado a que correspondem. Na Fronteira Norte, as fronteiras do Amazonas, Pará e Amapá se destacam como as que possuem uma maior proporção de pobres e miseráveis, enquanto na Fronteira Sul destacam-se o Mato Grosso do Sul e o Rio Grande do Sul. A proporção de pobres e miseráveis na Fronteira Norte, de respectivamente 48% e 28%, está acima dos valores encontrados para o Brasil (de 25% e 10%), e supera os valores da Fronteira Sul de 33% e 16% (Figuras 2.32 e 2.33).

Os quinze municípios com maior proporção de população pobre e miserável estão na Fronteira Norte, entre os quais se destacam: Santo Antônio do Içá (AM) (com 87% de pobres e 72% de miseráveis); Uiramitã (RR) (com 87% de pobres e 78% de miseráveis); e Santa Isabel do Rio Negro (AM) (com 85% de pobres e 70% de miseráveis), todos com grande proporção de populações indígenas. Diante disso, vale ressaltar que nesses indicadores está embutida somente a renda monetária que, especialmente na Fronteira Amazônica, é extremamente limitada, dada a grande diversidade de rendimento presentes na região, em especial entre populações indígenas (Tabela 12).

- Ocupação

O Censo Demográfico 2010 indicou que as Taxas de Atividade <sup>35</sup> e Taxas de Desocupação <sup>36</sup> também apresentam diferenças significativas, a depender da porção da fronteira analisada. Entre os estados que apresentaram respectivamente as maiores

---

<sup>34</sup>No Censo Demográfico 2010 considerou-se como rendimento mensal domiciliar *per capita* a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de moradores do domicílio particular, exclusive aquele cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, expresso em salários mínimos.

<sup>35</sup>O IBGE considera a Taxa de Atividade como a proporção de pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade. Já por População Economicamente Ativa (PEA) entende-se pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

<sup>36</sup>O IBGE considera a Taxa de Desocupação (ou desemprego aberto) como a Percentagem de pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

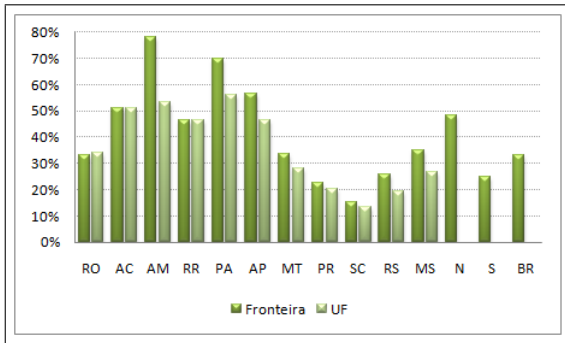


Figura 2.32: Proporção de pobres, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, UF, Brasil, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

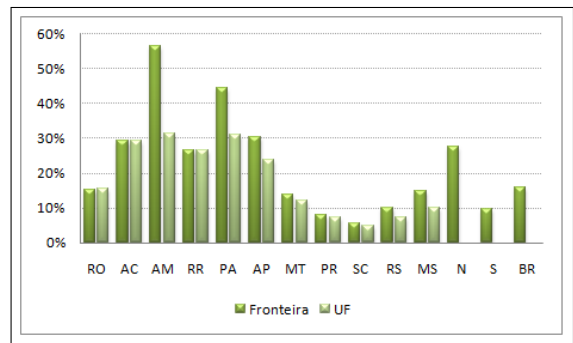


Figura 2.33: Proporção de miseráveis, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, UF, Brasil, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

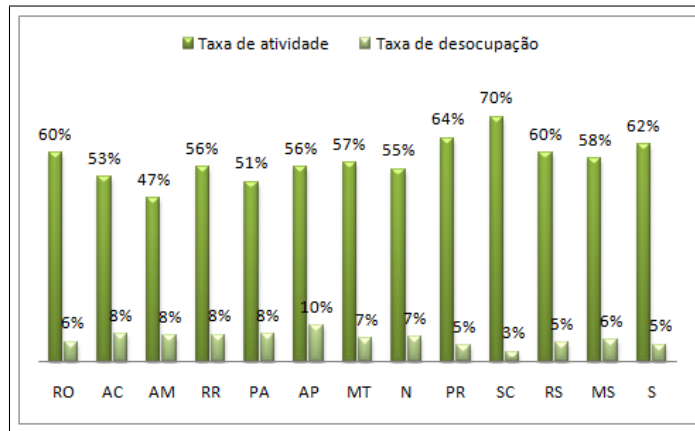


Figura 2.34: Taxa de atividade e taxa de desocupação, Unidades da Federação das Fronteiras Norte e Sul, 2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2010. Microdados da amostra.

Taxas de Atividade e menores Taxas de Desocupação estão Santa Catarina com 70% e 3% e Paraná com 64% e 5%; e entre os que apresentaram as menores Taxas de Atividade e maior Taxa de Desocupação estão Amazonas com respectivamente 47% e 8% e Pará com 51% e 8% (Figura 2.34).

Os quinze municípios com maiores Taxas de Atividade estão dispostos na Fronteira Sul, enquanto os quinze com maiores Taxas de Desocupação, com exceção de Iporã, no Paraná, se localizam na Fronteira Norte (Tabela 12).

## 2.4 Considerações finais

Ao longo deste capítulo procuramos demonstrar que o conceito de fronteira, apesar de amplamente utilizado, converge em si significações e usos nem sempre congêneres. Por isso, ao discutir alguns enfoques teóricos dados ao conceito, tentamos clarificar a importância de expô-lo a luz de uma análise científica que consiga

resgatá-lo do estado de desconhecimento e inércia em que se encontra muito frequentemente.

A partir desse intento e da constatação de que a concepção do termo “fronteira” parte sempre de um *modo de ver* - variável conforme a formação pessoal ou acadêmica de quem a observa - , optamos por esmiuçá-la a partir de elementos fundamentados no “tempo” e no “espaço”. A escolha dessas componentes justifica-se pela frequência com que são tratadas de modo desconexo e acrítico nos estudos sobre fronteira, aportados nas mais diversas matrizes disciplinares.

Além disso, sobre a hipótese de que o principal atributo demográfico para se compreender as fronteiras são as mobilidades populacionais, conduzimos nosso olhar sobre os estudos fronteirços orientados pelo fio dessa componente demográfica, conectada a outras formas de mobilidade, tais como bens, serviços e capital.

Desse modo, a fronteira analisada nesse trabalho assume o nome de Fronteira Demográfica, cujo objeto empírico de análise é as fronteiras entre Estados Nacionais, mais especificamente a Faixa de Fronteira da Amazônia Legal definida legalmente no Brasil. A fim de demonstrar as especificidades da região e a importância de estudos não generalizantes, comparamos alguns atributos geográficos, demográficos e econômicos desta porção fronteira que a diferencia do restante da fronteira brasileira, denominada aqui de Fronteira Sul.

A partir dos atributos analisados, tais como: densidade populacional, razão de sexo e razão de dependência, os resultados corroboraram a hipótese de que as porções fronteirças são diferentes entre si e dentro de si e demonstraram que os estudos fronteirços não podem estar dissociados do tempo histórico e atributos espaciais que caracterizam cada fronteira.

# Capítulo 3

## MOBILIDADE

*Mas o sertão está movimentante todo-tempo - salvo que o senhor não vê; é que nem braços de balança, para enormes efeitos de leves pesos...(ROSA, 2006, p. 517)*

### 3.1 Introdução: Mobilidades (e migrantes) plurais

A mobilidade parece irremediavelmente traçada e se desde tempos remotos ela é parte descritiva e indissociável da história humana, no mundo moderno o mover apresenta-se como a própria égide de um tempo, que lhe atribui contornos cada vez mais imprevisíveis e múltiplos.

Diante desse cenário de constantes e velozes transformações, facilitados por crescentes e eficientes “dutos” construídos em áreas como transporte e comunicação, os investimentos, os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias e um grande número de pessoas - objeto central desse trabalho - estão interligados por incessantes movimentos.

Nesse processo, antigas formas de produção e acumulação do capital próprias do sistema fordista, parecem minimizadas diante da sedutora proposta da compressão do espaço-tempo, possível a partir da aceleração dos movimentos em múltiplas escalas - sejam elas na dimensão física, simbólica ou virtual. Por outro lado, não obstante, mesmo que voluntariamente eleitos, a estabilidade, o repouso e as longas durações aparecem com frequência relacionados ao atraso, subdesenvolvimento e inadequação que devem ser combatidos e superados em um mundo que se move.

É de se esperar, portanto, que sob a força de seu próprio dinamismo, apesar

de frequente e - mesmo que abstratamente - presente nas vidas cotidianas, a ideia de “mobilidade” se revele como uma categoria social disputada e alvo de intensos debates acadêmicos, políticos, sociais e econômicos. Como declarou SAYAD (1998, p. 44) as “*transformações são [grifo nosso] tão velozes que se tem impressão de que a ciência está a reboque de seu objeto e de que a observação se esgota em acompanhá-las, destinadas que são a estarem sempre atrasadas com relação à realidade estudada e não apenas afastadas dela, como convém à atitude científica*”.

Nessa medida, se há um consenso acerca da mobilidade é o fato dessa ser uma categoria social de dimensões plurais e definição complexa, o que facilita a conversão do termo em um conceito signifiante, dotado de inúmeros significados e representações. Segundo LEVY (1998, p. 1-2), se por um lado uma gama de teóricos tributários à “tirania euclidiana” - ou ao “compasso dos relógios” - constrange a pluralidade do termo mobilidade, transformando-o em ferramentas utilitárias e universais, por outro, cresce o grupo dos que associam seu conceito a ideias puramente abstratas, tais como de “mobilidade econômica” ou “mobilidade social”.

No que se refere à mobilidade espacial da população, que é o objeto de estudo central nesta dissertação, a multiplicidade de tratamentos não é diferente. A complexidade do tema - que encerra em si questões como a duração, a frequência, a periodicidade, as distâncias físicas e psicológicas, a composição populacional envolvida, a identidade, as transnacionalidades, as motivações individuais e coletivas e os determinantes da origem e do destino - dificulta generalizações absolutas, ao mesmo tempo em que não se deixa revelar pela multiplicidade de estudos empíricos desconectados.

Outro fator importante a se considerar com relação à mobilidade é o olhar e tratamento projetados sobre os indivíduos, que saídos de diferentes lugares, portadores de diferentes bagagens culturais, despertam a sociedade para uma noção de que há um “Outro” e um “Eu” vigiando-se mutuamente. Esta relação imposta em situação de contato (de fronteira) pode ser mais ou menos conflituosa e aprazível, dependendo da conformação espaço-temporal e do *modo de ver* o migrante (inclusive a forma que o próprio migrante se vê), tanto no nível do indivíduo, quanto no institucional.

A partir dessas considerações e da definição de Fronteira Demográfica estabelecida no Capítulo 2, desenvolveremos nas seguintes seções um breve estudo que, mais que propor conclusões, pretende estimular reflexões sobre o modo como a sociedade tem visto o indivíduo em sua situação de migrante, em especial na Fronteira Demográfica. Em seguida, faremos uma discussão teórica em torno do conceito de mobilidade e de uma de suas formas mais reconhecidas: a migração, bem como vantagens e desvantagens ligadas à decisão sobre o *modo de ver* os movimentos es-



paciais da população. Por fim, desenvolveremos uma avaliação geral dos esforços metodológicos que vem sendo feitos a fim de aprimorar a qualidade das informações sobre mobilidade e de seu poder de alcance para o caso das Fronteiras Demográficas. A partir disso, apresentaremos um breve panorama das possibilidades e restrições dos Censos Demográficos brasileiros em medir a mobilidade e o que evoluiu ao longo de suas edições que permite uma aproximação maior a realidade migratória das regiões na Fronteira Demográfica.

### 3.2 O migrante como fronteira : o (re)encontro do “Eu” com o “Outro”

O crescente interesse pelo tema da mobilidade populacional se originou em grande parte decorrente da intensa diversificação étnico-cultural, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Nesse contexto, temas como o transnacionalismo (PORTES et al., 2003), multiculturalismo (CANCLINI, 2005) e identidades nacionais (CARDOSO, 2005) chamam cada vez mais a atenção de diversos estudiosos atuantes nas mais variadas matrizes disciplinares.

Sob os efeitos das tendências da pós-modernidade, em maior ou menor medida, os indivíduos se tornam cada vez mais multicêntricos ou “líquidos”, como prefere denominá-los BAUMAN (1998, p. 58). Assim, fortes orientações que comportavam identidades já construídas - como Estado-nação, gênero, filiações políticas - estão cada vez mais difusas na individualização da modernidade flexiva, que mesmo aparentemente sólida, comporta-se crescentemente como instável e moldável a qualquer forma que precise adquirir.

Por outro lado, como foi debatido no capítulo anterior, essa mesma situação sustenta o fortalecimento de representações que muitas vezes simulam unicidade e identidade coletiva. Com isso, ganham relevância posições político-sociais de caráter nacionalista/regionalista e xenofóbico que defendem a potencialização do crescimento coletivo com a minimização da mistura social e multiculturalismo. Segundo HOBBS (1990, p. 195) *“o que mais poderia ter lançado a Argentina e a Inglaterra em uma louca guerra por um pântano e uma pastagem acidentados e ásperos”* ou mesmo inspirar episódios de xenofobia como os observados diariamente em diversas partes do mundo, *“do que a solidariedade que emana de um “nós” imaginário, em oposição a um “eles” simbólico?”*.

É inevitável pensar, portanto, que em meio a tantos impasses sobre o comportamento ideal da sociedade e indivíduos modernos, uma personagem central nessa discussão é o *migrante*, que se desloca nas mais variadas escalas de tempo e espaço.

Esse, além de travar um conflito pessoal sobre sua identidade plural, se vê constantemente confrontado pelos mais diversos atores com relação ao lugar social que deve ocupar e sobre a postura esperada diante das diferentes sociedades que o compõem. Como declarou (DERRIDA, 2003), o estrangeiro - como escolhe chamá-lo - é o ser-em-questão da questão. Ele carrega e dispõe a questão. Ele porta consigo o desconhecido e a dúvida. O problema e a solução. O impedimento e a esperança. *“É um elemento do qual a posição iminente e de membro compreendem, ao mesmo tempo, um exterior e um contrário”* (SIMMEL, 2005, p. 265). *O migrante está no meio.*

Diante de si, como afirmou SAYAD (1998, p. 45), o migrante *“não sabe se está em um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente, ou ao contrário, se se trata de um estado duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”*. Ou seja, quando se observa, o migrante está dividido entre um passado que está em um ou mais lugares e um futuro que o obriga a decifrar a nova realidade e encarar desafios muitas vezes inéditos. Assim, o conjunto de razões que influenciam a decisão de partir, também influencia o processo de interação com o lugar de destino de modo que por onde quer que transite, o deslocado *estará sempre na fronteira*. Com relação a isso BOURDIEU (1998, p. 1998) declara:

*Como Sócrates, o imigrante é átopos, sem lugar, deslocado, inclassificável. [...] Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social.[...] Incômodo em todo lugar, e doravante tanto em sua sociedade de origem quanto em sua sociedade receptora, ele obriga a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade.*

Já diante do “Outro”, que é parte essencial de sua existência, ele deve convencer com uma representação de unidade. A despeito de trazer consigo todas as memórias dos lugares por onde passou, de seus complexos relacionamentos familiares, de suas práticas e costumes passados, o migrante se vê forçado a traçar uma terceira linha de entendimento de sua realidade e se imbricar na sociedade igualmente complexa com a qual se depara a cada nova experiência migratória.

O “Outro”, por sua vez, que visto do lugar de destino do migrante passa a assumir a posição do “Eu”, por ter previamente decifrado os códigos da realidade que

o cerca, se percebe aparentemente empoderado de um conhecimento e experiência que o permite definir quem são os “estabelecidos” e os “outsiders” (ELIAS and SCOTSON, 2000). Por isso, o deslocado que chega, que é estranho ao grupo, que “fala uma língua engraçada” (DERRIDA, 2003), pode ser facilmente reconhecido e rotulado. Como nas palavras de SARTRE (1943 *apud* (BAUMAN, 1998, p. 48), o migrante porta um aspecto viscoso próprio de quem está “fora do lugar” que lhe é justo e cruza fronteiras sem ser convidado. Segundo o autor:

*Só no próprio momento em que acredito que o possuo, eis que, por uma inversão curiosa, ele me possui... Se um objeto que seguro nas mãos é sólido, posso soltá-lo quando quiser; sua inércia simboliza, para mim, o meu poder total... mas aqui está o viscoso invertendo os termos: [meu ego] é subitamente comprometido, abro as mãos, quero desfazer-me do viscoso e ele cola em mim, me puxa, me chupa... Já não sou o senhor. O visgo é como um líquido visto num pesadelo, em que todas as suas propriedades são animadas por uma espécie de vida, e volta-se contra mim... Se mergulho na água, se afundo nela, se me deixo submerso nela, não experimento nenhum mal-estar, pois não tenho qualquer medo de seja lá como eu possa nela dissolver-me; continuo um sólido em sua liquidez. Se me deixo submergir no viscoso, sinto que vou perder-me nele... tocar o viscoso é arriscar-se a ser dissolvido na viscosidade.*

Por não ser claro e límpido, o migrante traz muitas vezes o desconforto de uma substância viscosa com a qual não se estava habituado a se relacionar e por isso, é preciso arriscar-se em uma convivência desconhecida.

Nas Fronteiras Demográficas, que por si só configuram-se como o encontro de diferenças entre “Eu” com o “Outro”, ainda que com intensidades variáveis segundo fatores como a cultura, a qualidade do contato e a existência ou não de conflitos entre as partes envolvidas, as dimensões já complexas do migrante são multiplicadas pelas igualmente multifacetadas expressões dos espaços e tempos em que se estabelecem.

Portanto, em lugares transculturais como as grandes metrópoles modernas e as regiões de fronteira nacional - objeto central desse trabalho -, a depender do espectro relacional que varia entre rejeitar qualquer diferença, até a sua aceitação voluntária, será definido o caráter dessa convivência compulsória entre os que estão do “nosso lado” - que conhecemos, regemos sob nossas leis e diferenciamos internamente - e o “outro lado” - parcial ou completamente estranho, submetido a outras leis, ditadas por outro Estado nacional, de diferentes costumes e padrões culturais (CARDOSO,

2005, p. 16).

Nas Fronteiras Demográficas, os migrantes se misturam em meio às diferenças próprias das temporalidades desencontradas que caracterizam esse objeto. Desse modo, à medida que se movem e disseminam essa cultura da diferença, da oportunidade do encontro e do multiculturalismo, os migrantes desenham continuamente novas fronteiras que se cruzam, transformam e são transformadas por fronteiras já existentes. Nesse sentido, *o migrante é a fronteira*.

### 3.3 As fronteiras da mobilidade

A mobilidade espacial da população é um tema de sinuosa aproximação, visto que exige a consideração de um amplo espectro de fatores, nem sempre previsíveis ou generalizáveis.

Diante da complexidade do tratamento teórico e metodológico da mobilidade, merece evidência a solução encontrada por inúmeros teóricos dedicados às mais diversas matrizes disciplinares - tais como a geografia, sociologia, economia e marcadamente a demografia - em traduzir a noção de mobilidade espacial da população em uma de suas manifestações, qual seja, a “migração”.

A partir dessa divisão conceitual impõem-se algumas questões fundamentais entre os estudos sobre deslocamento populacional, entre as quais estão: Em que verdadeiramente consiste ou implica a escolha entre os termos “mobilidade” e “migração” na obtenção de conclusões satisfatórias sobre os deslocamentos populacionais? Até que ponto a conversão do termo “mobilidade” em “migração” configura-se uma solução suficiente? Quais limites teóricos e metodológicos que separam estes dois conceitos entre as inúmeras matrizes disciplinares? As soluções a estas questões não são únicas e lineares, mas sua simples busca permite tirar estes termos do aparente estado de “torpor” intelectual em que frequentemente se encontram.<sup>1</sup>

O que aparentemente se aproxima de um consenso na literatura especializada é que a transposição conceitual de “mobilidade” em “migração”, mesmo fundamentada em construções teóricas reconhecidamente refinadas, não acontece sem prejuízos teóricos e fragmentações disciplinares. Como declararam autores como (DAVIS, 1988), (MASSEY et al., 1994), (DOMENACH, 1996), (CARVALHO and RIGOTTI, 1999), (BETTREL and HOLLIFIELD, 2000) e (FAZITO, 2005) a migração, apesar de aparentemente consistente teórica e/ou metodologicamente, é frequentemente

---

<sup>1</sup>A partir desse (e outros) questionamento(s) (FAZITO, 2005) propôs uma “arqueologia conceitual dos deslocamentos humanos” e (DOMENACH, 1996) uma “*migratologia*”, que pudessem promover uma aproximação à sua resposta.

abordada a partir de perspectivas isoladas, que não se comprometem com a compreensão do processo em sua integridade e a partir de seu caráter dinâmico. Com relação a isso FAZITO (2005, p. 21) declara:

*A literatura especializada (seja ela de natureza demográfica, sociológica ou econômica) parece estabelecer fraco consenso sobre questões fundamentais daquilo que vem a constituir empiricamente um movimento migratório. Não raro, diante da obscuridade conceitual, fenômenos empiricamente conexos são apartados, disciplinas complementares permanecem em recíproco isolamento, e o saber acumulado sobre as migrações se afunda sob indefinições conceituais e metodológicas.*

Entre os estudiosos de demografia essa realidade não é diferente. Em função de seu caráter multidisciplinar, fundamental para a melhor compreensão das dinâmicas populacionais ao longo do tempo e do espaço, é grande a pluralidade de considerações teóricas e metodológicas nos estudos demográficos, que oscilam entre abordagens como funcionalistas <sup>2</sup> e estruturalistas <sup>3</sup>, otimistas e pessimistas (DEHAAS, 2010), locais e globais. <sup>4</sup>

Desse modo, tal como as fronteiras, as mobilidades dentro e fora do círculo de estudos demográficos, passam por um *modo de ver* que define a abordagem do tema conforme o aporte teórico e político dado ao assunto. Como afirmou WOOD (1982, p. 308) “*os dados não falam por si mesmos*”, o que permite afirmar que muitas vezes as discordâncias estão mais fundamentadas em percepções individuais ou coletivas do fenômeno que em conclusões extraídas unicamente das informações existentes. De acordo com PICOUET (1995, p. 29):

---

<sup>2</sup>Entre estas teorias podemos destacar o modelo de equilíbrio *push-and-pull* proposto por (RAVENSTEIN, 1885) e (LEE, 1966); teorias neoclássicas macroestruturalistas propostas por autores como (LEWIS, 1954) e (HARRIS and TODARO, 1970); teorias neoclássicas microestruturalistas propostas por autores como (SJAASTAD, 1962) e (TODARO, 1969): modelo da “nova economia” proposto por autores como (STARK and TAYLOR, 1986).

<sup>3</sup>Entre estas teorias podemos destacar o modelo de “mercado de trabalho dual” proposto por autores como (GERMANI, 1974) e (SINGER, 1976); modelos de “sistemas-mundo” desenvolvida pela primeira vez por (WALLERSTEIN, 1974).

<sup>4</sup>Para saber mais sobre cada uma das teorias de migração mais frequentes entre estudos sobre mobilidade espacial da população ver: (DAVIS, 1988), (BILSBORROW et al., 1997), (MASSEY et al., 1993), (SKELDON, 2012), (DEHAAS, 2010).

*A significação espacial da migração está hierarquizada por critérios que dependem tanto da evolução da sociedade como da percepção do espaço em que os indivíduos se deslocam. Nesse sentido, o que se entende por migração? As respostas serão diferentes segundo os indivíduos, mas mais ainda entre estes e os atores político-institucionais.*[tradução nossa]

Entre os modos de ver a migração mais usuais em demografia, destacam-se definições como as designadas pelo Dicionário Demográfico Multilíngue (IUSSP/CELADE, 1979, p. 92), que consiste em: “*migração envolve uma mudança no lugar de residência usual e implica movimento através de limites administrativos*”. Este conceito, que muitas vezes é prontamente aceito, condensa ao mesmo tempo inúmeras das soluções e problemas para os estudos sobre a mobilidade espacial da população.

Entre suas vantagens é possível destacar sua maior permissividade de sistematização e comparação entre as informações coletadas nos diversos países do mundo. Além disso, a partir dessa definição, de modo semelhante ao tratamento dado às outras componentes demográficas, geram-se dados que fundamentam grande parte dos estudos desenvolvidos sobre a mobilidade espacial da população, bem como cálculos demográficos essenciais como o balanço populacional e projeções populacionais passadas e futuras.

Contudo, como destacou DAVIS (1988, p. 245), nem sempre é conveniente que a migração receba o mesmo tratamento sistemático dado (com maior facilidade) às outras componentes demográficas. Isso porque, muitas vezes, ao contrário da mortalidade e fecundidade que possuem uma duração biológica e formas de declaração minimamente conhecidas, em estudos migratórios não é possível agregar ao seu conceito um padrão de normalidade ou naturalidade, ou mesmo admitir que este evento não possa se repetir inúmeras vezes e de variadas formas.<sup>5</sup>

Entre as desvantagens que permeiam o uso desse conceito está justamente sua relativa redução perceptiva que privilegia os estudos dos movimentos cujos indivíduos tenham se deslocado por limites previamente definidos e se estabeleçam de modo permanentemente no lugar de destino. Nesse caso, as fontes de informação podem constituir uma limitante clara que não representam de forma satisfatória os verdadeiros movimentos espaciais da população.

---

<sup>5</sup>Em grande medida por sua dificuldade de sistematização, não se avançou em estudos sobre migração na mesma proporção que em estudos sobre fecundidade e mortalidade. Por exemplo, com informações fornecidas pela “Pesquisa em Demografia e Saúde (DHS)”, logrou-se um avanço em quantidade e qualidade de informações sobre fecundidade, que não encontra par em esforços dedicados à estudos migratórios (BILSBORROW, 2011, p. 17)

Diante desse cenário, para além da discussão sobre os limites entre “migração” e “mobilidade”, já são muitos os teóricos empenhados na definição de novas tipologias de deslocamentos humanos. Entre eles é possível destacar (STANDING, 1984), que juntamente com autores como (ZELINSKY, 1971), (CHAPMAN and PROTHERO, 1983), (COURGEAU, 1988), (DOMENACH and PICOUE, 1990) e (PELLEGRINO, 1995), nos fornece preciosas pistas dos possíveis elementos envolvidos na definição dos processos de mobilidade e migração, entre os quais merecem evidência: o “tempo”, o “espaço” e a “residência”.

As críticas feitas sobre o uso indiscriminado e irrefletido sobre o “tempo” e “espaço”, amplamente debatidas no Capítulo 2, são igualmente válidas para o caso da mobilidade. No que se refere especificamente ao caso da definição de “residência”, autores como (COURGEAU, 1988) e (DOMENACH and PICOUE, 1990, p. 51), combatem da ideia de residência única (legal) e defendem que deve ser considerado nas pesquisas que as pessoas tenham referências de “lar” em diferentes espaços e paisagens.<sup>6</sup>

Desse modo, as críticas desenvolvidas por estes autores giram em torno principalmente das definições rígidas destes elementos e nem sempre são adequadas à realidade migratória de grande parte dos indivíduos. Desse modo, formas de deslocamento como a pendularidade e a circularidade, descritas por (ZELINSKY, 1971) e (CHAPMAN and PROTHERO, 1983), (que por si só representam esquemas de representação migratória nem sempre suficientes) são com frequência invisibilizadas ou percebidas de forma equivocada.

### 3.4 As fronteiras na mobilidade

A esse ponto, o leitor atento já deve estar se perguntando sobre as semelhanças entre as considerações feitas no capítulo anterior sobre as “fronteiras” e a pluralidade de manifestações da “mobilidade” - com foco na distribuição espacial da população - apresentadas no presente capítulo. De fato, existe uma complementaridade entre ambas categorias que implica uma relação conceitual e empírica não casual.

Os conceitos de fronteira e mobilidade podem ser pensados como reflexivos entre

---

<sup>6</sup>Os autores defendem que as residências podem ter usos variados tais como: profissional, férias, familiar; que, por sua vez podem definir permanências e retornos diferentes, tais como: estacional, repetitiva, cíclica, ocasional). Por isso (COURGEAU, 1988) lança a proposta de que o fato de uma pessoa viver em mais de um lugar não significa que ela tenha mudado de residência, mas sim de seu uso do “espaço de vida”. Este, segundo ele, refere-se a uma porção do espaço onde o indivíduo exerce suas atividades enquanto a “residência base”, a partir da proposta de reversibilidade dos fluxos de DOMENACH and PICOUE (1990, p. 55), trata-se a um lugar onde os deslocamentos tenham uma probabilidade maior de retorno.

si, no sentido de que pensar a fronteira implica necessariamente conceber o movimento latente de transposição a partir de pontos contrastantes que fundamentam o limite. Complementarmente, pensar a mobilidade implica o “cruzamento” entre unidades delimitadas no espaço e tempo.

Ao se moverem, as pessoas, as mercadorias, as informações (re)criam fronteiras de variáveis formas, a depender dos cenários em que se manifestam. Não seria possível, portanto, descrever uma categoria, sem considerar as complexidades e especificidades que envolvem a outra. Como escreveu IANNI (2000, p. 13) com relação às viagens, mas que, neste contexto, poderia igualmente ser expandido a qualquer outra forma de mobilidade:

*Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo em que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonância. Tanto singulariza quanto universaliza. [...] Nessa travessia, pode reafirmar-se a identidade e a intolerância, simultaneamente à pluralidade e à intolerância. No mesmo curso da travessia, ao mesmo tempo se recriam identidades, proliferam diversidades.*

Por serem interdependentes, como não há uma única forma de entender a fronteira, não há uma única forma de entender a mobilidade, e ambas não podem ser aplicadas inadvertidamente a toda e em qualquer circunstância. Nesse sentido, “ficar” ou “partir”, mover-se espacialmente com maior ou menor frequência e percorrer distâncias físicas, próximas ou distantes, irá depender do contexto histórico-social em que se está inserido.

É perfeitamente possível, portanto, que no mesmo espaço em que circulam livremente pessoas, bens e mercadorias convivam grupos populacionais que nunca saíram de seus lugares de origem e aqueles que estão proibidos institucionalmente de fazê-lo. Como declarou MASSEY (1999) *apud* (HAESBAERT, 2002, p. 166): “*Diferentes grupos sociais têm distintas relações com esta mobilidade igualmente diferenciada: alguns são mais implicados do que outros; alguns iniciam fluxos e movimentos, outros não; alguns estão mais na extremidade receptora do que outros; alguns estão efetivamente aprisionados por ela.*”

No caso especial das fronteiras entre Estados Nacionais - nosso objeto empírico de análise - a complementaridade entre esses dois conceitos fica ainda mais clara. Nas fronteiras geopolíticas, tanto em sua porção interna, quanto em seu limite internacional, a mobilidade assume formas variadas que, frequentemente, não comportam divisões dicotômicas como “emigrante” e “imigrante”, “origem” e “destino”,



“permanente” e “temporário”, “interno” e “internacional”, “próximo” e “distante”. Nela, as migrações circulares encontram a pendularidade por trabalho ou estudo, o turismo, as migrações permanentes para reunificação familiar, os deslocamentos forçados, as migrações de retorno, os movimentos clandestinos e outras tantas formas e motivações de mobilidade, que crescem em proporção e visibilidade no contexto internacional.

### **3.5 Fontes de informação sobre as mobilidades na Fronteira Demográfica: o Censo Demográfico brasileiro**

A crise econômica que assolou todos os países do mundo e o crescente controle de inúmeras fronteiras, não diminuiu o contingente de migrantes nos anos recentes. Segundo informações das Nações Unidas (2011), em 2010 cerca de um em cada sete habitantes do planeta são migrantes, sendo 740 milhões migrantes internos e 214 milhões internacionais.

Estas informações, entre tantas outras produzidas por diversos organismos responsáveis em todo o mundo, são de fundamental importância para o fornecimento de subsídios que ajudem a elaborar políticas públicas voltadas a diversos segmentos da população, tanto na(s) origem(ns) quanto no(s) destino(s) desse(s) movimentos. Por meio de dados como estes, fica claro que conhecer em detalhes o comportamento passado, presente e as tendências futuras da distribuição espacial da população, mais do que nunca significa compreender a própria dinâmica populacional, já que a proporção de seus efeitos não pode ser ignorada por nenhum grupo que se possa imaginar.

Para aprimorar tais conhecimentos, como destacou autores como (CUNHA, 2012), (BILSBORROW et al., 1997), (COURGEAU, 1988) e (CARVALHO and CAMPOS, 2006), a diversidade e complexidade dos movimentos migratórios devem estar acompanhadas de esforços teóricos e metodológicos de equivalente proporção. Para tanto, além da produção de fontes de informação mais fidedignas e adequadas às novas realidades, é preciso que se busque o refinamento da investigação sobre as alternativas já existentes, mas que muitas vezes ainda não foram exploradas com os devido detalhamento e/ou interesse.

Entre os países em desenvolvimento, o Brasil destaca-se como um dos detentores de fontes de informação com maior variedade de recursos para o acompanhamento da mobilidade espacial da população. Fontes de dados como as Pesquisas Nacio-

nais por Amostra de Domicílio (PNAD), RAISMIGRA e principalmente os Censos Demográficos - objeto de análise nesse trabalho - fornecem em escalas de tempo e espaço variadas - e em certa medida, complementares - informações de grande precisão e progressiva evolução sobre os complexos e cambiantes cenários da mobilidade espacial da população do Brasil.

Recentemente divulgado, o Censo Demográfico de 2010 corrobora com o destaque do Brasil com relação à quantidade e variedade de questões sobre a mobilidade espacial da população. Esta rodada da investigação, a fim de acompanhar novas e antigas tendências migratórias, incorpora em seu espectro de questões novos temas e estratégias de detecção de informações sobre a mobilidade populacional brasileira.

Alternativas de investigação como estas são especialmente bem-vindas em regiões fronteiriças, já que nessas as dificuldades de medição dos fluxos populacionais podem ser ainda maiores quando comparadas às demais regiões do país. Como destacou autores como (PICOUET, 1995) e (DOMENACH and PICOUET, 1990), em regiões de encontro de diferentes sistemas administrativos, fatores como a possível ausência de padronização dos critérios de seleção adotados pelas partes envolvidas, as diferenças culturais que podem permear algumas definições e as próprias especificidades da região que não raro definem padrões de mobilidade de difícil previsibilidade, muitas vezes tornam insuficientes e débeis as informações existentes sobre essas regiões. Com relação a isso, PICOUET (1995, p. 31-32) declara:

*As migrações entre países fronteiriços constituem um campo específico de investigação que necessita de um tratamento próprio, tanto desde o ponto de vista da observação como da análise. [...] Em termos metodológicos, a aproximação a essas diferentes situações, que poderia estar simultaneamente presentes, não pode ser única. Na verdade, mais que uma metodologia específica, trata-se de conceber uma estratégia de análise que oriente as eleições dos instrumentos metodológicos.[tradução nossa].*

Diante de tal cenário, essa sessão busca avaliar algumas das possibilidades e restrições de se detectar a mobilidade espacial da população em região de fronteira a partir de informações do Censo Demográfico 2010.

Consideramos que este processo é de fundamental importância para que se possa avançar nos estudos sobre a Fronteira Demográfica brasileira, tendo em vista que antes de partir para fontes alternativas de investigação, devemos conhecer e explorar os preciosos recursos que as bases de dados já existentes dispõem.

### 3.5.1 Breve panorama das possibilidades e restrições dos Censos Demográficos para o estudo das mobilidades populacionais

Como fruto de intensos debates e reflexões, seja pelo aumento no número de quesitos ou pela elaboração de novas estratégias de pesquisa baseadas em perguntas recorrentes, a cada nova edição o Censo Demográfico do Brasil busca um crescente aprimoramento no delineamento de sua investigação.

Para lograr explorar todo seu potencial é fundamental, portanto, que se conheça em detalhes o planejamento e execução da pesquisa. Por isso, antes de começar a se trabalhar com as informações coletadas pelo Censo Demográfico - ou de qualquer outra pesquisa, seja ela de caráter primário ou secundário - é preciso um estudo preliminar de elementos da investigação como o instrumento utilizado - que no caso do Censo brasileiro trata-se do questionário -, os códigos atribuídos a cada variável, o público a que se destina cada uma das questões, a forma como estas informações foram levantadas e o que eventualmente mudou entre as edições da pesquisa.<sup>7</sup>

Feito o estudo preliminar do escopo da investigação, o passo subsequente é estudar em detalhes cada uma das variáveis envolvidas, que no nosso caso, serão as diretamente relacionadas ao fenômeno da mobilidade espacial da população. Como mostra a Tabela 3.1, desde 1960 - quando começa a existir um espaço maior dedicado ao tema - inúmeras foram as questões incorporadas, retiradas e adaptadas, a fim de sincronizar as informações existentes com a dinâmica da mobilidade populacional de cada período.<sup>8</sup>

Isso fica claro, por exemplo, quando se inclui aos Censos Demográficos de 1970 e 1980 um número maior de questões destinadas à mobilidade intraestadual ou quando no Censo 2000 recupera-se a questão sobre movimentos pendulares por motivo de trabalho ou estudo. Em ambos os períodos, a incorporação destas questões foi fundamentais para explicar a dinâmica migratória do país.

É, contudo, principalmente a partir do Censo Demográfico de 1991 que o Brasil passa a ter uma das bases de dados mais completas e com maior número de possibilidades de estudo sobre a mobilidade interna e internacional. A partir da referida pesquisa foi possível pela primeira vez conciliar as inéditas informações de

---

<sup>7</sup>Esses conhecimentos são de fundamental importância, pois como destacou (CUNHA, 2011), por óbvio que possa parecer, muitos dos erros encontrados em pesquisas baseadas nos Censos ou PNADs acontecem por desinteresse e/ou desconhecimento com relação a seus delineamentos.

<sup>8</sup>Além disso, é necessário considerar que se trata de pesquisas de alto custo, o que implica, em um limite operacional no número de questões que podem ser incluídas.

Tabela 3.1: Quesitos censitários relativos à mobilidade espacial da população - Brasil, 1960/2010

TIPO DE INFORMAÇÃO	1960	1970	1980	1991	2000	2010
REFERÊNCIAS ESPACIAIS						
UF de nascimento	x	x	x	x	x	x
Nacionalidade	x	x	x	x	x	x
Condição de naturalidade	x	x	x	x	x	x
UF de residência anterior (última etapa)	x	x	x	x	x	x
Município de residência anterior (última etapa)			x	x		x
Situação do domicílio de residência anterior	x	x	x	x	x (1)	
Mobilidade intra-municipal entre situação			x	x		
UF de residência cinco anos antes (Data Fixa)				x	x	x
Município de residência cinco anos antes (Data Fixa)				x	x	x
Município de trabalho ou estudo		x	x		x	x (2)
Morador do domicílio no exterior						x (3)
REFERÊNCIAS TEMPORAIS						
Tempo de residência no município	x	x	x	x	x	x
Tempo de residência no Estado		x	x	x	x	x
Tempo de residência no País				x	x	x
Ano da última partida do moradores no exterior						x (3)

Fonte: (CUNHA, 2012)

(1) Nesse caso refere-se à data fixa. (2) O Censo 2010 separa trabalho de estudo. (3) Essa informação encontra-se no boletim do universo.

“data fixa” (DF) <sup>9</sup>, com os quesitos “última etapa migratória” (UE) <sup>10</sup>, “lugar de nascimento” (LN) <sup>11</sup> e “tempo ininterrupto de residência” (T). <sup>12 13</sup>

Estas variáveis, presentes também no Censo 2010, tomando como referência os quesitos “DF”, “UE”, “T” e “município de residência na data da entrevista” - entre outras alternativas - , é possível estabelecer cinco tipologias de mobilidade, que irão variar conforme o tempo e espaço tomados como referência. Conforme a Figura 3.1, estas tipologias são:

<sup>9</sup>Este quesito pergunta sobre o nome do município, sua respectiva Unidade da Federação ou país estrangeiro em onde a pessoa vivia há exatamente 5 anos atrás (no caso do Censo Demográfico 2010, em 31 de julho de 2005). No Censo Demográfico 2010 só responde este quesito quem migrou ao menos uma vez, possui mais de 5 anos de idade e quem mora há 5 anos ou menos no município onde foi realizada a entrevista.

<sup>10</sup>Este quesito pergunta sobre a Unidade da Federação e município ou país estrangeiro de moradia antes de mudar-se para o município de residência que o entrevistado reside na data de referência do Censo. No Censo Demográfico 2010 só responde este quesito quem migrou ao menos uma vez e vive há menos de 10 anos no município.

<sup>11</sup>Pergunta sobre a Unidade da Federação ou país de nascimento do entrevistado.

<sup>12</sup>Pergunta sobre o tempo ininterrupto de residência no município, Unidade da Federação ou no país (no caso Brasil). Só responde a esta pergunta quem migrou ao menos uma vez.

<sup>13</sup>A possibilidade de cruzamento dessas variáveis adiciona inúmeras vantagens na detecção da mobilidade espacial da população. Detalhes sobre as características de cada variável e sobre os benefícios de seus cruzamentos podem ser vistos em (ONU, 1970), (RIGOTTI, 1999) e (CARVALHO, 1999).

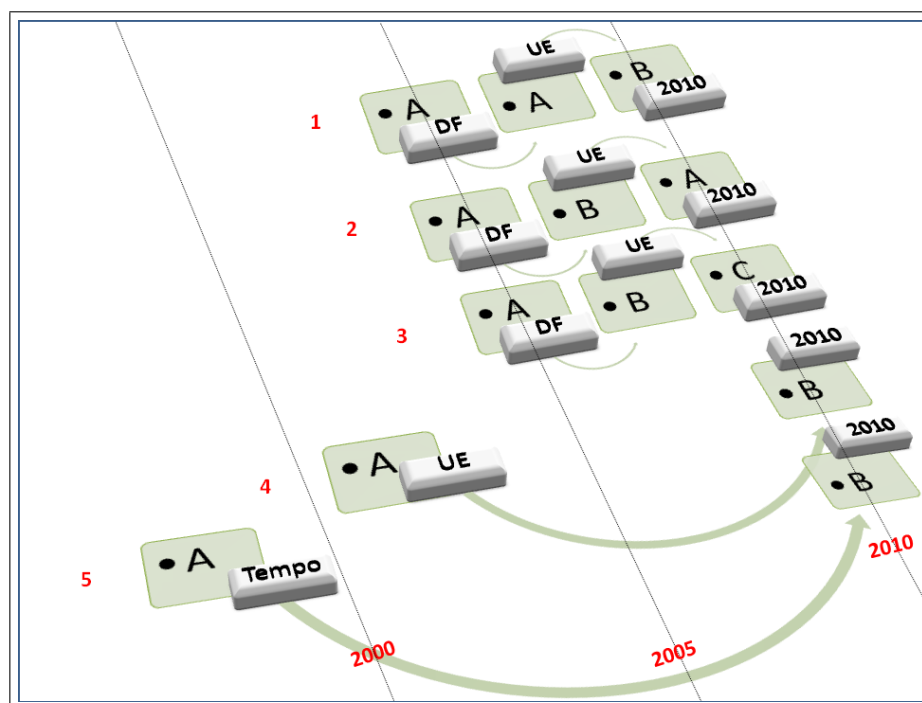


Figura 3.1: Tipologias de mobilidade pelos “quesitos data fixa”, “última etapa”, “tempo ininterrupto de residência”

Fonte: Elaboração própria.

1 - quem em 2005 estava em uma unidade espacial “A”, declarou o último lugar em que residiu foi “A” e em 2010 estava em “B”;

2 - quem em 2005 estava em uma unidade espacial “A”, declarou o último lugar em que residiu foi “B” e em 2010 estava outra vez em “A”;<sup>14</sup>

3 - quem declarou duas unidades espaciais diferentes em cada um dos quesitos perguntados e em 2010 estava em um terceiro lugar;<sup>15</sup>

4 - quem declarou que entre 2000 e 2005 estava em uma unidade espacial “A”, mas entre 2005 e 2010 mudou-se para “B”;

5 - quem declarou que vive ininterruptamente há 10 anos ou mais de no município onde foi realizada a entrevista, mas residia em “A” antes disso.

Ademais, também como instrumentos adicionais para a compreensão fronteiriça, o Censo Demográfico de 2010, pela primeira vez, entre todas as edições dessa pesquisa, coletou informações sobre emigração internacional de brasileiros<sup>16</sup>, bem como sobre movimentos pendulares entre municípios, Unidades da Federação e países de-

<sup>14</sup>Esta tipologia é possível de ser detectada no Censo 2010, pois ao contrário do Censo 2000 este não exclui as pessoas que residiam em 2005 no mesmo município onde foi realizada a entrevista.

<sup>15</sup>Vale ressaltar que é possível que a pessoa tenha feito mais movimentos em diferentes escalas de tempo e espaço, que não puderam ser detectadas pela pesquisa.

<sup>16</sup>Por meio da pergunta “Alguma pessoa que morava com você(s) estava morando em outro país em 1 de julho de 2010” feita em todos os domicílios do país, será possível pela primeira vez conhecer diretamente o número de brasileiros vivendo no exterior, assim como o tempo que emigraram.

sagregados por motivos de estudo e trabalho.

Todas estas questões, na medida que, entre outras coisas, permitem uma aproximação entre as escalas temporais e espaciais, revelam-se extremamente relevantes para a compreensão da mobilidade populacional na fronteira, sejam elas internacionais, intra-urbanas, metropolitanas e muitas outras que se defina.

Entre as restrições presentes em qualquer censo demográfico é possível apontar seu caráter transversal, que tal qual uma fotografia revela um perfil estático da população e impossibilita o acompanhamento longitudinal, para além de seus intervalos estabelecidos. Também relacionado a isso, outra limitação importante é a sua periodicidade e delimitação espacial, que especialmente na análise de fenômenos de intensa dinâmica temporal e espacial como a mobilidade espacial da população, tornam-se rapidamente desatualizados e muitas vezes insuficientemente desagregados espacialmente.

No que se refere especificamente à mobilidade populacional, uma restrição importante é que o censo demográfico capta somente os “sobreviventes” ao processo migratório. Ou seja, são captados somente os migrantes que não faleceram no período intercensitário e que permanecem no lugar e data do recenseamento, de modo que se torna difícil analisar os impactos da migração sobre a vida e morte do migrante e movimentos que escapem às datas e lugares estabelecidos.

Vale recordar que muitas das questões censitárias estão presentes somente no questionário aplicado à amostra, de modo que por mais bem delineada que esteja, as pesquisas amostrais sempre apresentam limitações e por isso, principalmente no que se refere a eventos raros, como migração internacional e movimentos pendulares, é razoável supor que os dados estão super ou subestimados. Além disso, deve-se considerar que trata-se de uma pesquisa de caráter declaratório e como tal dificilmente consegue captar a mobilidade “ilegal” ou “clandestina”, muito frequentes em regiões de fronteira geopolítica.

Especialmente no que se refere ao Censo Demográfico de 2010, entre as restrições que surgem em relação a suas edições anteriores é possível apontar a impossibilidade de se distinguir a “situação de domicílio de residência anterior” - presentes nas edições de 1960 a 2000 - e “mudanças intra-municipais de situação de domicílio” - presentes nos Censos 1980 e 1991. Com a retirada desse quesito, perde-se muito na compreensão dos movimentos entre o meio rural e urbano, especialmente importantes em regiões de fronteiras como a agrícola ou mesmo geopolítica.

### 3.6 Considerações finais

Nesse capítulo tentamos clarificar primeiramente a ideia de que a mobilidade em seus mais variados usos trata-se de um conceito não generalizável e que, por isso, deve ser problematizado dentro de contextos específicos de análise.

Com relação à mobilidade espacial da população, nosso foco central nessa dissertação, a diversidade de abordagens frente à complexidade do tema é ampla e assume com frequência a forma de “migração”. O uso desse termo, em geral, reflete um esforço de sistematizar (ou mesmo viabilizar) o tratamento dado aos deslocamentos populacionais, o que se por um lado configura-se como uma solução desejável, por outro gera limitações que tendem a se reproduzir, muitas vezes irrefletidamente.

Também relacionada a esta ideia, torna-se cada vez mais importante a reflexão a respeito do “migrante” e sobre o lugar social que tem assumido nas diversas formas que se apresenta. Como maneira de traduzir esta posição, propomos que aquele que se desloca assume o papel do “Outro” que frequentemente porta elementos estranhos ao meio em que se insere, e por isso, pode causar o desconforto que explicariam (sem justificar) alguns episódios de rejeição (explícita ou velada) observados com muita frequência em várias partes do mundo.

Na Fronteira Demográfica, e em especial na fronteira entre Estados Nacionais, este migrante assume uma posição ainda mais complexa, visto que sua condição de “estrangeiro” se mistura as complexidades próprias do lugar. Observados por esta perspectiva, os estudos sobre a mobilidade espacial da população assumem formas muito específicas que dificilmente se permitem explicar por construtos teóricos generalistas.

Constatamos também que não é casual a correspondência entre os termos “fronteira” discutido no capítulo anterior e “mobilidade”, apresentado ao longo do presente capítulo. Os dois termos estão intimamente conectados, de modo que é impossível mencionar a mobilidade sem considerar a transposição de fronteiras, da mesma forma que as fronteiras só possuem sentido vista a partir dos movimentos que por elas atravessam. Desse modo, tal qual um espelho as mobilidades refletem e são refletidas nas pluralidades dos significados das fronteiras.

Contudo, ao que parece, especialmente entre os estudos populacionais, estes termos são plurais, porém inversamente plurais. Enquanto a mobilidade possui um senso comum muito fundamentado na ideia de migração, que gradativamente se expande para novas possibilidades de análise, a fronteira, de certo, modo faz o movimento inverso, pois possui um conceito muito fluído que carece de uma forma para não se confundir. Talvez um ponto intermediário entre os dois conceitos seja a solução. E nada melhor que refletir sobre essa busca em um espaço como a Amazônia,

onde a própria noção de Amazônia é plural.

Por fim constatamos que mesmo restrito (ou talvez justamente por isso) é preciso considerar que definições parciais do que seja o deslocamento populacional aportam importantes contribuições para a compreensão do tema. Nessa medida, fontes como o Censo Demográfico brasileiro são fundamentais na compreensão de uma realidade social mais ampla, que pode ser avaliada ao longo do tempo e espaço.

No que se refere especificamente ao Censo Demográfico brasileiro, avaliamos de modo geral como a pesquisa evoluiu ao longo dos anos de modo a se aproximar da realidade da mobilidade espacial da população brasileira. Apesar de algumas limitações, constatamos que são inúmeras as possibilidades apresentadas pela pesquisa, que se bem utilizadas, permitem sólidas informações, inclusive para regiões de fronteira, nosso objeto empírico nesse trabalho.



# Capítulo 4

## AMAZÔNIA E SUAS PLURALIDADES

*O senhor tolere, isto é o sertão. [...] Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador. [...] Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá - fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. [...] O sertão está em toda a parte. (ROSA, 2006, p. 7-8)*

### 4.1 Introdução: A Amazônia e suas pluralidades

A Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região de notáveis pluralidades, sejam elas sociais, culturais, biológicas, econômicas ou políticas. Além disso, estas diversidades muitas vezes são ampliadas pela própria indefinição do espaço e população que a compõe, que ao variarem conforme o olhar projetado sobre a região, transmitem com frequência uma imagem fragmentada sobre suas reais características (ARAGON, 2011, p. 73).

Desse modo, é comum que se encontre referências como Pan-Amazônia, Grande Amazônia, Amazônia nacional (do Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia), Amazônia Sul-Americana, Amazônia Legal, entre outras tantas delimitações espaciais que lhe atribuem formas e composições diversas.

Entre suas imagens, uma que está consagrada na literatura é a de que a Amazônia refere-se a maior floresta tropical úmida do planeta, banhada por uma extensa bacia hidrográfica, com um clima quente e úmido, que abriga uma imensa e desconhecida diversidade biológica, solução futura para a escassez de recursos naturais de todo o

planeta. *Um grande sertão!* (ROSA, 2006, p. 100).

Nessa perspectiva, a Amazônia como o sertão, é longínqua, incompreensível, incivilizada, pobre, perigosa e precisa ser governada por agentes externos, que em detrimento das necessidades e interesses da população que aí vive - não raro vista até mesmo como uma ameaça ao espaço amazônico - são responsáveis por determinar o futuro da região.

Essa população, como indicado no Capítulo 2, está composta por uma imensa diversidade de culturas, origens, hábitos e saberes, que mais ou menos harmonizadas com a paisagem amazônica, se manifestam de diferentes modos e em distintos espaços. Assim, dividem a Amazônia: quebradeiras de coco babaçu, garimpeiros, seringueiros, indígenas, camponeses, latifundiários, castanheiras, comerciantes, narcotraficantes, quilombolas, entre outros tantos grupos que sempre estiveram ali ou chegaram em diferentes momentos da história.

Como veremos mais adiante, há a Amazônia de migrantes vindos de todas as partes do país - entre eles, paranaenses, maranhenses, mineiros, paulistas e gaúchos - e começa a haver a Amazônia de um crescente número de imigrantes internacionais, - como peruanos, bolivianos e colombianos (e mais recentemente haitianos) - que se deslocam segundo diferentes escalas de tempo e espaço.

Na Fronteira Norte essa diversidade torna-se muitas vezes ainda mais evidente. Sua posição que mistura as escalas nacionais e transnacionais evidencia que não há limites geopolíticos capazes separar ecossistemas florestais ou fluviais. Ademais, estes limites muitas vezes assumem uma posição dúbia de proteção contra fluxos indesejáveis - como migrantes ilegais, tráfico de drogas ou contrabando de mercadorias - e de integração transnacional, em um espaço central para o fortalecimento do papel da América do Sul no contexto global (BECKER, 2009, p. 54).

Como indicado no Capítulo 2, a Fronteira Norte também é muito diversa dentro de si. Como destacou BECKER (2009, p. 59 - 65), nessa região é possível encontrar diferentes paisagens - que variam desde as barreiras serranas da fronteira com a Venezuela e Guiana às densas florestas da fronteira com Peru e Bolívia - conflitos - como os garimpeiros brasileiros nos garimpos guianenses ou as disputas por delimitação de terras indígenas no interior da faixa de fronteira - e acessibilidade - como a cidade de Macapá que está isolada do resto do país por vias terrestres e Boa Vista, acessível pela BR-174.

Diante desse cenário, fica evidente que a Fronteira Demográfica apresentada no Capítulo 2, encontra na Amazônia um espaço propício para se manifestar, visto que converge em si inúmeras temporalidades históricas, em frequente condição de conflito social. Além disso, é possível supor que na Fronteira Norte essa situação

fica ainda mais evidente, dado que nessa região os antagonismos próprios do espaço amazônico encontram os conflitos de fronteiras geopolíticas, em contato com países igualmente complexos.

Baseado nesse panorama e com foco central na mobilidade espacial da população, apresentaremos nas seções seguintes algumas informações sobre suas mobilidades internas e internacionais na Fronteira Norte, extraídas dos Censos Demográficos 2000 e 2010. Para isso, utilizaremos como referência as reflexões teóricas e metodológicas desenvolvidas no Capítulo 2 e 3, bem como a ideia de que a Amazônia por ser plural, deve ser considerada em sua diversidade.

## 4.2 Breve panorama histórico da ocupação populacional na Amazônia

A Amazônia brasileira - e a Fronteira Norte de modo particular - desde o início de sua colonização passou por diferentes tipos de mobilidade populacional que, em suas igualmente distintas temporalidades históricas, se manifestam ainda hoje na região. Já a partir do Tratado de Tordesilhas, que dividia o mundo entre Portugal e Espanha, inicia-se uma preocupação de caráter político - econômico com a ocupação populacional de uma região cujo domínio se via ameaçado pela cobiça internacional.

Em virtude da vulnerabilidade de soberania a que estava exposta a Amazônia, Portugal se viu obrigado a dividir suas energias entre as práticas mercantilistas de retorno imediato - como a exploração da cana-de-açúcar no litoral brasileiro e a extração de metais preciosos - e o domínio (inclusive populacional) dessa região, vista como uma reserva potencial de recursos futuros. Desde então, a Amazônia começou a ser relacionada por muitos ao imaginário de um futuro promissor, que deve superar uma população local atrelada às práticas e costumes do passado e o desconhecimento dos segredos e potenciais que permeiam o seu presente.

O primeiro grande incremento populacional na Amazônia deu-se com a expansão da demanda por látex a partir do período denominado Segunda Revolução Industrial (18900 - 1910).<sup>1</sup> A escassez de mão de obra para a extração e transformação do produto atraiu em direção à Amazônia brasileira milhares de imigrantes, entre eles, a maioria de nordestinos fugitivos da seca que assolou estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, em 1877.

---

<sup>1</sup>Este produto, matéria-prima básica para a indústria automobilística que se estabelecia no período, embora pudesse ser encontrado em outros países, era mais procurado na Amazônia em função de sua melhor qualidade de origem (a seringueira *Hevea brasiliensis*). Segundo ALLEGRETTI (2002, p. 48), no fim do século XIX, a Amazônia controlava 65% do mercado do produto.

Segundo GONCALVES (2001, p. 36), muitos dos imigrantes que se dirigiram à Amazônia durante o ciclo da borracha tinham como perspectiva um rápido enriquecimento e o posterior retorno a suas regiões de origem. Este planejamento, de certo modo, avigorou um povoamento instável na região, o que será observado também nos anos subsequentes.

A partir do segundo quartel do século XX, dando sequência ao histórico espírito de dominação e exploração que define a ocupação na região, inicia-se na Amazônia um amplo programa estatal de apoderamento espacial e econômico, pautado, entre outras coisas, no preenchimento de seu suposto vazio demográfico.

Sua primeira fase (1930 - 1966), que se inicia com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas, está caracterizada por diversas ações de planejamento - tais como a inserção de um programa de desenvolvimento para a Amazônia na constituição de 1946 e a delimitação oficial da região - que já indicavam uma preocupação do Estado em promover incentivos econômicos e de ocupação demográfica na região. É, contudo, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), regido por propostas políticas como “Cinquenta Anos em Cinco” e “Energia e Transporte”, que são postas em prática ações efetivas que influenciam e direcionam a ocupação humana na Amazônia, entre elas, a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre (BECKER, 2009, p. 25).

Mais tarde, já sob o regime ditatorial militar (1964 - 1985), as ações estatais crescem em número e efetividade e cumprem com o objetivo final de promover e orientar o processo de ocupação da Amazônia. Sob o mote da manutenção da soberania nacional contra eventuais focos revolucionários ou perigos externos, e como solução para a expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste brasileiro (provocada pela mecanização da produção agrícola), a Amazônia foi alvo de intensos, violentos e acelerados processos de ocupação (MARTINS, 1997; GONCALVES, 2001; BECKER, 2009).

Nesse período, e principalmente até 1980, chegam à Amazônia milhares de pessoas originárias de todo o país, com os mais diversos objetivos e expectativas. Dentre esses migrantes é possível destacar o grande número de nordestinos, fugitivos da forte seca que assolou a região, entre 1969 e 1970, e sulistas atraídos pela grande oferta de terras cultiváveis, mesmo que muitas vezes o domínio (ou seja, o direito de uso) dessas terras não estivesse vinculado à sua posse.

Os lemas da ditadura para a Amazônia, construídos a partir do Plano de Integração Nacional, eram: “integrar para não entregar” e “uma terra sem homens para homens sem terra”. Sob esses apelos ufanistas, os militares justificavam suas ostensivas políticas de controle econômico e social, que claramente beneficiavam as

oligarquias fundiárias em detrimento da população local e dos imigrantes descapitalizados que iam tentar a sorte na região. Por razões como essa, MARTINS (1997, p. 86) esclarece que a modalidade de ocupação proposta no período era claramente contraditória, visto que estava baseada na agropecuária, atividade econômica que demandava pouca mão de obra. Como fruto desse sistema, inúmeros camponeses locais ou imigrantes (principalmente os que não tinham acesso à terra), vindos de diversas regiões do país, se viam obrigados a reemigrar para as cidades, onde muitos viveriam em condição de vulnerabilidade social.

Os reflexos dessas ações podem ser vistos ainda hoje na Amazônia. Caracterizada como uma região de intensa concentração fundiária, a Amazônia já não pode ser vista como uma fronteira móvel (BECKER, 2009) ou “válvula de escape” (DINIZ, 2003) sob os moldes da proposta de Frederick Jackson Turner. Isso fica claro, por exemplo, quando observamos a crescente taxa de crescimento populacional (Figura 2.3) e de densidade demográfica, que não permitem classificar a Amazônia como uma fronteira ou vazio demográfico (Figura 3).

No que se refere à Fronteira Norte, em função do seu relativo isolamento e vulnerabilidade, recebeu incentivos diferenciados por parte do Estado em diversos períodos da história. É possível constatar que, desde o Brasil Colônia, Portugal já se preocupava em marcar sua presença institucional por meio de fortificações, que funcionavam também como foco de ocupação populacional. <sup>2</sup>Já mais recentemente, uma preocupação com relação ao seu processo de ocupação, que tem atraído cada vez mais olhares para a região, são os intensos fluxos internacionais, que assumem proporções pela primeira vez percebidas fora de sua escala local.

A partir desse breve referencial histórico, apresentaremos na sequência algumas informações com relação ao panorama recente da mobilidade interna e internacional na Fronteira Norte, reveladas pelos Censos Demográficos 2000 e 2010. Vale lembrar, entretanto, que, como constatamos no Capítulo 1, trata-se de uma região extremamente heterogênea em termos populacionais, geográficos e econômicos, o que impossibilita a construção de generalizações desconectadas do contexto espaço-temporal em que cada padrão de mobilidade está inserido.

#### **4.2.1 A mobilidade interna na Fronteira Norte**

Como discutido na seção precedente, em décadas anteriores foi intenso o fluxo migratório inter-regional em direção à Amazônia. Esse fato pode ser comprovado

---

<sup>2</sup>Mais recentemente, programas como SIPAM/SIVAM e Calha Norte (1985) cumprem o papel de representar a vigilância do Estado, além de buscar uma melhor condição de vida e acesso à população que vive na região.

por meio da Figura 13 que deixa claro que na Fronteira Norte chegaram inúmeros imigrantes nascidos em estados como Paraná, Maranhão, Ceará, Minas Gerais e São Paulo e que, caracterizaram, portanto, os reflexos de uma intensa mobilidade inter-regional.

Além disso, a Figura 4.1 mostra que grande parte desses imigrantes declarou no Censo Demográfico 2010 ter chegado ao município de residência na Fronteira Norte há mais de 10 anos, que totaliza o maior grupo de imigrantes por tempo de residência na região ( indicado na Tabela 4.1 pela tipologia 5).

Tabela 4.1: Proporção de imigrantes segundo tipologia migratória, por Unidade da Federação, Fronteira Norte, 2010

	1	2	3	4	5
RO	16,69%	5,15%	8,39%	11,55%	58,21%
AC	16,30%	6,30%	6,70%	10,77%	59,93%
AM	21,32%	8,02%	8,58%	13,39%	48,70%
RR	15,50%	5,22%	7,48%	13,51%	58,28%
PA	14,49%	6,72%	7,64%	13,52%	57,63%
AP	20,96%	6,92%	11,63%	15,83%	44,66%
MT	16,74%	5,29%	8,86%	12,60%	56,52%
N	16,79%	5,63%	8,18%	12,25%	57,16%

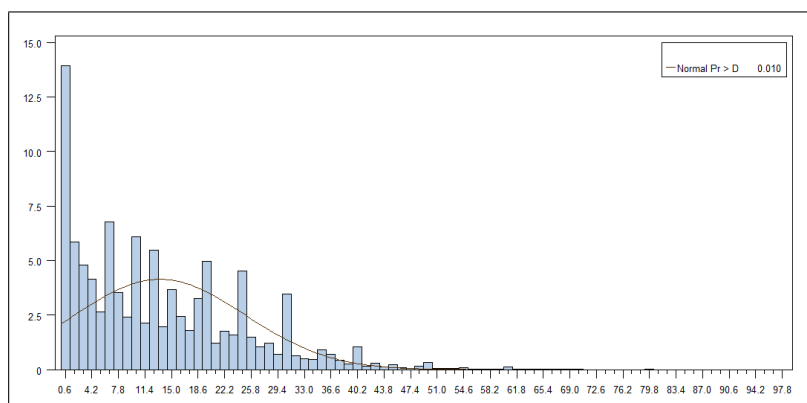


Figura 4.1: Percentual de imigrantes segundo tempo de residência no município da Fronteira Norte, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Contudo, como já indicado em pesquisas anteriores, o Censo Demográfico 2010 confirmou que este perfil migratório tende a seguir se modificando tanto na escala temporal quanto espacial. De acordo com a Tabela 4.1, é grande a proporção de imigrantes que se deslocaram dentro do intervalo de cinco anos (tipologias 1, 2 e 3), com destaque para estados como Pará e Amazonas onde respectivamente 11,63% e 8,58% dos imigrantes declararam ter residido em três municípios distintos entre 2005 e 2010. Além disso, a Figura 13 mostra que ao contrário de longas distâncias

de que partiam no passado, hoje um grande número de migrantes que se deslocam na Fronteira Norte declarou que vivia em julho de 2005 em algum outro município da própria região norte, com destaque para as Unidades da Federação de Rondônia, Mato Grosso, Acre e Roraima.

Autores como MARTINS (1997) e BECKER et al. (1990) observam que esta intensa mobilidade pode estar relacionada ao trabalho móvel, já que muitas vezes para fugir da pobreza extrema é necessário que as famílias encontrem atividades alternativas dispostas em diferentes localidades. Nesse contexto, a mobilidade converte-se em uma estratégia dos agentes sociais para moldar o mercado de trabalho que frequentemente atua sobre regras imperfeitas e reprodutoras de desigualdade. Com relação a isso MARTINS (1997) esclarece:

*Nesse contexto os trabalhadores dispõem de poucas exigências quanto ao tipo de trabalho, suas condições e suas remunerações. A mão-de-obra não circula segundo regras de mercado perfeitas, pois a oferta de trabalho não está condicionada, senão parcialmente, pelas condições de sobrevivência do trabalhador. [...] Nessa situação, as empresas modernas, sobretudo na agropecuária, podem tirar vantagem dessa temporária superoferta de mão-de-obra desqualificada que não se disporia a fazer o mesmo trabalho em caráter permanente.*

Sobre estas condições a mobilidade não pode ser considerada um processo espontâneo e claramente assume formas que exigem a reflexão sobre os conceitos de “residência”, “tempo” e “espaço” apresentados no Capítulo 3. BECKER et al. (1990, p. 93) declara que entre atividades permanentes e temporárias, rurais e urbanas as pessoas chegam a efetuar deslocamentos que alcançam em média 100 km de seu local de referência.

Nesse cenário, o Estado assume um papel central, visto que, seja estimulando ou omitindo-se diante dessas condições de trabalho móvel, é responsável pela produção de altos custos sociais, que tendem a se reproduzir longo de inúmeras gerações. Além disso, a promoção de mudanças no espaço como a construção de rodovias são responsáveis diretas por novos perfis de mobilidade na Amazônia, visto que esmaece elementos antes definitivos como a opção por transitar por várzea ou terra firme (BECKER, 2009, p. 73).

Sob outra perspectiva, autores como DINIZ (2003) atribuem ao que ele chama de “hiper-mobilidade” às fases hierárquicas de evolução da fronteira agrícola definidas por momentos de alta e baixa retenção populacional. Segundo ele, estas migrações repetidas, muito comuns na Amazônia, podem gerar graves consequências como uma

generalizada falta de vínculo com o destino que produzem mudanças indiscriminadas na paisagem.

Pelas Figuras 4.2 e 4.3 nota-se que o total de imigrantes e emigrantes diminuiu na Fronteira Norte, com destaque para a o estado de Roraima, onde foi significativa a queda tanto no número de imigrantes quanto no de emigrantes. Estes resultados poderiam conduzir a uma equivocada conclusão de que a Fronteira Norte está perdendo dinamismo ou que tende a estagnar.

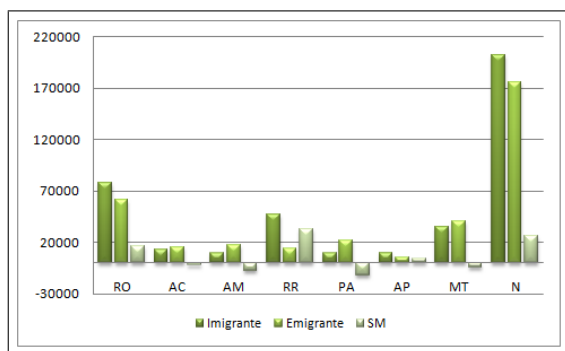


Figura 4.2: Imigrantes, emigrantes e saldo migratório na Fronteira Norte, por Unidade da Federação, 1995/2000

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2000 . Microdados da amostra.

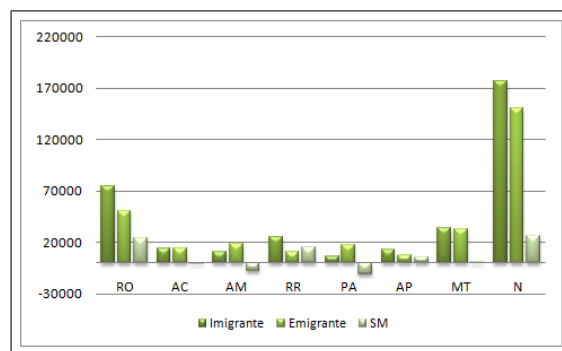


Figura 4.3: Imigrantes, emigrantes e saldo migratório na Fronteira Norte, por Unidade da Federação, 2005/2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Contudo, esta conclusão é contestada quando analisamos a proporção de imigrantes e emigrantes segundo o critério de “data fixa” na Fronteira Norte. Pelas Tabelas 4.2 e 4.3 podemos perceber que com exceção de Roraima, Pará e Amapá para o caso da imigração e Pará e Amapá para o caso da emigração, em todas as outras fronteiras em 2000, a proporção de imigrantes foi maior dentro da própria fronteira, o que indica uma tendência de movimentos intra-regional (que não pode ser reconhecido pelo saldo migratório entre Unidades da Federação). Em 2000, 29,59 % dos imigrantes da Fronteira Norte declarou que em 1995 estavam em outro município de fronteira, 26,79% declarou que estava na mesma Unidade da Federação, mas fora da fronteira, 7,28 % declarou que estava em outro município de fronteira, mas não na mesma Unidade da Federação, 12,51 % declarou que estava em uma Unidade da Federação diferente, mas não na fronteira, 2,64 % declarou que estava em uma Unidade da Federação do Centro-Oeste diferente de Mato Grosso, 9,22% declarou estar na região Nordeste 3,81% declarou estar na região Sudeste e 8,46% declarou estar na região Sudeste.

Em 2010 esta tendência não só se mantém, como se amplia. Com exceção do estado do Amazonas para os imigrantes e Amazonas e Pará para os emigrantes, em todas as outras fronteiras a proporção de pessoas que se deslocou dentro da fronteira de sua respectiva Unidade da Federação fixa aumentou entre os anos 2000 e 2010



Tabela 4.2: Proporção de imigrante da Fronteira Norte por unidade geográfica de residência em 1995 e 2000, 2000

Origem x destino	RO	AC	AM	RR	PA	AP	MT	N
<b>Fronteira UF (1)</b>	30,33%	65,31%	35,41%	19,59%	9,66%	4,73%	37,51%	29,29%
<b>Intra-UF (sem fronteira) (2)</b>	23,83%	65,31%	33,49%	19,59%	39,24%	30,27%	26,42%	26,79%
<b>Entre fronteiras (3)</b>	7,34%	16,54%	17,06%	3,85%	7,02%	18,70%	4,77%	7,28%
<b>Outra UF da região N (sem fronteira) (4)</b>	9,32%	6,03%	2,74%	38,69%	29,20%	26,77%	2,19%	12,51%
<b>Outra UF da região CO (5)</b>	3,26%	1,59%	1,12%	1,70%	0,43%	0,77%	5,68%	2,64%
<b>Região NE</b>	6,77%	2,47%	2,90%	30,01%	9,64%	16,93%	4,10%	9,22%
<b>Região S</b>	5,61%	2,18%	2,11%	2,11%	0,48%	0,37%	6,92%	3,81%
<b>Região SE</b>	13,54%	5,88%	5,17%	4,06%	4,32%	1,46%	12,41%	8,46%

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2000. Microdados da amostra.

(1) Imigrante originário de município da Fronteira Norte de mesma UF. (2) Imigrante originário de município da UF, mas fora da Fronteira Norte. (3) Imigrante originário de município da Fronteira Norte, mas fora da UF. (4) Imigrante originário de uma UF da região norte, mas não da Fronteira Norte. (5) Imigrante originário de uma UF da região centro-oeste, mas não da Fronteira Norte.

Tabela 4.3: Proporção de emigrante da Fronteira Norte por unidade geográfica de residência em 1995 e 2000, 2000

Origem x destino	Fronteira UF (1)	Intra-UF (sem fronteira) (2)	Entre fronteiras (3)	Outra UF da região N (sem fronteira) (4)	Outra UF da região CO (5)	Região NE	Região S	Região SE
RO	36,88%	18,58%	6,57%	14,55%	4,59%	5,36%	6,28%	7,19%
AC	62,82%	62,82%	16,03%	8,34%	3,72%	3,10%	1,97%	4,03%
AM	23,40%	43,66%	24,19%	2,78%	0,84%	1,67%	1,62%	1,84%
RR	45,77%	45,77%	3,19%	17,55%	5,10%	17,16%	2,63%	8,60%
PA	4,81%	30,89%	10,66%	45,79%	1,07%	4,38%	0,17%	2,23%
AP	7,99%	60,84%	9,37%	13,46%	1,67%	5,20%	0,45%	1,01%
MT	36,68%	35,71%	5,48%	3,27%	4,95%	1,16%	3,61%	9,12%
N	32,71%	31,22%	8,13%	11,43%	3,47%	4,20%	3,26%	5,57%

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2000. Microdados da amostra.

(1) Emigrante destinado a um município da Fronteira Norte de mesma UF. (2) Emigrante destinado a um município da UF, mas fora da Fronteira Norte. (3) Emigrante destinado a um município da Fronteira Norte, mas fora da UF. (4) Emigrante destinado a uma UF da região norte, mas não da Fronteira Norte. (5) Emigrante destinado a uma UF da região centro-oeste, mas não da Fronteira Norte.

segundo o critério de data. Em 2010, 38,49 % dos imigrantes da Fronteira Norte declarou que em 2005 estavam em outro município de fronteira, 19,51 % declarou que estava na mesma Unidade da Federação, mas fora da fronteira, 7,66 % declarou que estava em outro município de fronteira, mas não na mesma Unidade da Federação, 13,14 % declarou que estava em uma Unidade da Federação diferente, mas não na fronteira, 2,92 % declarou que estava em uma Unidade da Federação do Centro-Oeste diferente de Mato Grosso, 8,29 % declarou estar na região Nordeste, 3,87 % declarou estar na região Nordeste e 6,12 % declarou estar na região Sudeste.

Um pouco menos evidente, já que por ser um evento raro nem sempre está bem representado pela amostra, podemos destacar os “movimentos pendulares entre municípios por motivo de trabalho ou estudo” como outro indicador dessas tendências de mobilidade intra-regional de alta frequência. A Figura 14 mostra que em estados como Amapá, Roraima, Rondônia e Mato Grosso apresentam alguns municípios onde foi possível captar este movimento, mesmo que em número insuficiente para que se consiga chegar a conclusões definitivas sobre a forma e intensidade com que se manifesta.

Tabela 4.4: Proporção de imigrante da Fronteira Norte por unidade geográfica de residência em 2005 e 2010, 2010

Origem x destino	RO	AC	AM	RR	PA	AP	MT	N
Fronteira UF (1)	34,00%	66,78%	33,28%	38,18%	10,68%	7,01%	39,41%	38,49%
Intra-UF (sem fronteira) (2)	23,00%	66,78%	30,47%	38,18%	45,51%	40,78%	29,93%	19,51%
Entre fronteiras (3)	7,14%	14,04%	18,20%	2,36%	5,16%	12,51%	3,97%	7,66%
Outra UF da região N (sem fronteira) (4)	12,70%	7,01%	3,37%	30,75%	26,86%	24,81%	3,61%	13,14%
Outra UF da região CO (5)	3,38%	1,89%	2,14%	2,68%	1,26%	0,82%	3,89%	2,92%
Região NE	6,39%	3,52%	3,55%	19,01%	5,88%	12,63%	8,35%	8,29%
Região S	5,63%	1,87%	1,45%	2,63%	0,77%	0,23%	4,74%	3,87%
Região SE	7,76%	4,89%	7,55%	4,39%	3,89%	1,21%	6,11%	6,12%

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

(1) Imigrante originário de município da Fronteira Norte de mesma UF. (2) Imigrante originário de município da UF, mas fora da Fronteira Norte. (3) Imigrante originário de município da Fronteira Norte, mas fora da UF. (4) Imigrante originário de uma UF da região norte, mas não da Fronteira Norte. (5) Imigrante originário de uma UF da região centro-oeste, mas não da Fronteira Norte.

Tabela 4.5: Proporção de emigrante da Fronteira Norte por unidade geográfica de residência em 2005 e 2010, 2010

Origem x destino	Fronteira UF (1)	Intra-UF (sem fronteira) (2)	Entre fronteiras (3)	Outra UF da região N (sem fronteira) (4)	Outra UF da região CO (5)	Região NE	Região S	Região SE
RO	43,42%	20,19%	6,98%	12,17%	3,49%	3,49%	5,29%	4,99%
AC	65,90%	65,90%	14,16%	8,79%	3,49%	2,03%	1,75%	3,88%
AM	22,26%	49,62%	18,18%	2,57%	2,11%	1,81%	1,09%	2,36%
RR	59,47%	59,47%	2,05%	16,89%	3,20%	11,33%	2,25%	4,82%
PA	4,29%	33,63%	12,01%	45,76%	0,53%	2,15%	0,26%	1,37%
AP	11,80%	50,35%	2,54%	22,41%	0,37%	9,83%	0,40%	2,30%
MT	39,92%	33,24%	5,45%	3,70%	5,55%	1,90%	3,84%	6,40%
N	36,29%	33,27%	7,33%	10,38%	2,97%	3,14%	2,76%	3,87%

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

(1) Emigrante destinado a um município da Fronteira Norte de mesma UF. (2) Emigrante destinado a um município da UF, mas fora da Fronteira Norte. (3) Emigrante destinado a um município da Fronteira Norte, mas fora da UF. (4) Emigrante destinado a uma UF da região norte, mas não da Fronteira Norte. (5) Emigrante destinado a uma UF da região centro-oeste, mas não da Fronteira Norte.

## 4.2.2 A mobilidade internacional na Fronteira Norte

Se os estudos sobre as mobilidades internacionais para a Amazônia são esparsos (ARAGON, 2011, p. 73), na Fronteira Norte esse número é ainda mais reduzido e, em geral, estão concentrados em trabalhos empíricos que não permitem extrapolações para uma realidade social mais ampla. Por isso, os Censos Demográficos brasileiros configuram-se como importantes ferramentas na indicação das formas e proporções que esta modalidade migratória tem assumido nessa região, que como propôs BAENINGER and SOUCHAUD (2007), não pode ser desconectada das outras formas de mobilidade aí manifestas.

De acordo com o Censo Demográfico 2010, nesse ano a Fronteira Norte registrou 13.412 estrangeiros residentes na região, contra 11.505 no ano 2000. A Tabela 4.6 revela que nesse total merece destaque na porção fronteira do estado do Amazonas onde foi registrada uma proporção de 13,85% de estrangeiros, concentrada principalmente na cidade-gêmea de Tabatinga. Essa cidade soma em 2010 um total de 3.438 estrangeiros, o que representa o maior contingente desse grupo entre as cidades da fronteira.

Tabela 4.6: População segundo nacionalidade, por Unidade da Federação da Fronteira Norte, 2000 e 2010

	2000		2010	
	Brasileiro	Estrangeiro	Brasileiro	Estrangeiro
RO	99,43%	0,57%	99,39%	0,61%
AC	98,65%	1,35%	98,82%	1,18%
AM	85,95%	14,05%	86,15%	13,85%
RR	98,93%	1,07%	99,34%	0,66%
PA	99,44%	0,56%	99,52%	0,48%
AP	99,52%	0,48%	99,50%	0,50%
MT	99,68%	0,32%	99,44%	0,56%
<b>N</b>	99,11%	0,89%	99,01%	0,99%
<b>Brasil</b>	98,09%	1,91%	98,44%	1,56%

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010. Microdados da Amostra.

Além de Tabatinga é possível destacar cidades como Guarajá-Mirim (RO) com 2.273 estrangeiros, Costa Marque (RO) com 1.579 e Benjamin Constant (AM) com 1.367 (Figura 15). Contudo, como mencionamos no Capítulo 3, deve-se considerar que estes valores estão afetados pela dificuldade de medição da migração ilegal que é reconhecidamente muito frequente na região.

De acordo com a Figura 4.4 estes imigrantes estrangeiros começam a chegar à Fronteira Norte principalmente a partir de 1980 e crescem gradativamente ao longo dos anos, atingindo o seu maior número no ano de 2010. Entre esses imigrantes internacionais, a maioria é originária dos próprios países fronteiriços, entre os quais é possível destacar Bolívia, Peru, Colômbia, Guiana e Venezuela.

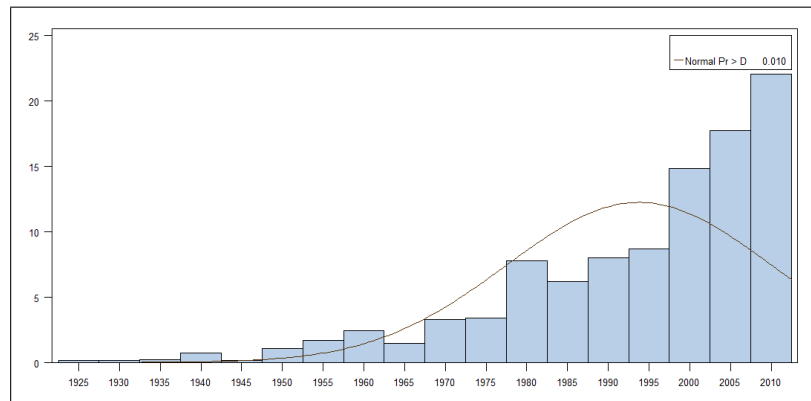


Figura 4.4: Percentual de estrangeiros segundo tempo de residência na Fronteira Norte, 2010

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Esta tendência compõe um cenário mais amplo, já que por todo o mundo fatores como a crise financeira internacional, as crescentes barreiras institucionais e a emergência de novos países industriais substituem gradualmente os tradicionais fluxos de países subdesenvolvidos orientados a países desenvolvidos (NORTE-SUL), por deslocamentos intra-regionais (SUL-SUL). Segundo PELLEGRINO (2001), esta

tendência começou a se intensificar na América Latina a partir da década de 30 e ganha cada vez mais visibilidade no contexto migratório do continente.

A Figura 4.5 revela que entre os anos 2000 e 2010 cresceu o número de pessoas que declararam estar em um país estrangeiro cinco anos antes e que nos respectivos anos da pesquisa foram registrados em algum município de fronteira. Entre os países de origem com maior grupo de pessoas e maior crescimento de contingente populacional no período é possível destacar a Bolívia, o Peru, a Guiana, os Estados Unidos e o continente europeu como um todo.

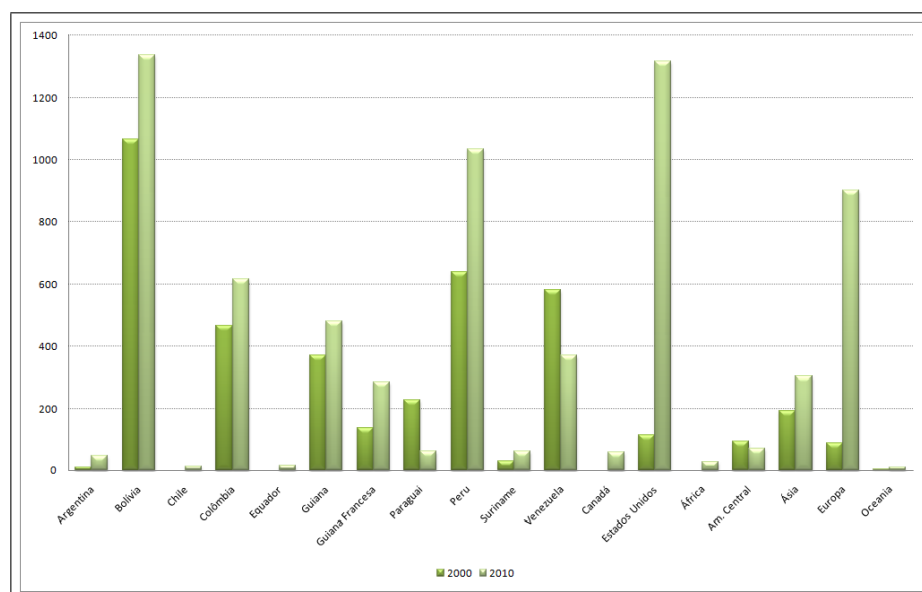


Figura 4.5: Imigrantes segundo país de origem que há cinco anos declararam viver na Fronteira Norte, 1995/2000 e 2005/2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010. Microdados da amostra.

Este grande número de pessoas que declararam viver em áreas desenvolvidas como Estados Unidos e Europa em 2005 e em 2010 viviam na Fronteira Norte revela outra tendência importante no cenário global que é a intensa migração de retorno aos países de origem. Muito estimulada pela crise financeira que assola diretamente as economias desses países e por suas políticas migratórias cada vez mais restritivas, inúmeros imigrantes originários de países subdesenvolvidos têm retornado a seus países de origem, ou buscado destinos em ascensão econômica como Brasil ou África do Sul. Isso fica claro quando se observa a Figura 4.6, que revela que uma grande proporção dos que estavam em 2005 na Europa, Estados Unidos ou Ásia <sup>3</sup> está composta por brasileiros retornados.

Por fim, outra informação interessante, que mais que conclusões definitivas, permite uma análise parcial e preliminar, são as indicações dos movimentos pendulares

<sup>3</sup>A maior parte desse grupo vivia antes no Japão. O retorno desse país é um reflexo da intensa imigração de japoneses na Amazônia, principalmente nos períodos pós-guerra.

por motivos de trabalho ou estudo presentes em alguns municípios da Fronteira Norte, tais como Oiapoque (AP), Brasília (AC) e Assis Brasil (AC) (Figuras 16). A presença desses movimentos em alguns municípios da Fronteira Norte demonstra a conexão entre algumas cidades brasileiras e estrangeiras.

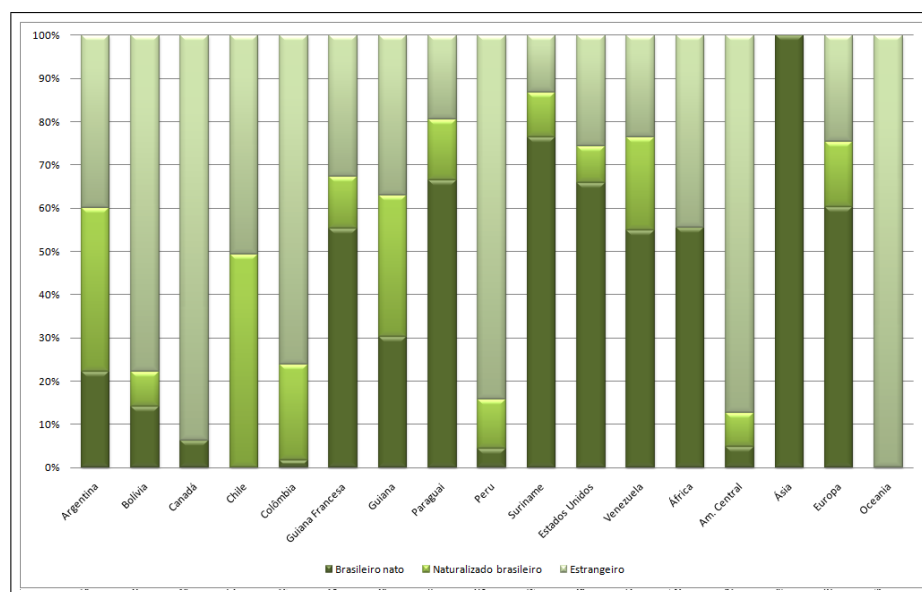


Figura 4.6: Imigrantes segundo nacionalidade que declararam viver na Fronteira Norte cinco anos antes, 1995/2000 e 2005/2010

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010. Microdados da amostra.

### 4.3 Considerações finais

Ao longo desse capítulo tentamos indicar a diversidade de elementos que compõem concreta e abstratamente a Amazônia e contribuem com a pluralidade de fronteiras e mobilidades manifestas na região.

Indicamos também que na Fronteira Norte este fato fica ainda mais evidente, dado que em seu espaço encontram-se situações e cenários que além das complexidades próprias do contexto amazônico, inclui elementos como as escalas nacionais e transnacionais envolvidas.

No que se refere à mobilidade interna, os dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 mostraram que além das mobilidades de longas distâncias e duração que caracterizaram a região em décadas anteriores, encontra-se na Fronteira Norte novas modalidades de mobilidade, que parece reduzir suas escalas de deslocamento no tempo e no espaço.

Já no âmbito internacional (que não deve ser desconectado de outras tipologias de mobilidade) chama a atenção ao crescentes fluxos transfronteiriços destinados à

Fronteira Norte, além da migração de retorno de brasileiros que residiam em países como Estados Unidos, Portugal e Japão.

# Capítulo 5

## CONCLUSÕES

*“...tempo e espaço se fundem no espaço limite concebido ao mesmo tempo como tempo limite. É no fim que está propriamente o começo.”*  
(MARTINS, 1997, p. 203)

Talvez a melhor maneira de concluir este trabalho, seja descrevendo alguns dos caminhos pouco lineares que me conduziram a forma final que ele adquiriu nesse momento e os desafios teóricos e metodológicos com que me deparei para sua conclusão.

Decidido que discorreria sobre o tema da mobilidade em áreas de fronteira, que me chamava pessoalmente atenção por sua dinâmica particular e pela aparente invisibilidade que o tema assumia, - principalmente entre os demógrafos - me deparei com meu primeiro grande desafio: mas afinal, o que determina a conformação de uma fronteira e o que a diferencia este de outros espaços? Ao conversar com diferentes pesquisadores interessados em áreas como “fronteira demográfica”, “fronteira agrícola”, “fronteira geopolítica”, “fronteiras de conflito social” entre outras tantas formas assumidas pela fronteira percebi que não poderia tratar desse assunto sem tencionar o conceito fundamental do tema a que me estava referindo, que por básico que pudesse parecer, havia sido desenvolvido por poucos estudiosos na área de demografia.

Desse modo, decidi que fundamentaria a problematização sobre o tema em duas de suas componentes que me pareceram as únicas suficientes para explicar as diversas formas que os conceitos de fronteira eram trabalhados entre os diferentes estudos, qual seja o “tempo” e o “espaço”. A partir desses elementos, busquei reunir os argumentos teóricos para a definição da fronteira que utilizaria no trabalho, que conscientemente parcial e limitada, foi denominada de Fronteira Demográfica.

Feita a definição do que seria a fronteira nesse trabalho, parti para a descrição de uma de suas componentes centrais, que são as “mobilidades” e uma de suas formas mais específicas, a mobilidade espacial da população. Assim, a partir da hipótese de que a componente central para a compreensão da Fronteira Demográfica é a mobilidade e as também múltiplas formas que este conceito assume nos variados contextos de análise. Com relação a este tema, dessa vez um pouco mais consolidado na demografia, percebi que seria fundamental expor sua diversidade, mesmo sabendo que estaria condicionado à base de dados que decidi usar: os Censos Demográficos 2000 e 2010.

A partir dessa discussão, ficou mais fácil compreender a complexidade da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal brasileira, - meu objeto empírico de análise nesse trabalho - , que convergia em si tempos históricos variados, que davam forma a inúmeras fronteiras e mobilidades.

Por meio dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, a fim de me aproximar de um retrato nítido do espaço tempo da Faixa de Fronteira Brasileira, desenvolvi a caracterização geográfica, econômica, social e demográfica da população fixa que móvel residente nessa divisão administrativa como um todo, tendo como ponto de sustentação que denominei de “Fronteira Norte” - municípios dispostos na Faixa de Fronteira correspondente à divisão administrativa da Amazônia Legal - e “Fronteira Sul” - municípios dispostos na Faixa de Fronteira dos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Com isso, pretendi demonstrar o caráter heterogêneo da fronteira e a importância de se analisar essa região a partir de um olhar individualizante e crítico. Além disso, constatei a diversidade de mobilidades que se manifestam na região que vai desde migrações definitivas de longo prazo a deslocamentos em curtos intervalos de tempo e pequenas distâncias.

Ciente das limitações desse trabalho, entendo que ele foi incapaz de compreender a dinâmica de mobilidade da região de forma definitiva, ou mesmo suficiente, visto que condicionado por escolhas como a fonte de dados utilizada ou mesmo o modo de ver as fronteiras e as mobilidades ele não poderia expor um retrato perfeito dos objetos em questão. Assim como a imagem que projetou GUICHONNET and RAFFESTIN (1974) a impressão que tenho nesse ponto é que como um expectador, que quando acaba o filme é que começam as reflexões e reais questionamentos, acredito que talvez a maior contribuição desse trabalho seja e de apontar para uma agenda de pesquisa, social e política ainda pouco compreendida e debatida, tanto no âmbito teórico quanto no epistemológico, empírico e metodológico.

No que se refere às populações que vivem e transitam pela Faixa de Fronteira brasileira, espero que este trabalho possa contribuir para fortalecer e visibilizar suas



vantagens comparativas e conflitos cotidianos, sempre amparados na ideia de que as fronteiras, bem como as mobilidades são plurais e que somente essa compreensão poderá nos aproximar do real entendimento dos elementos que formam a Faixa de Fronteira brasileira e a amazônica, de modo particular.

# Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO, S. (1996). *Confissões*. Nova cultural. Coleção Os Pensadores.
- ALLEGRETTI, M. (2002). A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Master's thesis, Universidade de Brasília, Brasília.
- ANDERSON, B. (1996). *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, (7 ed.). Verso. New York.
- ANDRADE, M. (2006). Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS M. *et. al.* (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*, pages 213–232. HUCITEC.
- ARAGON, L. (2011). Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. *Contexto internacional*, 33(1):71–102.
- AUBERTIN, C. & LENA, P. (1988). Apresentação. In: AUBERTIN C. (org.). *Fronteiras*, pages 90–129. Editora Universidade de Brasília. Brasília.
- AVILA, A. (2006). *E da fronteira veio um pioneiro: a frontier thesis de Frederick Jackson Turner (1861-1932)*. PhD thesis, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BACHELARD, G. (2000). *La poética del espacio*. Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires.
- BAENINGER, R. & SOUCHAUD, S. (2007). *Vínculo entre migração internacional e a migração interna: o caso dos bolivianos no Brasil*. Technical report, CEPAL, CELADE & BID.
- BARTHES, R. (1975). *Aula*. Cultrix. São Paulo.
- BAUMAN, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Jorge Zahar Editor. Tradução Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama.

- BECKER, B. (2009). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Garamond. Rio de Janeiro.
- BECKER, B., MIRANDA, M., & MACHADO, L. (1990). *Fronteira amazônica: questões sobre gestão do território*. UnB e UFRJ. Brasília e Rio de Janeiro.
- BETTREL, C. & HOLLIFIELD, J. (2000). Introduction. In: BETTREL C. e HOLLIFIELD J *Migration theory: talking across disciplines*, pages 1–26. Routledge. New York & London.
- BHABHA, H. (1998). *O local da cultura*. UFMG. Belo Horizonte.
- BILSBORROW, R. (2011). Temas metodológicos claves en el estudio de la migración en países en desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas. In: CUNHA J. (org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*, pages 17–31. Núcleo de estudos de população - Nepo/Unicamp. Campinas.
- BILSBORROW, R., OBERAI, A., HUGO, G., & ZLOTINIK, H. (1997). BILSBORROW R. et. al. design of survey to investigate the determinants and consequences of international migration. In: *International migration statistics: guidelines for improving data collection systems*, pages 237–320. International Labour Office. Geneve.
- BORGES, J. (1968). *El aleph*. Emecé.
- BOURDIEU, P. (1998). Um analista do inconsciente. In: SAYAD A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, pages 9–23. Edusp.
- CANCLINI, N. (2005). *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. UFRJ. Rio de Janeiro.
- CARDOSO (2000). Os (des)caminhos da identidade. *Revista brasileira de ciências sociais*, 15(42):7–21.
- CARDOSO (2005). Introdução. In: CARDOSO R. e BAINES S. (orgs) . *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*, pages 9–20. UnB.
- CARVALHO, J. (1999). Tipologia dos imigrantes e emigrantes interestaduais segundo o censo demográfico de 1991 tomando-se como referência o estado de minas gerais. In: *Anais do II encontro nacional sobre migração*, pages 35–57. ABEP.

- CARVALHO, J. & CAMPOS, M. (2006). O saldo migratório do Brasil na década de 1990. *Revista de estudos avançados*, 20(57):7–18. IEA/UPS.
- CARVALHO, J. & RIGOTTI, I. (1999). Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista brasileira de estudos de população*, 2(15):7–18.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*, (2 ed.). Paz e Terra. São Paulo.
- CHAPMAN, M. & PROTHERO, R. (1983). Themes on circulation in the third world. *International migration review*, XVII(4):597–632.
- COURGEAU, D. (1988). *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes*. INED. Paris.
- CUNHA, J. (2011). Apresentação. In: CUNHA J. (org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*, pages 7–15. Núcleo de estudos de população - Nepo/Unicamp. Campinas.
- CUNHA, J. (2012). Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. *Revista internacional da mobilidade humana*, 14(39):29–50. Brasília.
- DAVIS, K. (1988). Social science approaches to international migration. *Population and development review*, 14(Supplement):245–261.
- DEHAAS (2010). Migration and development: a theoretical perspective. *International migration review*, 44(1):227–264.
- DERRIDA, J. (2003). *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar sobre a hospitalidade*. Escuta. São Paulo.
- DINIZ, A. (2003). A dimensão qualitativa da migração e da expansão da fronteira agrícola em roraima. In: *Anais do III encontro nacional sobre migração*, pages 1–16. ABEP.
- DOMENACH, H. (1996). De la migratologie. *Revue européenne des migrations internationales*, XII:101–118. Paris.
- DOMENACH, H. & PICOUET, M. (1990). El caracter de reversibilidad en el estudio de la migración. *Centro latinoamericano de demografía*, XVIII(49):48–69. Santiago de Chile.

- DYSON, T. (2010). *Population and Development: the demographic transition*. Zed Books. London.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Zahar. Rio de Janeiro.
- FARRET, R. (1997). Especificidades das áreas urbanas de fronteira. In: CASTELLO I. *et al.* (orgs.). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*, pages 96–103. Editora da Universidade(UFRS)/ Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre.
- FAZITO, D. (2005). *Reflexões sobre os sistemas de migração internacional proposta*. PhD thesis, Centro de Desenvolvimento e planejamento regional da UFMG, Belo Horizonte.
- FOUCAULT, M. (1998). *Microfísica do poder*, (13 ed.). Graal.
- GALTON, F. (1892). *Hereditary genius*. London/New York: Macmillan & Co.
- GENNEP, A. (2008). *Los ritos de paso*. Alianza editorial. Madri.
- GERMANI (1974). *Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina*. Mestre Jou. São Paulo.
- GIDDENS, A. (1991). *As consequências da modernidade*. Unesp. Tradução Raul Fiker.
- GOMES, S. (2010). Eu, tu, eles...nós outros: fronteiras, diálogos e novas identidades. *Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros*, (12):38–50. Três Lagoas.
- GONCALVES, C. (2001). *Amazônia, amazônias*. Contexto. São Paulo.
- GRIMSON, A. (2000a). El puente que separó dos orillas: notas para una crítica del esencialismo de la hermandad. In: GRIMSON A. (org.). *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*, pages 201–231. Ciccus/La Crujia. Buenos Aires.
- GRIMSON, A. (2000b). Introducción. fronteras políticas versus fronteras culturales? In: GRIMSON A. (org.). *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*, pages 9–40. Ciccus/La Crujia. Buenos Aires.
- GRIMSON, A. (2000c). Pensar fronteras desde las fronteras. *Nueva Sociedad*, (170).

- GRIMSON, A. (2001). Fronteras, estados e identificaciones en el cone sur. In: *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización 2*, pages 89–102. CLACSO. Buenos Aires.
- GRIMSON, A. (2005). Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en uruguayana (brasil)-libres(argentina). In: CARDOSO R. e BAINES S.(orgs.) . *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*, pages 9–20. UnB.
- GUICHONNET, P. & RAFFESTIN, C. (1974). *Géographie des frontières*. Presse Universitaire de France.
- HAESBAERT, R. (2002). Concepção de território para entender a desterritorialização. In: *Território, territórios*, (2 ed.), pages 23–40. DP&A.
- HAESBAERT, R. (2007). Des-ordenamento territorial e migração brasileira nos vizinhos do mercosul. In: HEIDEMANN A. e SILVA S. (orgs.) *Migração: nação e dinâmicas territoriais*, pages 115–122. Associação Editorial Humanitas. São Paulo.
- HARRIS, J. & TODARO, P. (1970). Migration, unemployment, and development: A two-sector analysis. *American Economic Review*, 60:126–142.
- HARVEY, D. (1992). *Condição pós-moderna*. Loyola. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.
- HATOUM, M. (1979). *Amazonas: palavras e imagens de um rio entre ruínas*. São Paulo.
- HISSA, C. (2002). *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. UFMG. Belo Horizonte.
- HOBSBAWN, E. (1990). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- HUGO, V. (1990). *Choses vues*. Calmann Lévy. Paris.
- IANNI, O. (2000). A metáfora das viagens. In: *Enigmas da modernidade mundo*. Civilização brasileira.
- IBGE (2000). *Censo Demográfico 2000*. Microdados da amostra.
- IBGE (2010). *Censo Demográfico 2010*. Microdados da amostra.
- IUSSP/CELADE (1979). *Multilingual demographic dictionary*.

- LEE, E. (1966). A theory of migration. *Demography*, 3(1).
- LENA, P. (1988). A diversidade da fronteira agrícola na amazônia brasileira. In: AUBERTIN C. (org.). *Fronteiras*, pages 90–129. Editora Unibersidade de Brasília. Brasília.
- LEVY, J. (1998). Espace et temps: une faisse symétrie. *Espaces Temps*, 2(68-70).
- LEWIS, A. (1954). Economic development with unlimited supplies of labor. *The Manchester School of Economic and Social Studies*, 22:139–191.
- MACHADO, L. (1998). Limites, fronteiras e redes. In: STROHAECKER T. *et al.* (org.). *Fronteiras e espaço global*, pages 41–49. Yale University Press. Porto Alegre.
- MACHADO, L. (2000). Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, (8):7–23.
- MACHADO, L. (n.d.). *Sistemas, fronteiras e territórios*. URL <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LIAconceitos.pdf>.
- MARTIN, A. (1992). *Fronteiras e nações*. Contexto. São Paulo.
- MARTINS, J. (1997). *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humana*, (6 ed.). HUCITEC. São Paulo.
- MASSEY, D., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCI, A., PELLEGRINO, A., & TAYLOR, J. (1993). Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and development review*, 19(3):431–466.
- MASSEY, D., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCI, A., PELLEGRINO, A., & TAYLOR, J. (1994). An Evaluation of International Migration Theory: The North American Case. *Population and development review*, 20(4):699–751.
- MELO, J. (1997). Reflexões conceituais sobre fronteira. In: CASTELLO I. *et al.*(orgs.). *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*, pages 68–74. Editora da Universidade(UFRS)/ Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre.
- MI (2010). *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: grupo de trabalho interfederativo de ação*. Technical report, Ministério da Integração Nacional.

- ONU (1970). *Manual VI: methods of measuring internal migration*. United Nations. New York.
- PAVESE, C. (2014). *La luna e i falò*. Einaudi collana Super ET).
- PELLEGRINO, A. (1995). Presentación del taller. In: PELLEGRINO A. (org.). *Migración e integración: nuevas formas de movilidad de la población*, pages 11–23. Trilce. Montevideo.
- PELLEGRINO, A. (2001). *Migrantes latinoamericanos y caribeños: síntesis histórica y tendencias recientes*. CEPAL/ CELADE e Programa de Población de la Facultad de Ciencias Sociales Universidad de la República. Montevideo.
- PEREIRA, A. (1990). *Garimpo e fronteira amazônica: as transformações dos anos 80*. Master's thesis, Centro de Desenvolvimento e planejamento regional da UFMG, Belo Horizonte.
- PICOUET, M. (1995). Las migraciones entre países fronterizos: reflexiones “cur-sivas” sobre el enfoque metodológico. In: PELLEGRINO A (org.). *Migración e integración: nuevas formas de movilidad de la población*, pages 29–34. Trilce. Montevideo.
- PONTY, M. (2011). *Fenomenologia da percepção*, (4 ed.). Martins Fontes - WMF. São Paulo.
- PORTES, A., GUARNIZO, E., & LANDOLT, P. (2003). El estudio del transnacionalismo: peligros latentes y promesas de un campo de investigación emergente. In: PORTES et al (org.). *La globalización desde abajo: Transnacionalismo inmigrante y desarrollo. La experiencia de Estados Unidos y América Latina*, pages 15–43. FLACSO. México.
- QUEIROZ, B. & SAWYER, D. (2012). O que os dados de mortalidade do censo de 2010 podem nos dizer. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 29(2):225–238.
- RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Ática. São Paulo.
- RAFFESTIN, C. (2005). A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA T. (org.). *Territórios sem limite: estudos sobre fronteiras*, pages 9–15. UFMS. Campo Grande.
- RAVENSTEIN, E. G. (1885). The Laws of Migration. *Journal of the Statistical Society of Londons*, 48(2).



- RIGOTTI, I. (1999). *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários; aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. PhD thesis, Centro de Desenvolvimento e planejamento regional da UFMG, Belo Horizonte.
- ROSA, G. (1988). *Primeiras estórias*. Nova Fronteira S.A. Rio de Janeiro.
- ROSA, G. (2006). *Grande sertão: veredas*. Nova Fronteira S.A. Rio de Janeiro.
- SANTOS, B. (1994). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo social; Rev. Soc.. USP*, 5(1-2):31–52. São Paulo.
- SANTOS, M. (2012). *A natureza do espaço*. Edusp. São Paulo.
- SASSEN, S. (1999). Território e territorialidade na economia global. In: BARROSO J. (org.). *Globalização e identidade nacional*, pages 99– 120. Atlas SA. São Paulo.
- SAWYER, D., TORRES, H., PEREIRA, A., & ABERS, R. (1990). *Fronteiras na amazônia: significado e perspectiva*. Technical Report Relatório final da primeira fase da pesquisa: A dinâmica demográfica da região amazônica numa perspectiva nacional, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR.
- SAYAD, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da auteridade*. Edusp. Tradução Cristina Murachco.
- SIMMEL, G. (2005). O estrangeiro. *Revista brasileira de sociologia das emoções*, 4(12).
- SINGER, P. (1976). Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA H. (orgs.). *Migração interna, textos selecionados.*, pages 211–244. BNB/ENTENE. Fortaleza.
- SJAASTAD, L. (1962). The costs and returns of human migration. *Journal of Political Economy*, 70S:80–93.
- SKELDON, R. (2012). Migration transitions revisited: their continued relevance for the development of migration theory. *Population, space and place*, 18:154–166.
- SOJA, E. (1990). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- SOJA, E. (1996). *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*, (3 ed.). Blackwell. Malden and Oxford.

- STANDING, G. (1984). Conceptualising territorial mobility. In: BILSBORROW R. *et al.* *Migration surveys in low income countries: guidelines for survey and questionnaire design*, pages 31–59. Croom Helm. London & Sydney.
- STARK, O. & TAYLOR, E. (1986). Differential migration, networks, information and risk. In: *Research in Human Capital and Development: Migration, Human Capital, and Development*, pages 147–171. JAI Press. Greenwich.
- STEIMAN, R. & MACHADO, L. (2002). Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica. *Terra limitanea: atlas da fronteira continental do Brasil*, pages 1–16. Rio de Janeiro.
- TARDIEU, J. (1943). *Les témoins invisible*. Paris:Gallimard. Paris.
- TODARO, M. (1969). model of labor migration and urban unemployment in less-developed countries. *The American Economic Review*, 59:138–148.
- TURNER, F. (1966). *The significance of the frontier in american history*. Frederick Ungar Publishing Co., Inc. New York.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *The modern world system, capitalist agriculture and the origins of the european world economy in the sixteenth century*. Academic Press. New York.
- WILSON, T. & DONNAN, H. (2012). *A companion to border studies*. Blackwell Publishing Ltd.
- WONG, L. & CARVALHO, J. (2006). O rápido processo de envelhecimento populacional do brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 23(1):5–26.
- WOOD, C. (1982). Equilibrium and historical-structural perspective on migration. *International migration review*, 16(2):298–319.
- YEUNG, H. (1998). Capital, state and space: contesting the borderless world. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 23(3).
- ZELINSKY, W. (1971). The hypotesis of the mobility transition. *Geographical review*, 61(2):219–249.

# Apêndice I

Tabela 1: Municípios criados entre os anos 2000 e 2010 nas Fronteiras Norte e Sul

UF	Código	Município	Data da Instalação	Mun. de Origem	Nome Mun. de Origem
RS	4300034	Aceguá	01/01/2001	4301602	Bagé
RS	4300471	Almirante Tamandaré do Sul	01/01/2001	4304705	Carazinho
RS	4301073	Arroio do Padre	01/01/2001	4314407	Pelotas
RS	4302220	Boa Vista do Cadeado	01/01/2001	4301503	Augusto Pestana
RS	4302584	Bozano	01/01/2001	4310207	Ijuí
RS	4304655	Capão do Cipó	01/01/2001	4317400	Santiago
RS	4306130	Cruzaltense	01/01/2001	4303806	Campinas do Sul
RS	4312179	Mato Queimado	01/01/2001	4303301	Caibaté
RS	4313466	Novo Xingu	01/01/2001	4305801	Constantina
RS	4314134	Paulo Bento	01/01/2001	4301701	Barão de Cotegipe
RS	4314175	Pedras Altas	01/01/2001	4307104	Herval
RS	4315313	Quatro Irmãos	01/01/2001	4307005	Erechim
RS	4315958	Rolador	01/01/2001	4318903	São Luiz Gonzaga
RS	4316972	Santa Margarida do Sul	01/01/2001	4318309	São Gabriel
RS	4319364	São Pedro das Missões	01/01/2001	4313706	Maratá
MT	5103437	Curvelândia	01/01/2001	5102504	Cáceres
MT	5103361	Conquista D'Oeste	01/01/2001	5106752	Pontes e Lacerda
MT	5108352	Vale de São Domingos	01/01/2001	5106752	Pontes e Lacerda

Fonte: IBGE/ Diretoria de Geociências/Coordenação de Estruturas Territoriais.

# Apêndice II

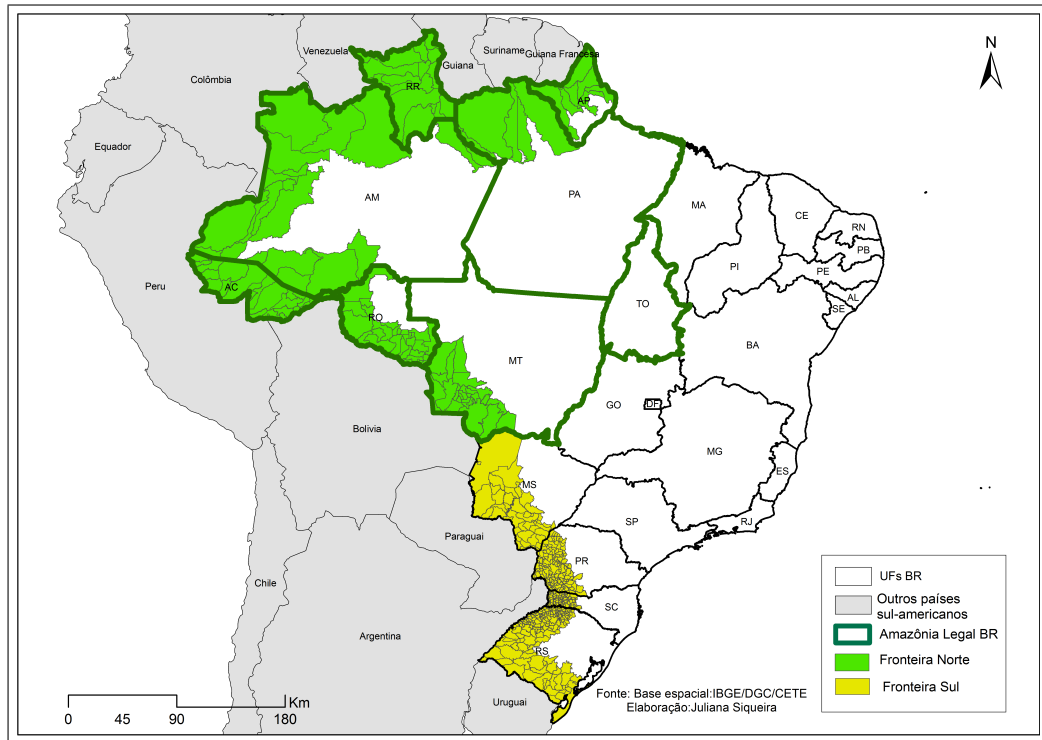


Figura 1: Delimitação da área em estudo: Fronteira Norte e Fronteira Sul

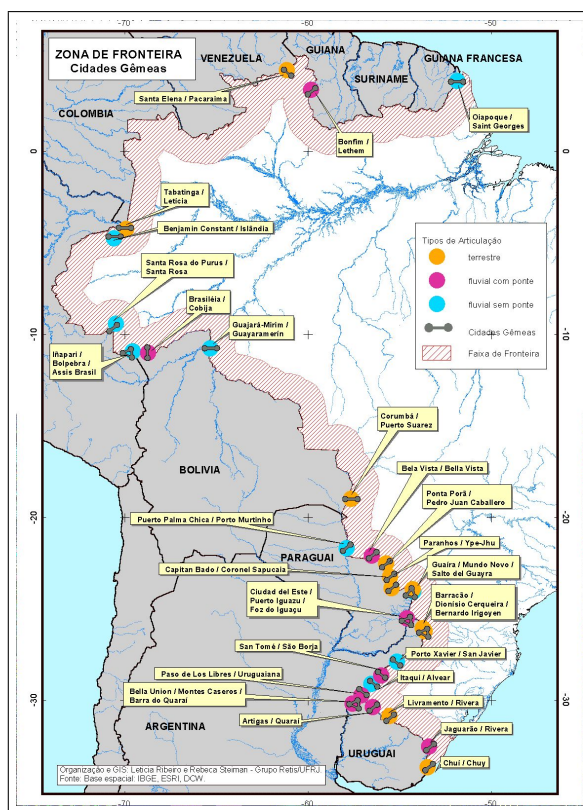


Figura 2: Cidades-gêmeas, Fronteira Norte e Sul.

Fonte: Grupo RETIS/UFRJ.

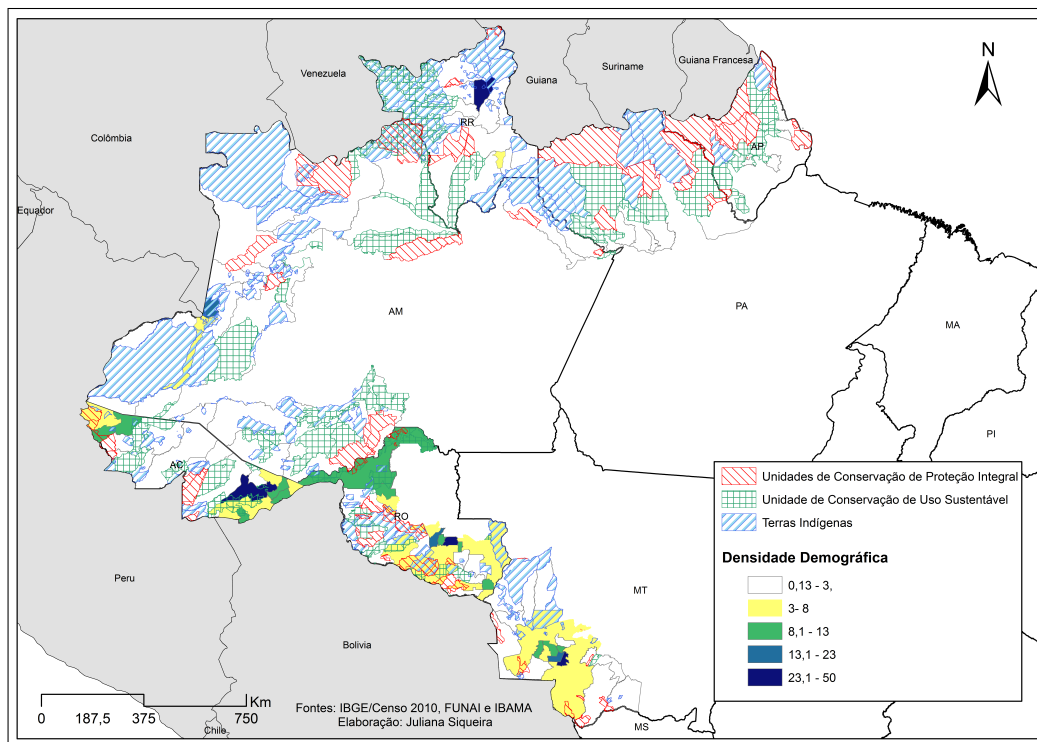


Figura 3: Densidade demográfica da Fronteira Norte, unidades de conservação e proteção integral, unidades de conservação de uso sustentável e terras indígenas, por município, 2010.

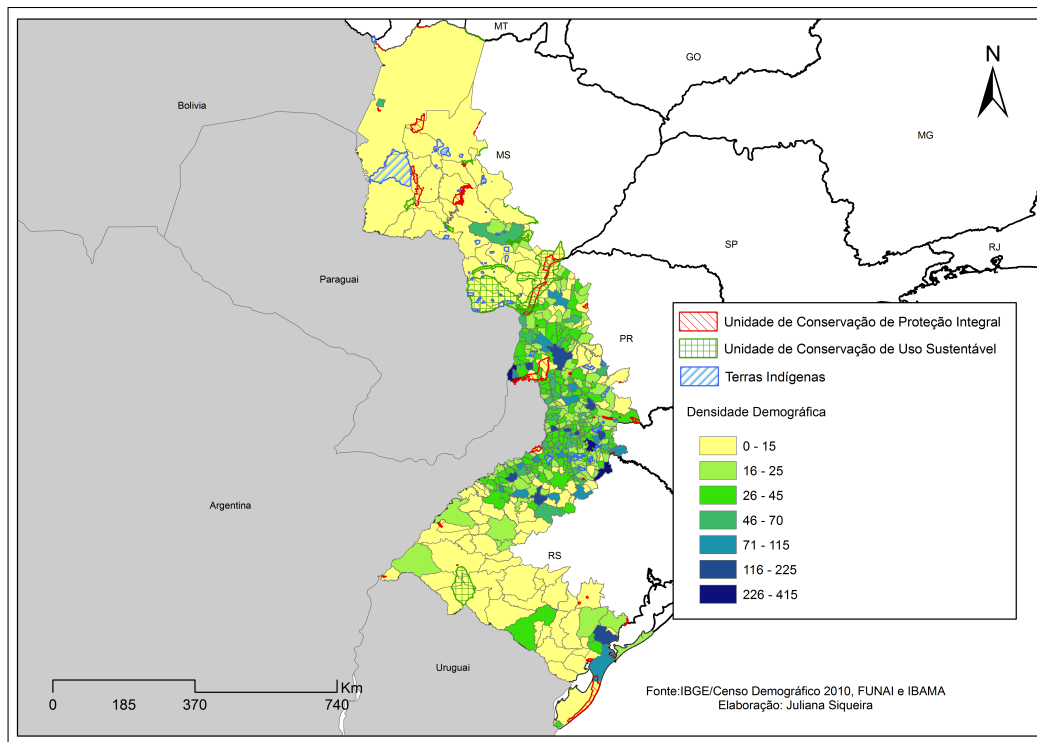


Figura 4: Densidade demográfica da Fronteira Sul, unidades de conservação e proteção integral, unidades de conservação de uso sustentável e terras indígenas, por município, 2010.

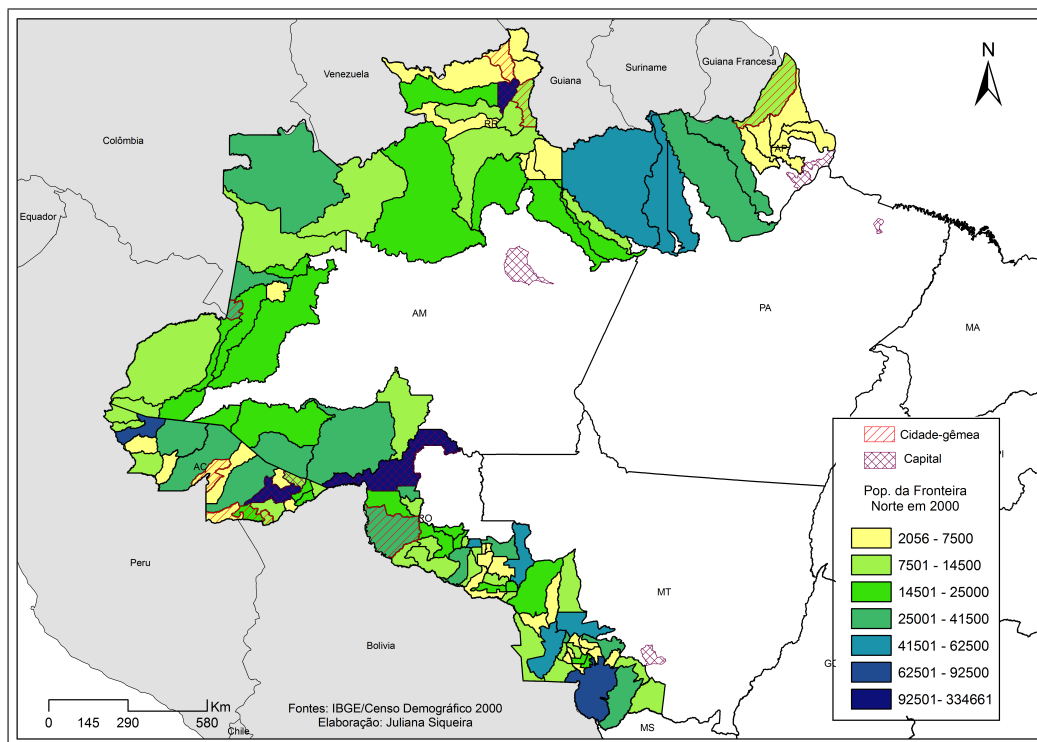


Figura 5: População da Fronteira Norte, por município, 2000.

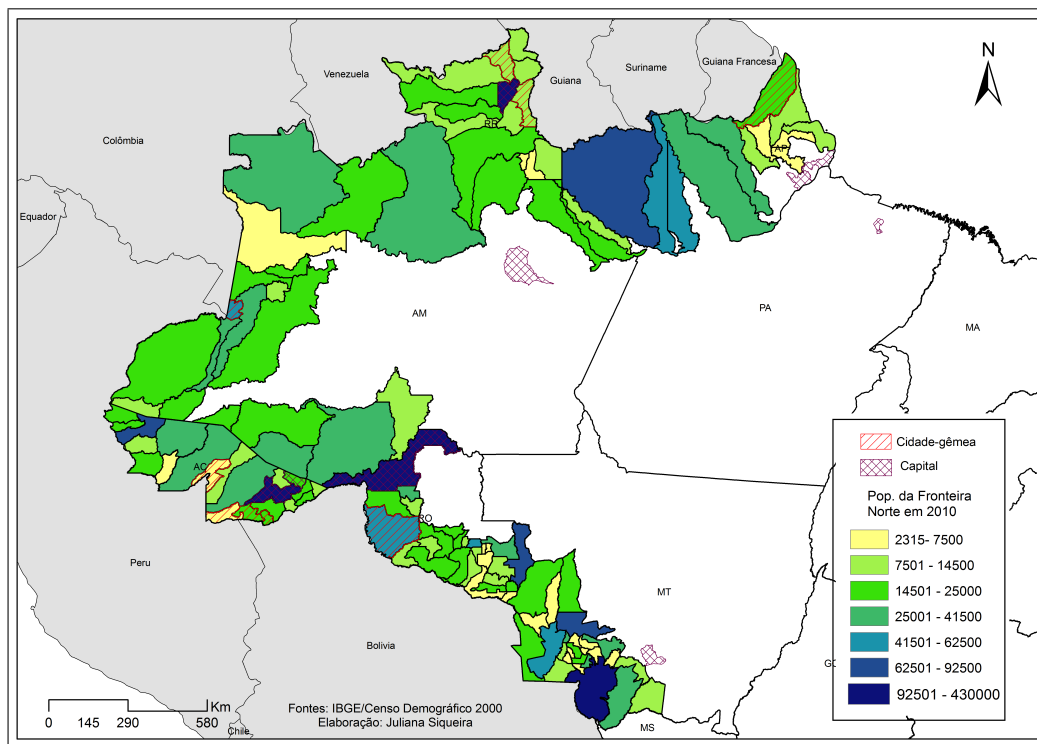


Figura 6: População da Fronteira Norte, por município, 2010.

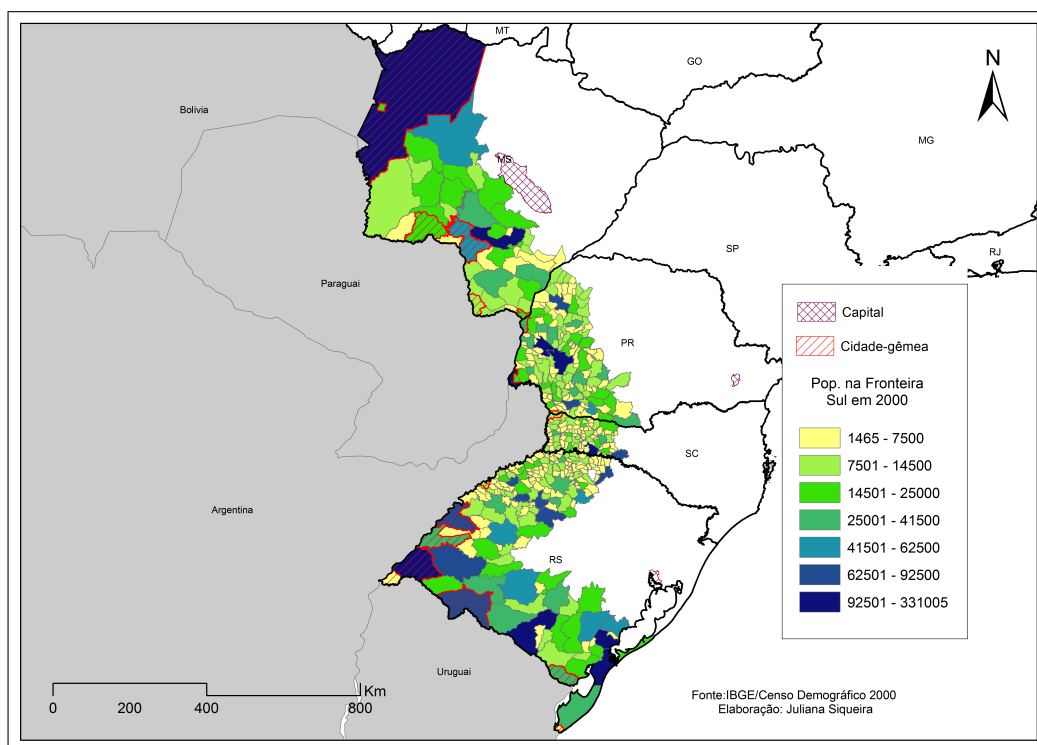


Figura 7: População da Fronteira Sul, por município, 2000.

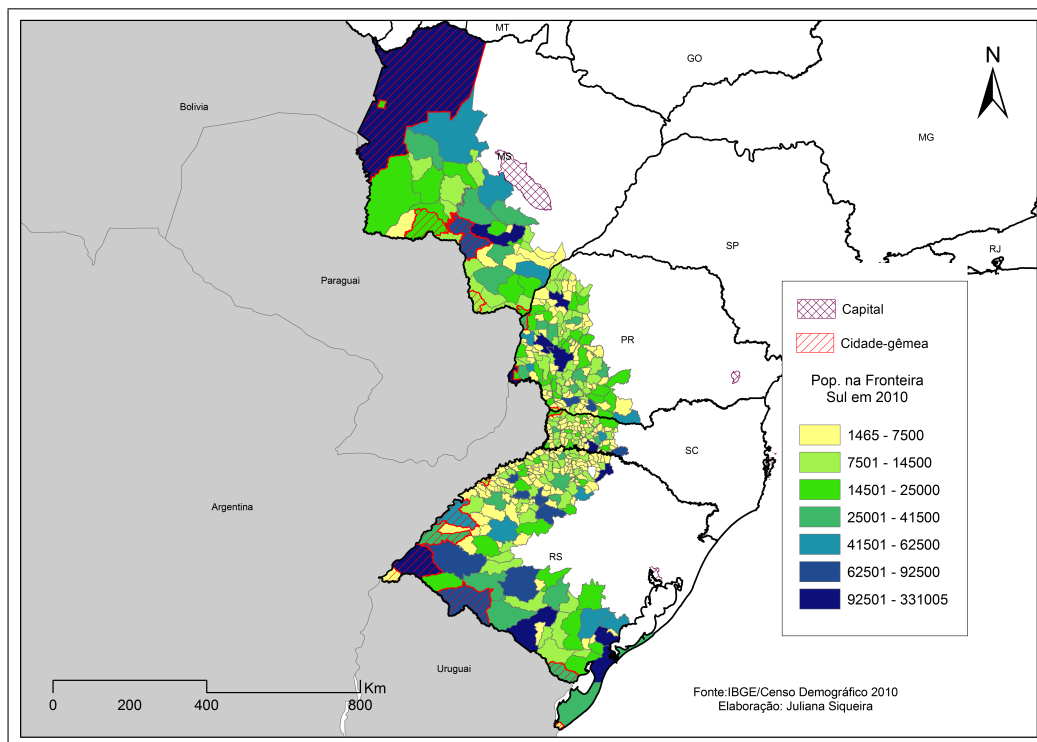


Figura 8: População da Fronteira Sul, por município, 2010.

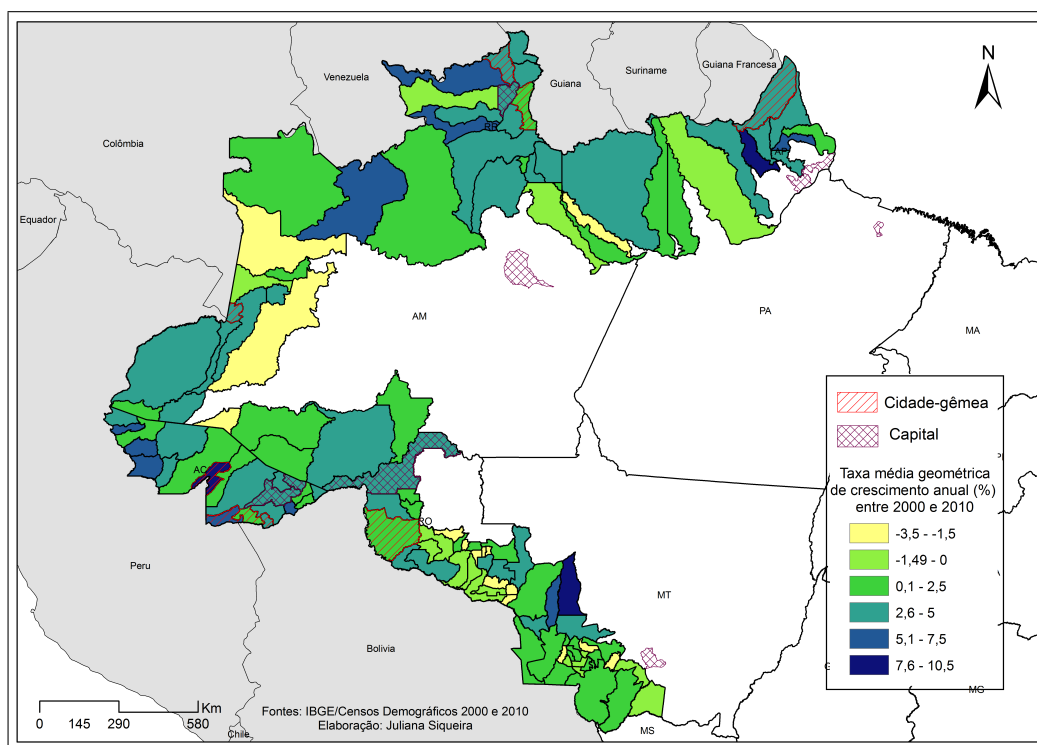


Figura 9: Taxa de crescimento médio anual (%) da Fronteira Norte, por município, 2000/2010.



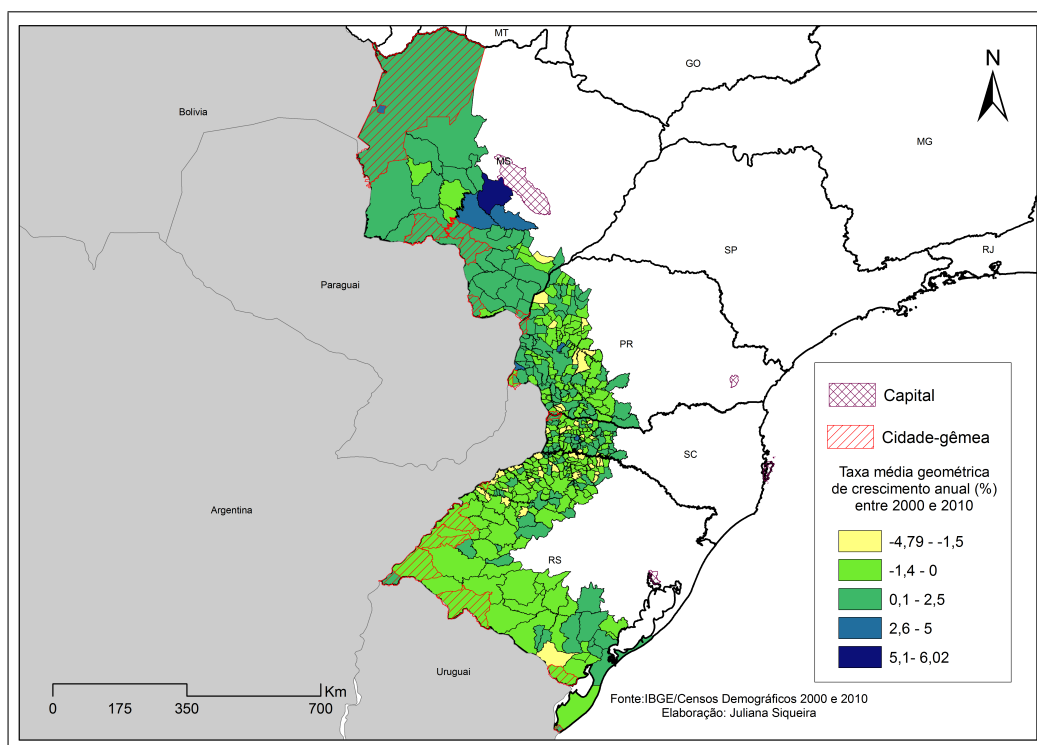


Figura 10: Taxa de crescimento médio anual (%) da Fronteira Sul, por município, 2000/2010.

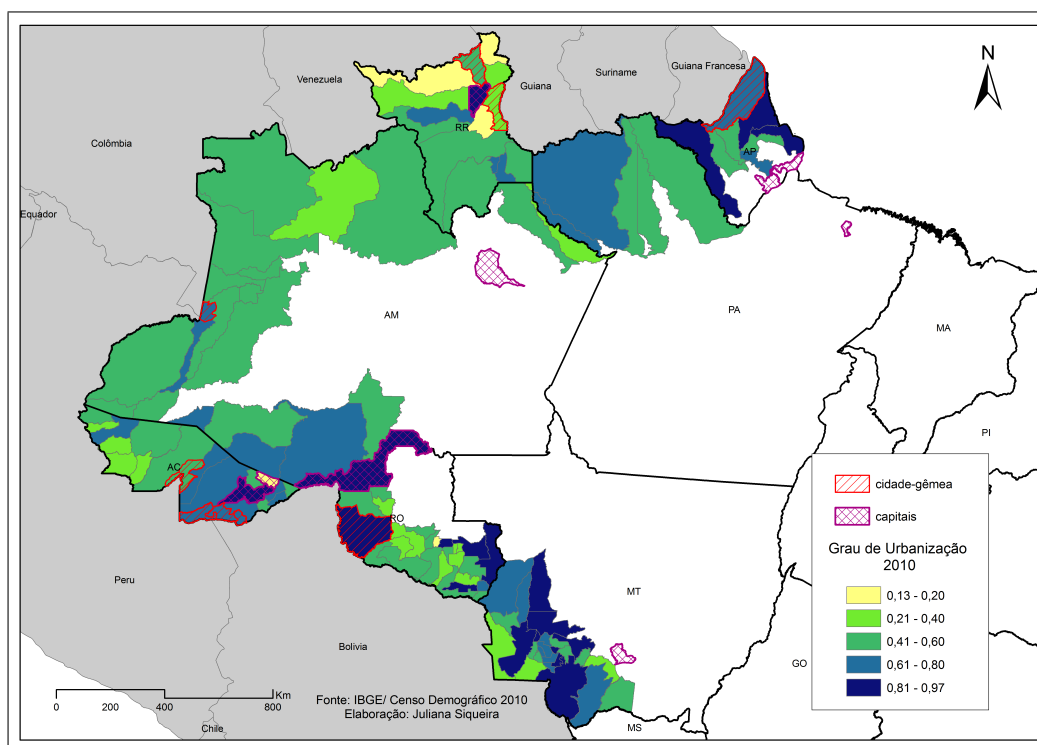


Figura 11: Grau de urbanização da Fronteira Norte, por município, 2010.

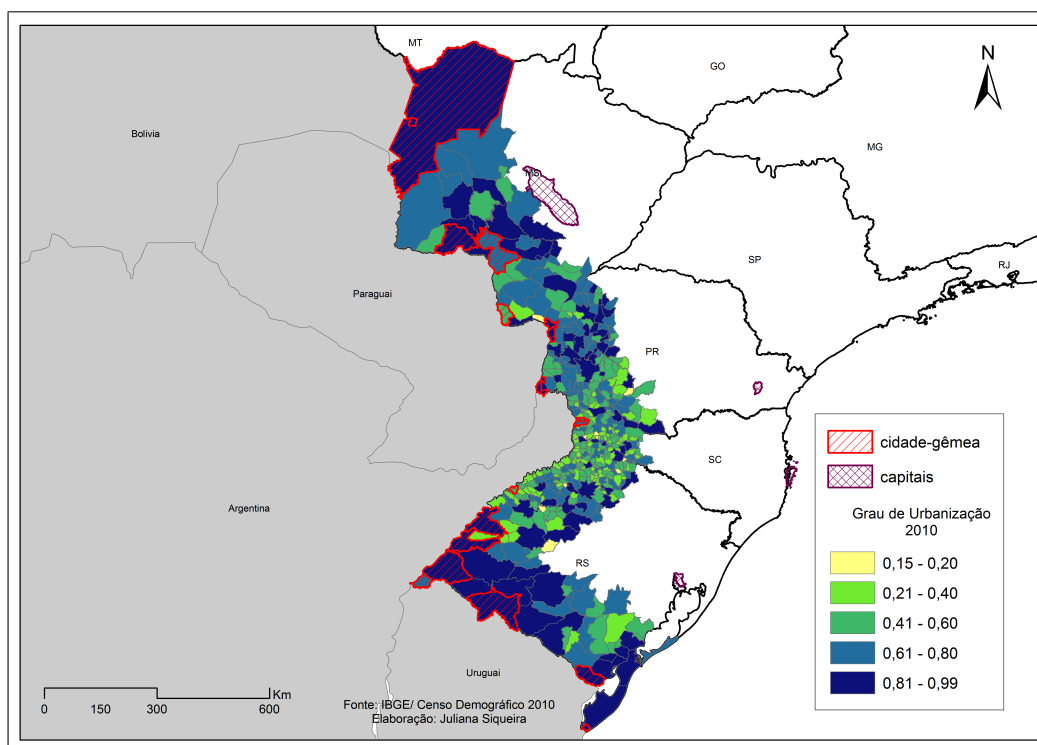


Figura 12: Grau de urbanização da Fronteira Sul, por município, 2010.

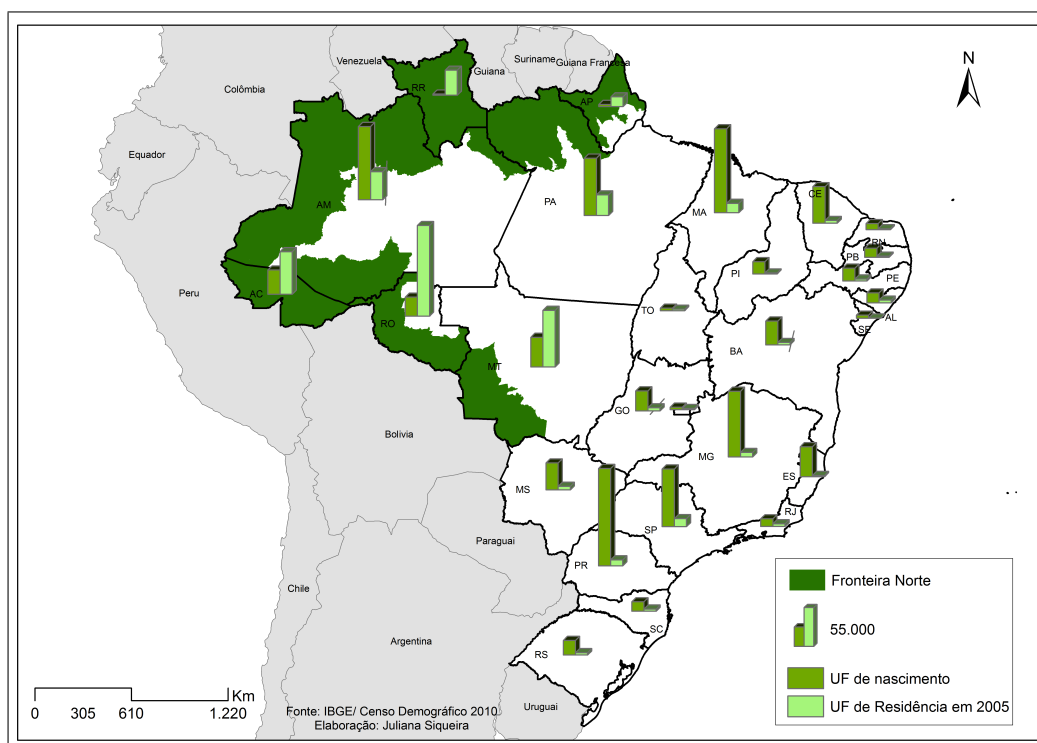


Figura 13: Imigrantes na Fronteira Norte segundo Unidade da Federação de nascimento e residência em 2005, por Unidade da Federação, 2010.

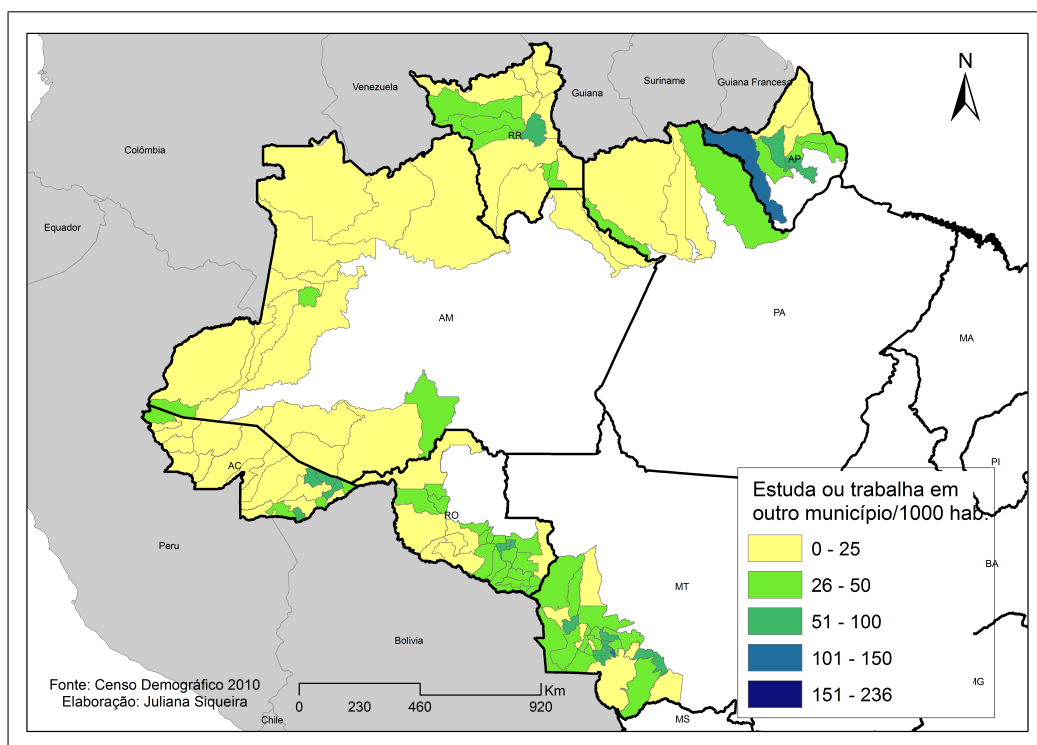


Figura 14: População da Fronteira Norte que estuda ou trabalha em outro município, por município, 2010.

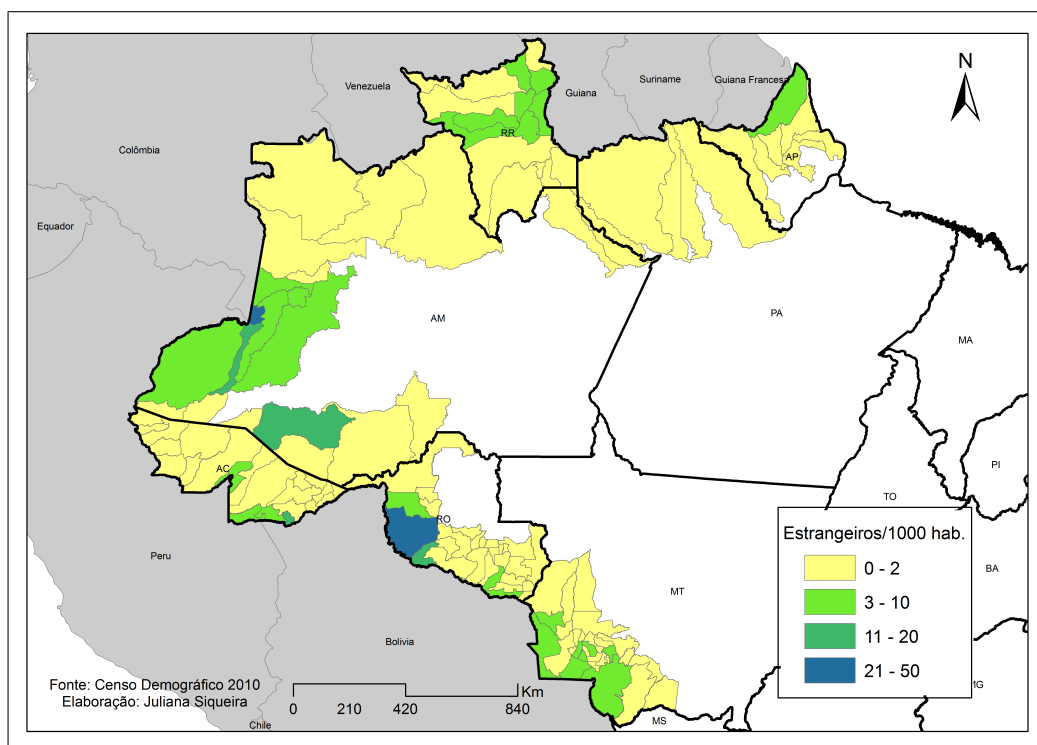


Figura 15: Estrangeiros residentes na Fronteira Norte, por município, 2010.

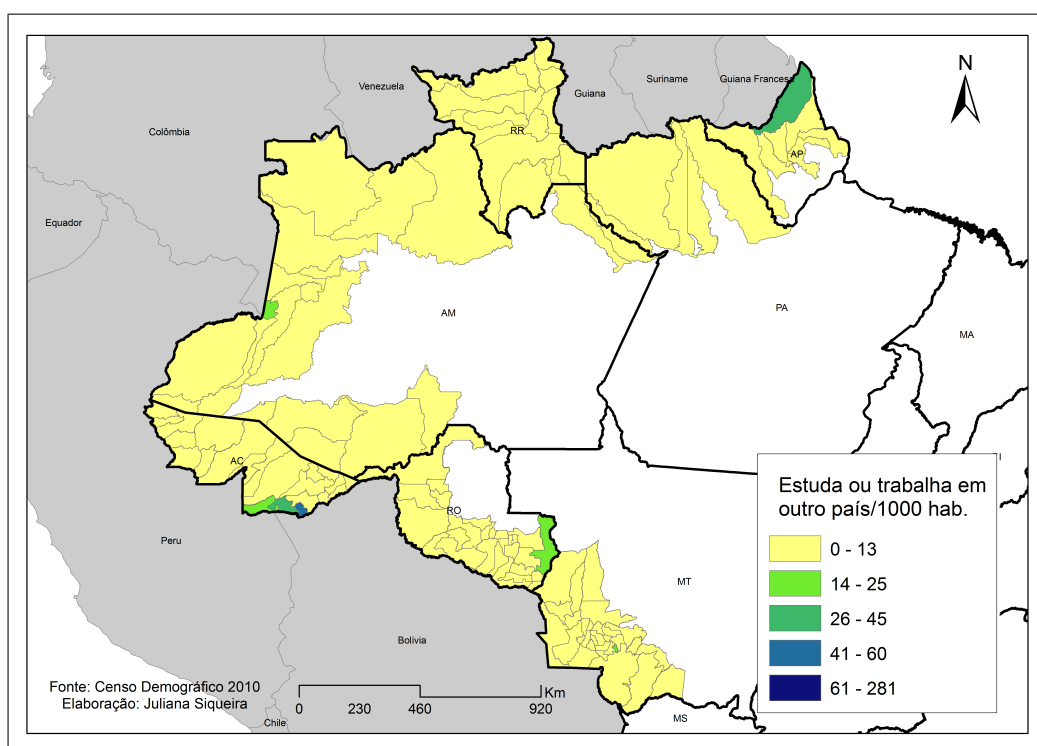


Figura 16: População da Fronteira Norte que estuda ou trabalha em país estrangeiro, por município, 2010.

# Apêndice III

Tabela 2: Os quinze municípios com maior contingente populacional, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2000 e 2010

Município	UF	População 2000	Sit. Geo.	Município	UF	População 2010	Sit. Geo.
Porto Velho	RO	334661	linha	Porto Velho	RO	428527	linha
Pelotas	RS	323158	faixa	Rio Branco	AC	336038	faixa
Foz do Iguaçu	PR	258543	cidade-gêmea	Pelotas	RS	328275	faixa
Rio Branco	AC	253059	faixa	Cascavel	PR	286205	faixa
Cascavel	PR	245369	faixa	Boa Vista	RR	284313	faixa
Boa Vista	RR	200568	faixa	Foz do Iguaçu	PR	256088	cidade-gêmea
Rio Grande	RS	186544	faixa	Rio Grande	RS	197228	faixa
Dourados	MS	164949	faixa	Dourados	MS	196035	faixa
Chapecó	SC	146967	faixa	Chapecó	SC	183530	faixa
Uruguaiana	RS	126936	cidade-gêmea	Uruguaiana	RS	125435	cidade-gêmea
Bagé	RS	118767	linha	Toledo	PR	119313	faixa
Toledo	PR	98200	faixa	Bagé	RS	116794	linha
Corumbá	MS	95701	cidade-gêmea	Corumbá	MS	103703	cidade-gêmea
Santana do Livramento	RS	90849	cidade-gêmea	Umarama	PR	100676	faixa
Umarama	PR	90690	faixa	Erechim	RS	96087	faixa

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010. Microdados da amostra.

Tabela 3: Os quinze municípios com maior taxa de crescimento médio anual e densidade populacional, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2000 e 2010

Município	UF	Tx. cresc. a.a. (%)	Sit. Geo.	Município	UF	Pop/ $Km^2$ 2010	Sit. Geo.
Sidrolândia	MS	6,02%	faixa	Foz do Iguaçu	PR	414,58	cidade-gêmea
Maracaju	MS	3,62%	faixa	Chapecó	SC	293,97	faixa
Pinhalzinho	SC	3,08%	faixa	Erechim	RS	223,06	faixa
Cafelândia	PR	2,83%	faixa	Pelotas	RS	204,05	faixa
Itaipulândia	PR	2,82%	linha	São Miguel do Oeste	SC	154,89	faixa
Ladário	MS	2,78%	faixa	Santa Rosa	RS	140,03	faixa
Rio Brillhante	MS	2,51%	faixa	Cascavel	PR	136,28	faixa
Xanxerê	SC	2,49%	faixa	Pato Branco	PR	134,16	faixa
Bom Jesus	SC	2,44%	faixa	Maravilha	SC	130,43	faixa
Chapecó	SC	2,39%	faixa	Pinhalzinho	SC	127,30	faixa
Cordilheira Alta	SC	2,33%	faixa	Medianeira	PR	127,21	faixa
Maravilha	SC	2,25%	faixa	Xanxerê	SC	116,88	faixa
Mondaí	SC	2,21%	faixa	Ijuí	RS	114,52	faixa
Nova Erechim	SC	2,13%	faixa	Santo Ângelo	RS	112,09	faixa
Cascavel	PR	2,11%	faixa	Frederico Westphalen	RS	108,85	faixa

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010. Microdados da amostra.

Tabela 4: Os quinze municípios com maior razão de dependência jovem e idosa, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010

Município	UF	RDJ	Sit. Geo.	Município	UF	RDI	Sit. Geo.
Uiramutã	RR	1,12	linha	Santana da Boa Vista	RS	0,22	faixa
Porto Walter	AC	1,01	linha	Mato Queimado	RS	0,22	faixa
Jordão	AC	1,01	linha	Coqueiros do Sul	RS	0,22	faixa
Normandia	RR	0,98	linha	Bozano	RS	0,22	faixa
Marechal Thaumaturgo	AC	0,93	linha	Porto Mauá	RS	0,21	linha
Santa Rosa do Purus	AC	0,90	cidade-gêmea	Coronel Barros	RS	0,21	faixa
Jutaí	AM	0,89	faixa	Alegria	RS	0,20	faixa
Ipixuna	AM	0,86	faixa	Esperança do Sul	RS	0,20	linha
Santa Isabel do Rio Negro	AM	0,84	linha	Paulo Bento	RS	0,20	faixa
Amajari	RR	0,81	linha	Porto Vera Cruz	RS	0,20	linha
Pracuúba	AP	0,81	faixa	Alecrim	RS	0,20	linha
Rodrigues Alves	AC	0,80	linha	Rondinha	RS	0,20	faixa
Alto Alegre	RR	0,79	linha	Doutor Maurício Cardoso	RS	0,20	linha
Santo Antônio do Içá	AM	0,78	linha	Augusto Pestana	RS	0,20	faixa
Bonfim	RR	0,78	cidade-gêmea	Porto Lucena	RS	0,20	linha

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Tabela 5: Os quinze municípios com maior razão de dependência e índice de envelhecimento, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010

Município	UF	RD	Sit. Geo.	Município	UF	IE	Sit. Geo.
Uiramutã	RR	0,05	linha	Nova Boa Vista	RS	0,97	faixa
Porto Walter	AC	0,06	linha	Ponte Preta	RS	0,96	faixa
Jordão	AC	0,03	linha	Tuparendi	RS	0,94	faixa
Normandia	RR	0,06	linha	Coronel Barros	RS	0,88	faixa
Marechal Thaumaturgo	AC	0,04	linha	Porto Lucena	RS	0,87	linha
Jutaí	AM	0,06	faixa	Bozano	RS	0,86	faixa
Santa Rosa do Purus	AC	0,02	cidade-gêmea	Augusto Pestana	RS	0,86	faixa
Ipixuna	AM	0,05	faixa	Doutor Maurício Cardoso	RS	0,85	linha
Santa Isabel do Rio Negro	AM	0,06	linha	Tucunduva	RS	0,85	faixa
Amajari	RR	0,07	linha	Jaguari	RS	0,83	faixa
Alto Alegre	RR	0,07	linha	Rondinha	RS	0,82	faixa
Pracuúba	AP	0,05	faixa	São José do Inhacorá	RS	0,82	faixa
Rodrigues Alves	AC	0,05	linha	Alecrim	RS	0,79	linha
Tarauacá	AC	0,07	faixa	Coqueiros do Sul	RS	0,78	faixa
Santo Antônio do Içá	AM	0,06	linha	Porto Mauá	RS	0,78	linha

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Tabela 6: Os quinze municípios com maior razão de sexo e proporção de declarados como “brancos”, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010

Município	UF	RS	Sit. Geo.	Município	UF	% Brancos	Sit. Geo.
Pedra Branca do Amapari	AM	1,20	faixa	Cândido Godói	RS	0,98	faixa
Barão de Melgaço	MT	1,20	faixa	Nova Candelária	RS	0,98	faixa
Arvoredo	SC	1,19	faixa	Cunhataí	SC	0,98	faixa
Cantá	RR	1,18	faixa	Nova Boa Vista	RS	0,97	faixa
Sapezal	MT	1,18	faixa	São João do Oeste	SC	0,97	faixa
Santa Margarida do Sul	RS	1,18	faixa	Ubiretama	RS	0,96	faixa
Canutama	AM	1,17	faixa	Ponte Preta	RS	0,95	faixa
Parecis	RO	1,17	faixa	Tunápolis	SC	0,95	linha
Nossa Senhora do Livramento	MT	1,17	faixa	São José do Inhacorá	RS	0,94	faixa
Bujari	AC	1,17	faixa	Campina das Missões	RS	0,94	faixa
Vale de São Domingos	MT	1,17	faixa	Barra do Rio Azul	RS	0,94	faixa
Bonfim	RR	1,16	cidade-gêmea	Almirante Tamandaré do Sul	RS	0,94	faixa
Barcelos	AM	1,16	linha	Iporã do Oeste	SC	0,94	faixa
Nova Lacerda	MT	1,16	faixa	Paulo Bento	RS	0,93	faixa
Corumbiara	RO	1,16	faixa	Salvador das Missões	RS	0,93	faixa

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Tabela 7: Os quinze municípios com maior proporção de declarados como “negros” e “indígenas”, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010

Município	UF	% Pardos	Sit. Geo.	Município	UF	% Indígena	Sit. Geo.
Nhamundá	AM	0,89	faixa	Uiramutã	RR	0,89	linha
Pracuúba	AP	0,88	faixa	São Gabriel da Cachoeira	AM	0,77	linha
Nossa Senhora do Livramento	MT	0,85	faixa	Santa Isabel do Rio Negro	AM	0,66	linha
Uruará	AP	0,84	faixa	Normandia	RR	0,60	linha
Amapá	AP	0,84	faixa	Amajari	RR	0,57	linha
Guajará	AM	0,84	faixa	Pacaraima	RR	0,55	cidade-gêmea
Capixaba	AC	0,84	linha	Santa Rosa do Purus	AC	0,55	cidade-gêmea
Barão de Melgaço	MT	0,83	faixa	Japorã	MS	0,50	linha
Faro	PA	0,82	faixa	Ipuaçu	SC	0,49	faixa
Ferreira Gomes	AP	0,82	faixa	São Paulo de Olivença	AM	0,48	faixa
Caracará	RR	0,81	linha	Alto Alegre	RR	0,46	linha
Almeirim	PA	0,81	linha	Bonfim	RR	0,42	cidade-gêmea
Poconé	MT	0,81	faixa	São Valério do Sul	RS	0,42	faixa
Oriximiná	PA	0,80	linha	Benjamin Constant do Sul	RS	0,42	faixa
Alenquer	PA	0,80	faixa	Atalaia do Norte	AM	0,41	linha

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Tabela 8: Os quinze municípios com maior grau de urbanização e taxa de analfabetismo, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2000 e 2010

Município	UF	Grau de Urbanização 2010	Sit. Geo.	Município	UF	Tx Analfabetismo	Sit. Geo.
Foz do Iguaçu	PR	0,99	cidade-gêmea	Alto Alegre	RR	0,38	linha
Boa Vista	RR	0,98	faixa	Amajari	RR	0,36	linha
Carazinho	RS	0,98	faixa	Atalaia do Norte	AM	0,36	linha
Chuí	RS	0,96	cidade-gêmea	Ipixuna	AM	0,35	faixa
Cruz Alta	RS	0,96	faixa	Santa Rosa do Purus	AC	0,35	cidade-gêmea
Rio Grande	RS	0,96	faixa	Porto Walter	AC	0,34	linha
Ladário	MS	0,95	faixa	Santa Isabel do Rio Negro	AM	0,34	linha
Laranjal do Jari	AP	0,95	linha	Feijó	AC	0,33	linha
Vilhena	RO	0,95	faixa	Envira	AM	0,33	faixa
Cascavel	PR	0,94	faixa	Marechal Thaumaturgo	AC	0,32	linha
Erechim	RS	0,94	faixa	Manoel Urbano	AC	0,32	linha
Pato Branco	PR	0,94	faixa	Jutaí	AM	0,31	faixa
Santo Ângelo	RS	0,94	faixa	Pauni	AM	0,31	faixa
Uruguaiana	RS	0,94	cidade-gêmea	Guajará	AM	0,30	faixa
Jaguarão	RS	0,93	cidade-gêmea	Tarauacá	AC	0,30	faixa

Fonte: IBGE/ Censos Demográficos 2000 e 2010. Microdados da amostra.

Tabela 9: Os quinze municípios com maior taxas de fecundidade total e taxa bruta de mortalidade, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010

Município	UF	TFT	Sit. Geo.	Município	UF	TBM	Sit. Geo.
Uiramutã	RR	5,80	linha	Nossa Senhora do Livramento	MT	10	faixa
Normandia	RR	4,72	linha	Vale de São Domingos	MT	10	faixa
Jordão	AC	4,52	linha	Bonfim	RR	10	cidade-gêmea
Porto Walter	AC	4,43	linha	Porto Esperidião	MT	10	linha
Marechal Thaumaturgo	AC	4,34	linha	Dois Irmãos do Buriti	MS	10	faixa
Jutaí	AM	4,26	faixa	Paial	SC	10	faixa
Bonfim	RR	4,19	cidade-gêmea	Mondaí	SC	10	faixa
Amajari	RR	4,08	linha	Iracema	RR	10	linha
Ipixuna	AM	4,08	faixa	Caracará	RR	10	linha
Pracuúba	AP	4,02	faixa	Novo Horizonte	SC	10	faixa
Santa Rosa do Purus	AC	3,88	cidade-gêmea	Bandeirante	SC	10	linha
Benjamin Constant	AM	3,86	linha	Ponte Preta	RS	10	faixa
Guajará	AM	3,68	faixa	Primavera de Rondônia	RO	10	faixa
Ferreira Gomes	AP	3,59	faixa	Jutaí	AM	10	faixa
Uruará	AP	3,53	faixa	Nioaque	MS	10	faixa

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Tabela 10: Os quinze municípios com maior densidade residencial e segregação residencial, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010

Município	UF	Média Pes/Dom	Sit. Geo.	Município	UF	Segreg. Residencial (%)	Sit. Geo.
Santa Isabel do Rio Negro	AM	6,71	linha	São Paulo de Olivença	AM	100%	faixa
Tonantins	AM	6,10	faixa	Buritis	RO	100%	faixa
Santo Antônio do Içá	AM	6,04	linha	São Francisco do Guaporé	RO	100%	linha
Ipixuna	AM	5,97	faixa	São Miguel do Guaporé	RO	95%	faixa
Pauni	AM	5,90	faixa	Amapá	AM	93%	faixa
São Paulo de Olivença	AM	5,86	faixa	Nova Mamoré	RO	93%	linha
Uiramutã	RR	5,79	linha	Alto Alegre dos Parecis	RO	93%	linha
Santa Rosa do Purus	AC	5,65	cidade-gêmea	Tonantins	AM	92%	faixa
Jutaí	AM	5,64	faixa	Arroio do Padre	RS	92%	faixa
Japurá	AM	5,60	linha	Uiramutã	RR	91%	linha
Amaturá	AM	5,58	faixa	Jutaí	AM	91%	faixa
Benjamin Constant	AM	5,49	linha	Corumbiara	RO	91%	faixa
Porto Walter	AC	5,31	linha	Feijó	AC	90%	linha
Guajará	AM	5,25	faixa	Oiapoque	AP	90%	cidade-gêmea
Normandia	RR	5,23	linha	Seringueiras	RO	90%	faixa

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Tabela 11: Os quinze municípios com maior proporção de população pobre e miserável, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010

Município	UF	Pobres	Sit. Geo.	Município	UF	Miseráveis	Sit. Geo.
Santo Antônio do Içá	AM	87%	linha	Uiramutã	RR	78%	linha
Uiramutã	RR	87%	linha	Santo Antônio do Içá	AM	72%	linha
Ipixuna	AM	85%	faixa	Santa Rosa do Purus	AC	72%	cidade-gêmea
Santa Isabel do Rio Negro	AM	85%	linha	Amajari	RR	71%	linha
São Paulo de Olivença	AM	84%	faixa	Santa Isabel do Rio Negro	AM	70%	linha
Amaturá	AM	84%	faixa	Jordão	AC	67%	linha
Amajari	RR	83%	linha	São Paulo de Olivença	AM	65%	faixa
Atalaia do Norte	AM	83%	linha	Amaturá	AM	65%	faixa
Jutaí	AM	83%	faixa	Guajará	AM	65%	faixa
Marechal Thaumaturgo	AC	82%	linha	Barcelos	AM	65%	linha
Guajará	AM	81%	faixa	Ipixuna	AM	63%	faixa
Jordão	AC	81%	linha	Pauni	AM	63%	faixa
Envira	AM	80%	faixa	Normandia	RR	63%	linha
Pauni	AM	80%	faixa	Atalaia do Norte	AM	62%	linha
Barcelos	AM	80%	linha	Alto Alegre	RR	62%	linha

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

Tabela 12: Os quinze municípios com maior taxa de atividade e taxa de desocupação, por Unidade da Federação e Situação Geográfica, 2010

Município	UF	Tx Atividade	Sit. Geo.	Município	UF	Tx Desocupação	Sit. Geo.
Três Passos	RS	0,88	faixa	Normandia	RR	0,32	linha
Faxinal dos Guedes	PR	0,87	faixa	Amajari	RR	0,23	linha
Matelândia	SC	0,86	faixa	Serra do Navio	AP	0,17	faixa
Vicentina	MS	0,85	faixa	Barcelos	AM	0,16	linha
Quatro Irmãos	RS	0,84	cidade-gêmea	Amapá	AP	0,15	faixa
Tapira	SC	0,83	faixa	Nhamundá	AM	0,14	faixa
Céu Azul	SC	0,83	faixa	Ferreira gomes	AP	0,13	faixa
Terra Roxa	SC	0,83	faixa	Iracema	RR	0,13	linha
Mercedes	SC	0,82	linha	Japurá	AM	0,12	linha
Sarandi	RS	0,82	faixa	Envira	AM	0,12	faixa
Nova Olimpia	SC	0,81	faixa	Nossa Senhora do Livramento	MT	0,11	faixa
Cruzeiro do Iguaçu	SC	0,81	faixa	Pauni	AM	0,11	faixa
Espigão Alto do Iguaçu	SC	0,81	faixa	Calçoene	AP	0,11	faixa
Entre Rios	PR	0,81	faixa	Iporã	PR	0,11	faixa
Pedras Altas	RS	0,80	linha	Laranjal do Jari	AP	0,11	linha

Fonte: IBGE/ Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.